

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
Agrícola Familiar



Tese

**A substituição da bataticultura pelo fumo nas comunidades
de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do
Sul-RS**

Roberta do Espírito Santo Luzzardi

Pelotas, 2011

ROBERTA DO ESPÍRITO SANTO LUZZARDI

**A substituição da bataticultura pelo fumo nas comunidades
de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do
Sul-RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências

Orientador: Prof. Dr. Carlos Rogério Mauch

Co-orientador: Prof. Dr. Antônio Amaral Bezerra

Pelotas, 2011

Banca examinadora:

Prof. Dr. Adão José Vital da Costa (Professor da Universidade Federal de Pelotas-RS)

Professor Pesquisador Dr. André Samuel Strassburger (Pesquisador da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária da Serra do Nordeste (FEPAGRO) /Professor da Universidade de Caxias do Sul-RS)

Prof^a Dra. Roberta Marins Nogueira Peil (Professora da Universidade Federal de Pelotas-RS)

À minha mãe Maria Suely e meu pai Roberto (*in memorian*)

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas, ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, aos seus funcionários e professores que me possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho; aos colegas, com os quais tive a honra de conviver durante a realização desta pesquisa, pelos debates e importantes contribuições em meu aprendizado;

Agradeço a CAPES, pelo apoio financeiro sem o qual seria inviável a realização deste trabalho;

Ao meu orientador Professor Dr. Carlos Mauch por aceitar o desafio desse aprendizado e pela oportunidade e confiança depositada em mim;

A professora Dra. Roberta Marins Nogueira Peil pelo incentivo;

Ao professor Dr. Antônio Amaral Bezerra pelas contribuições e sugestões de leituras;

A minha família pelo incentivo e compreensão das horas em que estive ausente. Em especial à minha querida irmã Luciana pelas longas conversas filosóficas e contribuições a essa pesquisa;

Ao Jorge Luis pelo constante incentivo e apoio;

Aos agricultores desta pesquisa e a seus familiares, pela receptividade e paciência. Suas contribuições deram sentido ao trabalho que ora se conclui; espero que esse trabalho possa ajudar a apontar caminhos e dar algum alento à sua caminhada;

Enfim a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

“Assim começa a ciência honesta:
ela pergunta: ‘o que é?’ e não: ‘quanto vale?’ “

(NIETZSCHE, 2004).

RESUMO

LUZZARDI, Roberta do Espírito Santo. 2011. 173f. **A substituição da bataticultura pelo fumo nas comunidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul - RS.** Tese. Programa de Pós - graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A presente pesquisa analisa o processo de substituição da cultura da batata pelo fumo e decorre da importância de compreender o motivo da cultura do fumo aparecer como uma das principais estratégias de reprodução social adotadas pela agricultura familiar como forma de manter-se no campo no município de São Lourenço do Sul - RS. Tem como objetivo geral identificar e caracterizar o processo de substituição do sistema de produção de batata para a fumicultura. Os objetivos específicos são: determinar quais os elementos econômicos que interferiram ou interferem na substituição da cultura da batata pela cultura do fumo; determinar quais os elementos socioambientais que interferiram ou interferem na substituição da cultura da batata pela cultura do fumo e compreender a racionalidade do agricultor familiar inserido nessa realidade. A metodologia está baseada na realização de visitas a região a ser pesquisada, com o intuito de contatar informantes apropriados e obter evidências empíricas sobre a realidade das coletividades locais. O universo de estudo foi constituído pelos agricultores produtores de fumo das colônias Boqueirão e Boa Vista do município de São Lourenço do Sul – RS que produzem ou produziram a cultura da batata. Os dados primários foram obtidos através da técnica da entrevista, com base em um questionário estruturado de caráter semi-aberto. Conclui-se que: os motivos da substituição da bataticultura pelo fumo na realidade estudada são a falta de mercado para a venda da batata, fatores ambientais desfavoráveis para o cultivo da mesma, a subordinação dos agricultores familiares à fumicultura e a falta de políticas públicas que incentivem a diversificação das culturas nas propriedades familiares; a realidade histórica da economia rural das comunidades estudadas é complexa e conflitante. A principal base econômica dos agricultores, o fumo, é de um lado, um importante sistema de cultivo para manter os agricultores no campo, mas de outro, causa um processo de alienação do seu trabalho; ambientalmente o cultivo do fumo apresenta uma série de consequências, tais como: erosão e desmatamento nas propriedades rurais. No aspecto social, levanta-se o alto grau de dependência destes agricultores com a fumageira onde se percebe que os mesmos encontram-se descapitalizados, assujeitados e, em alguns casos, endividados; a batata sofreu drástica redução de área cultivada, entretanto ainda é cultivada pelos agricultores familiares da área pesquisada, mas neste caso somente para autoconsumo; a diversificação dos cultivos está sendo implantada, mas ainda é incipiente; as relações de produção na fumicultura, entre agricultor e empresa processadora, interferem ou enfraquecem o desenvolvimento das alternativas técnicas, sociais e econômicas como a agricultura de base ecológica e a

diversificação de culturas e a falta de alternativas e de políticas públicas que minimizem ou impeçam esta exploração social, econômica, ambiental e humana, contribui para que o saber-fazer desses agricultores seja subtraído pelas grandes empresas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Assujeitamento do agricultor. Autoconsumo.

ABSTRACT

LUZZARDI, Roberta do Espírito Santo. 2011. 173f. **A substituição da bataticultura pelo fumo nas comunidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul - RS.** Tese. Programa de Pós - graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This research analyzes the process of substitution of potato stems by smoking and the importance of understanding the reason for the cultivation of tobacco appear as one of the main strategies adopted by the social reproduction of family farming as a way to keep the field in the municipality of São Lourenço do Sul - RS. It aims at identifying and characterizing the process of replacing the system of production of potatoes for tobacco growing. The specific objectives are: to determine which economic elements that interfere with or affect the substitution of potato for cultivation of tobacco; determine which social and environmental elements that interfere with or affect the substitution of potato culture of smoking and understand the rationality of farmer family inserted into this reality. The methodology is based on visits to the region to be searched in order to contact informants and obtain appropriate empirical evidence about the reality of local communities. The study universe composed of farmers producing tobacco colonies Boqueirão and Boa Vista in São Lourenço do Sul - RS that produce or have produced a potato crop. Primary data were obtained through the interview technique, based on a structured questionnaire to semi-open. It is concluded that: the reasons for the replacement of the smoke bataticultura actually studied are the lack of market for the sale of potatoes, environmental factors unfavorable to the cultivation of it, the subordination of the tobacco growing farmers and the lack of public policies that encourage crop diversification in family farms; the historical reality of the rural economy of the communities studied is complex and conflicting, the main economic base for farmers, tobacco, is a hand, an important farming system to keep farmers in the field, but on the other, because a process of alienation from their work; environmentally cultivation of tobacco has a number of consequences, such as erosion and deforestation on farms. On the social side, rises the high dependency of farmers with tobacco where it is clear that they are decapitalized, subjugated, and in some cases, in debt, has suffered a drastic reduction in potato acreage, however it is still cultivated by farmers in the area surveyed, but in this case only for self, the diversification of crops is being implemented, but is still incipient, the relations of production in tobacco farming between farmers and processing company, interfere with or undermine the development of technical alternatives social and economic and ecological base of agriculture and crop diversification and lack of alternatives and public policies that minimize or prevent this exploit social, economic, environmental and human, contribute to the know-how of these farmers is subtracted by large companies.

Keywords: Family Farming. Subjection of the farmer. Farmhouse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REVISÃO DE LITERATURA	17
1.1 ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO TERRITÓRIO	17
1.1.1 O entendimento sobre o Campesinato	17
1.1.2 Elementos teóricos aplicados ao estudo da agricultura familiar	22
1.3 RESISTÊNCIA E SUJEIÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO	30
1.4 Assujeitamento de corpos	44
1.5 A QUESTÃO DA RACIONALIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES	47
1.5.1 A tradição e a racionalidade instrumental	47
1.5.2 Os camponeses e suas especificidades	51
1.4 ABORDAGEM CULTURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	55
2 COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL E O TERRITÓRIO DE PESQUISA	64
2.1 A COOPAR	67
3 A CULTURA DA BATATA E SUA IMPORTÂNCIA	68
4 A CULTURA DO FUMO	71
4.1 Cadeia Produtiva do Fumo	74
5 A “SOLUÇÃO” NÃO AGRÍCOLA: A PLURIATIVIDADE	78
6 AUTOCONSUMO E CAMPESINATO: Chayanov e Wolf	80
6.1 O autoconsumo segundo Chayanov: a tese do equilíbrio ótimo	80
6.2 Eric Wolf e a constituição dos fundos do campesinato	82

2 MATERIAL E MÉTODOS	
2.1 Caracterização da área de pesquisa: elementos dos agroecossistemas de São Lourenço do Sul-RS.....	87
2.1.1 Posição e situação.....	87
2.1.2 Estrutura da pesquisa e coleta de dados	89
RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
3.1 Caracterização dos agricultores entrevistados nas localidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul - RS.....	92
3.2 Autoconsumo: o risco de insuficiência para a segurança alimentar.....	98
3.3 A substituição da batata pelo fumo e o processo de assujeitamento do agricultor familiar	102
3.4 A terra enquanto reprodução de um modo de vida.....	125
3.5 Sistemas que garantem a segurança alimentar.....	128
CONCLUSÕES	137
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICE A- Fotos da pesquisa	149
ANEXO A Convenção Quadro para Controle do Tabaco.....	151
ANEXO B: Questionário Semi-Estruturado Aberto para coleta de informações.....	156
ANEXO C – Contrato de compra e venda do fumo	168

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa ilustrativo do município de São Lourenço do Sul especificando as localidades de Boa Vista e Boqueirão.....	89
Figura 2 – Pluriatividade dos agricultores familiares nas comunidades de Boqueirão e Boa Vista no município de São Lourenço do Sul-RS	95
Figura 3 - Uso de Equipamentos de Proteção Individuais no manuseio de agrotóxicos por agricultores nas localidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul-RS	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grau de instrução entre homens e mulheres nas localidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul - RS	92
Tabela 2 - Tomada de decisão em plantar fumo nas comunidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul-RS	99
Tabela 3 - Área e produção agropecuária de São Lourenço do Sul-RS, 1991 a 2005.	102
Tabela 4 - Perfil dos agricultores familiares produtores de fumo no município de São Lourenço do Sul - RS nas safras de 2006/2007 e 2007/2008	121

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, no Brasil, é um setor que, desde a colonização do território, época em que priorizou-se a grande propriedade e a monocultura de exportação, vem enfrentando dificuldades, construídas historicamente, quanto à sua reprodução. As políticas de créditos, incentivos e modernização da agricultura brasileira, também excluíram esse segmento dos “avanços tecnológicos” que possibilitariam o seu desenvolvimento econômico, políticos e sociais, aparecem como bloqueios a esta reprodução.

A preocupação com a agricultura familiar vem crescendo no Brasil na última década. Primeiro devido a sua importância tendo em vista que, segundo o IBGE (2007), setenta por cento dos estabelecimentos agrícolas são do tipo familiar, e por ser esse segmento indispensável para a produção de alimentos básicos, respondendo segundo Basso (1993), por 75% dessa produção. Soma-se a isso, o fato de empregar, mais de oitenta por cento da força de trabalho ocupada no meio rural, sendo esse segmento indispensável para a fixação da população rural no campo. Todavia, a despeito de sua importância, o setor não vem recebendo dos órgãos oficiais o incentivo a que faz jus.

Atualmente, a agricultura familiar vem passando por uma orientação progressiva do monocultivo e da especialização, negligenciando os cultivos de autoconsumo e vivido numa situação de insegurança alimentar onde grande parte da alimentação tem sido comprada e não produzida internamente na propriedade (BALEM; SILVEIRA. 2010).

A ótica da precariedade, em termos de condições objetivas de existência agravada pela distância de escolas e hospitais; dos limites fundiários decorrentes não só da concentração, mas também da qualidade das terras; da obtenção de recursos públicos; a dificuldade de obtenção de capital e tecnologia; da incipiente troca quanto a

preços de insumos, e ao preço pago pela sua produção; constitui-se em um desafio a ser enfrentado cotidianamente pela agricultura familiar.

A diversificação de culturas aparece como a saída do agricultor familiar no enfrentamento das dificuldades econômicas, pois quando a comercialização de um produto não permite o mínimo necessário para o sustento familiar, ele possui alternativa para obtenção do sustento da família. Dentre as estratégias de produção que a unidade familiar utiliza para seu sustento, está a necessidade cada vez maior da produção de cultivos cuja comercialização esteja assegurada através das agroindústrias. Neste aspecto, a cultura do fumo aparece como a mais difundida entre pequenos e médios agricultores rurais em mais de 360 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde é responsável pela ocupação de 650.000 pessoas no meio rural e gerou mais de dois milhões de empregos indiretos segundo a AFUBRA no ano de 2000.

Esta pesquisa procurou inserir-se num movimento crescente no meio científico de abordagem sistêmica da pesquisa, para além da concepção fragmentária ainda hegemônica especialmente nas ciências agrárias. Atualmente, a fonte principal de conhecimentos resulta de experimentos em geral estanques, fragmentados, que desconsideram a interdisciplinaridade dos problemas e sem nenhuma ou com baixa participação dos agricultores.

Através das trajetórias dos agricultores familiares, busca-se dar visibilidade aos embates em que se vêem lançados para dispor de suas vidas não como sobreviventes, mas, fundamentalmente, como pessoas que buscam maneiras peculiares de viver os vários sentidos que uma existência pode comportar. Essa cisão entre a vida concebida como sobrevida e a urgente produção incessante das formas de vida exercidas desde baixo, no regime contemporâneo, constitui tema central, principalmente num período de “economia imaterial em que mais e mais a produção se estende a serviços que requerem e formatam a subjetividade” (PELBART, 2000, p. 27).

O presente trabalho enfoca a questão da substituição da cultura da batata pelo fumo, numa região em que já foi a maior produtora de batata da América do Sul no século XX. Sendo assim, torna-se cada vez mais importante esta discussão para uma análise com propostas científicas, como uma intenção de conhecimento concreto da

unidade familiar produtora de fumo e de batata na região de São Lourenço do Sul - RS, capaz de subsidiar um debate na sociedade, bem como propor soluções viáveis para o setor. . Os objetivos específicos são: determinar quais os elementos econômicos que interferiram ou interferem na substituição da cultura da batata pela cultura do fumo; determinar quais os elementos socioambientais que interferiram ou interferem na substituição da cultura da batata pela cultura do fumo e compreender a racionalidade do agricultor familiar inserido nessa realidade.

Desta forma, buscar-se-á analisar uma realidade social complexa e multifacetada que envolve os agricultores familiares e as suas estratégias de reprodução social no município de São Lourenço do Sul-RS realizando uma análise a partir da substituição da batata pelo fumo nas comunidades de Boa Vista e Boqueirão.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO TERRITÓRIO

1.1.1 O entendimento sobre o Campesinato

Torna-se adequado explicitar o modo como o pequeno agricultor é entendido no estudo, por meio de reflexões e trazendo para possíveis discussões algumas considerações de importantes autores, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Eduardo Sevilla Guzmán.

O primeiro, principal pensador da geografia agrária no Brasil na atualidade, teve como referência na construção de seu pensamento a origem dialética, de caráter transformador baseado na justiça social. A partir da contribuição dos geógrafos libertários Piotr Kropotkin e Elisée Reclus, além de outros autores que colaboraram para a consolidação da dialética no pensamento agrário proveniente da Geografia no Brasil, como Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade; que o método ariovaldiano se consolida na dialética marxista de cunho social expressando sua versão de interpretação do campo no enfoque geográfico, em detrimento de outras duas correntes de interpretação do desenvolvimento capitalista no campo. A primeira acredita que houve relações feudais ou semifeudais no campo, explorando o trabalhador assalariado que luta pela reforma agrária na tentativa de extinção do feudalismo e incentivo à entrada do capitalismo no campo. A segunda corrente condiciona a sobrevivência dos camponeses à sua penetração na burguesia ou no proletariado, sendo deste modo, um resíduo social que o capitalismo iria levar a vias de extinção. Entretanto, Ariovaldo (*apud* BOMBARDI, 2007) se contrapõe a estas correntes citando o próprio Marx:

Penso que esses autores “esqueceram” uma frase escrita por Karl Marx em O Capital: “Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e **proprietários de terra**, constituem as três grandes classes na sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista. (OLIVEIRA apud BOMBARDI, 2007, p. 327-330).

Dessa forma pode ser considerado que os camponeses, como possuidores de seu espaço de produção, isto é, como proprietários de seu pedaço de terra, ou ainda, detentores de uma territorialidade específica e definida geograficamente, também se compõem como classe no processo de acumulação capitalista; o que mostra que sua crescente desterritorialização é resultado de um jogo de forças desigual entre os atores hegemônicos do capital e as pequenas comunidades tradicionais (PAULINO, 2007).

Nesse contexto de inclusão da terra entre as estruturas fundamentais do capitalismo, admite-se o camponês como classe social a partir da venda de sua produção e não de seu trabalho, já que o camponês detém a força de trabalho e os meios de produção conjuntamente, extraindo a mais-valia (reprodução ampliada do capital) do produto já produzido, distinguindo a produção do capital da reprodução capitalista do capital. Esta assertiva de Ariovaldo é embasada na condição de que a produção do capital nunca é produto das relações capitalistas de produção, pois quando o capital ao entrar nesta relação é reproduzido via capitalismo e ocorre seu crescimento, há a reprodução ampliada do capital (PAULINO, 2007).

(...) o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA apud ALMEIDA, 2007, p. 356).

O território também merece destaque na construção do pensamento ariovaldiano de maneira que deve ser apreendido como síntese do contraditório, por meio da totalidade real do modo de produção, distribuição, circulação, consumo e seus processos na construção do espaço socialmente estabelecido por diferentes atores.

O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica do território. Já o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA *apud* PAULINO, 2007, p.340).

A partir desta fundamentação teórica, foram originados dois conceitos fundamentais: a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital. A monopolização se dá pela sujeição de renda, onde a expropriação do trabalho é acometida de submissão frente ao capital, onde o conhecimento fica restrito a um pequeno aspecto da produção, ocorrendo uma dependência por parte do agricultor familiar ao capital. Ou como menciona Oliveira (*apud* PAULINO, 2007) “o capital monopoliza as frações do território dominadas pelos camponeses para se apropriar da renda gerada pelo trabalho familiar, e que está contida nos produtos que os camponeses necessitam colocar no mercado”.

Na prática o que ocorre é a compra da produção camponesa a um preço mais baixo que seu real valor. Isto ilustra a diferença entre produção de capital e reprodução capitalista do capital, já que a reprodução somente ocorre nos processos produtivos em que a mais-valia é extraída diretamente dos trabalhadores assalariados. Já a territorialização do capital é o método pelo qual o capital se aloja na agricultura e por intermédio do controle da terra (não necessariamente posse), realiza a produção.

A perda do controle local sobre a produção agrícola ganha contornos mais expressivos durante a década de 1980, pois a produção de escala voltada para os *commodities* tende a tomar o controle das comunidades rurais sobre a produção de alimentos, substituindo o conhecimento tradicional por insumos comprados que requer aplicação de capital e energia, como o uso de recursos naturais não-renováveis. Além disso, como aponta Gliessman (2008), os custos de produção e comercialização deixam os produtores com pouca margem de lucro, chegando a apenas 9% sua parcela na relação dólar por alimento-consumidor.

À medida que a população rural – que, antes, era capaz de se alimentar adequadamente e vender o excedente à população urbana – é empurrada para fora da terra, migra para as cidades, onde se torna dependente para a sua alimentação. Já que a maior parte do alimento produzido na área rural é destinada à exportação, quantidades crescentes devem ser importadas para as áreas urbanas em expansão. Assim, devido a esta dinâmica, o total das exportações de alimentos para os países em desenvolvimento, por parte dos países desenvolvidos, aumentou cinco vezes entre 1970 e 1990, ameaçando sua segurança alimentar e tornando-os ainda mais dependentes dos países desenvolvidos (GLIESSMAN, 2008, p.49).

Consistindo o território o campo da relação da sociedade com a natureza, os deslocamentos de pessoas no espaço representam a expressão do reordenamento territorial e ambiental de vínculos estabelecidos entre a população e seus recursos disponíveis. Porto-Gonçalves (2006) acredita que a alimentação representa questão essencial para reprodução de identidades em sociedades mais tradicionais, tanto quanto o ato de procriação e abrigo dos filhos, na constituição de habitats e hábitos, territórios e culturas.

Os camponeses detêm componentes essenciais na estabilização do espaço, seja local, regional ou nacional. A história nos mostra que os próprios países capitalistas desenvolvidos mantêm seus camponeses nos campos por motivação político-estratégica, enquanto suas transnacionais investem pesadamente em países como o Brasil, talvez o único no mundo ainda a possuir fronteiras agrícolas a serem exploradas (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Entretanto, conforme o mesmo autor, o que o camponês verdadeiramente quer é sua permanência na terra e, de sua posse, realizar-se em sua cultura, em seu modo de produção, em seus conhecimentos, em sua cosmovisão.

O sistema agrícola exercido pelos colonos pode ser determinado como um *modo de vida*, como o fez Schneider (1999), no sentido que se constitui em uma forma de produzir e trabalhar própria dos agricultores, bem como formas de sociabilidade e traços culturais que estes imigrantes trouxeram como sendo uma "bagagem" de valores sociais. No que se refere ao modo de produzir era importante o tamanho das

propriedades, a vegetação existente, o solo, as condições agronômicas e os sistemas produtivos exercidos. Do lado das formas de sociabilidade vicinal eram importantes as trocas simbólicas de alimentos, a prática de ajuda mútua, as relações de vizinhança, as festas comemorativas da comunidade, os jogos de bocha, cartas, futebol, etc. Deste modo, o sistema agrícola colonial deve ser compreendido como uma *forma de produzir* e uma *forma de sociabilidade* como definiu Schneider (1999).

A forma de produzir refere-se à organização do trabalho num processo produtivo capaz de assegurar a subsistência da família, é a maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução (Marx, 1986). A forma de sociabilidade refere-se ao modo pelo qual se estruturam as relações sociais que a família do colono-camponês estabelece com os elementos exteriores (p. 21).

Em relação à criação de animais, observa-se a grande existência de porcos seguidos do gado, galinhas e outros pequenos animais domésticos. Como produtos da transformação animal se destaca a banha que era usada pelos próprios colonos para autoprovisionamento e também vendida, sendo inclusive chamada de *ouro branco* das colônias (ROCHE, 1969).

Ressalta-se a grande produção para autoconsumo como principal meio de sobrevivência ao meio adverso da mata e do trabalho pesado nos primeiros anos de colonização. Esta incidia na produção de gêneros agrícolas diversos, que eram voltados primordialmente à alimentação das famílias que na época eram extensas e numerosas. O colono produzia, primeiramente, para o autoconsumo e só depois deste satisfeito é que ele produzia excedentes de produtos para colocar no mercado, como relatou Schneider (1999).

Waibel (1979) classificou os sistemas agrícolas dos colonos no Rio Grande do Sul em três tipos. O primeiro desenvolvido foi o *sistema de rotação de terras primitiva* o qual consistia na derrubada e queima da vegetação para plantio. O segundo sistema foi chamado por Léo Waibel de *sistema de rotação de terras melhorada*, caracterizando a melhoria das técnicas e cultivos desenvolvidos. O terceiro sistema praticado pelos colonos Waibel (1979, p. 253) chamou de *rotação de culturas combinada com a criação de gado*, em que se praticava a agricultura em terrenos arados e adubados com esterco

dos animais que eram criados.

Tanto Waibel (1979) como Roche (1969) concordam com os principais motivos que levaram à desestruturação e decadência do sistema agrícola colonial. Dentre estes, pode-se elencar o esgotamento do solo devido ao uso de sistemas agrícolas primitivos, o pequeno tamanho das propriedades dadas ou vendidas aos colonos e a divisão (minifundização) das propriedades por herança ou venda como os principais fatores que levaram a queda do sistema agrícola colonial.

Como alegou Léo Waibel, a população não emigrava pelo excesso populacional, mas pelo esgotamento da fertilidade natural do solo que foi acometida pela incompatibilidade dos sistemas de cultivo empregados pelos colonos. A degradação do solo teve como consequência a queda dos rendimentos e da produtividade agrícola, impossibilitando os mecanismos de reprodução colonial. Este processo mais amplo levou os filhos dos colonos a migrarem, primeiramente, para os entornos das próprias colônias velhas em formato de "manchas de óleo". Num segundo momento para outras regiões do Estado, como no Planalto, Oeste, Norte e, finalmente, para fora deste, atingindo os estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e inclusive a Região Norte do país (Amazônia).

Sendo assim, o sistema agrícola colonial pode ser percebido como uma forma de reprodução social dos colonos que passou por várias transformações, no qual as mais significativas dizem respeito ao acesso a terra, ao tamanho das propriedades, a diminuição da fertilidade natural dos solos e ao número de membros das famílias que influenciavam a sua dinâmica.

1.1.2 Elementos teóricos aplicados ao estudo da agricultura familiar

Os colonos se metamorfoseiam em uma "nova" forma social a qual usualmente denomina-se de agricultura familiar. Desta forma, o agricultor familiar "nasce" com características distintas do colono de outrora em relação às estratégias que executa para obter a sua reprodução social, mas também, com algumas características essenciais originais do colono (ABRAMOVAY, 1998).

Pode-se dizer que, neste caso, o novo nasce do velho, mas, sem destruí-lo

totalmente, sem superá-lo completamente em suas bases primordiais. O novo se ergue sobre o velho de forma a ser o velho um sujeito revestido de um caráter novo, diferente e modernamente construído. Isso que evidencia a obra de Abramovay (1998), no qual teve a importância de diferenciar o campesinato da agricultura familiar, superando o debate acadêmico polarizado e dicotômico que se tinha até então entre estudiosos sobre o caráter das formas sociais como: tradicional/moderno, camponês/pequeno agricultor, se capitalista ou não capitalista, etc. Como o autor demonstrou o camponês, e para o nosso caso, os colonos, se tratavam de um *modo de vida*.

Distinguindo-se esta forma social em termos de características sociológicas essenciais e do seu caráter enquanto categoria social no meio rural. Como Abramovay (1998) estabeleceu:

[...] é o que ocorreu de maneira mais intensa no Sul do Brasil - integram-se plenamente a estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho (p. 126-127; grifos no original). O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. [...] O paradoxo de um sistema econômico (é o de que ele), ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (p. 131).

Como Abramovay (1998) constatou, os mecanismos de mercado se confundem com um conjunto de relações e prestações pessoais que os colonos estabeleciam com os comerciantes locais, em termos de empréstimos de dinheiro em casos de doenças, compromisso de venda da produção ao mesmo comerciante, obrigações comunitárias e simbólicas, compra antecipada da produção, etc. Tudo isso demonstra a *pessoalidade* e o caráter, em certa medida, incompleto dos mercados nas colônias do Sul. Quando começam a predominar as características do mercado nas formas camponesas, as condições sociais em que se acertava a sua reprodução social começam a ser prejudicadas, como Abramovay (1998) estabeleceu:

O mercado acaba por substituir o código que orienta a vida camponesa e por aí solapa suas possibilidades de reprodução social (p. 105). As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam *relações claramente mercantis*. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (p. 117, grifos meus).

Assim sendo, no que se refere à agricultura familiar atual, Abramovay (1998) mostra que esta é uma forma social integrada ao mercado, de modo que não pode ser compreendida como um modo de vida como esta era no sistema agrícola colonial devido à impessoalidade com que o mercado se apresenta nas sociedades contemporâneas capitalistas. Os laços comunitários que possuíam um papel importante na reprodução simbólica dos colonos são, em parte, desestruturados, assim como os códigos sociais pelos quais a conduta dos indivíduos se ajustava pelas relações de pessoa para pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1998, p. 127).

Atualmente, conforme o mesmo autor, a agricultura familiar é extremamente dinâmica do ponto de vista econômico e social abarcando uma diversidade muito grande de sistemas produtivos, de tipos de inserção mercantil, de vínculos intersetoriais, sendo capaz de reproduzir-se incorporando as inovações e o progresso tecnológico em larga escala. Ela é, enfim, uma forma social de constituição distinta da forma colonial e, por isso, esta se constitui na base do desenvolvimento rural da sociedade brasileira e dos países capitalistas avançados.

Deste modo, a sua compreensão e estudo devem se dar nos marcos de uma sociedade capitalista, incorporando à sua dinâmica de reprodução social, o entendimento do papel do mercado como esfera impessoal organizadora da vida social, do progresso tecnológico, do Estado, da mercantilização das relações de trabalho e do processo de produção agrícola e da crescente subordinação ao desenvolvimento urbano-industrial. É neste contexto que Abramovay (1998) tenta dar uma definição

aproximada do que seja a agricultura familiar nas sociedades contemporâneas. Para o autor o agricultor familiar é aquele

[...] cuja integração ao mercado é completa e cuja base técnica acompanha os principais avanços permitidos pelo conhecimento científico. [...] O que se escamoteia sobre o nome "pequena produção" é o *abismo social* que separam camponeses - para o qual o desenvolvimento capitalista significa [...] total desestruturação - de *agricultores profissionais* - que vêm se mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (p. 211).

Contudo, não basta apenas diferenciar colonos de agricultores familiares. É preciso, também, no caso da realização de pesquisas e estudos, compreender e definir a unidade de análise da realidade social. Neste sentido, a unidade micro de "leitura" da realidade social, vai ser a família rural. Para isso, embasa as reflexões contidas nesta pesquisa alguns novos elementos, que foram elaborados por outros estudiosos rurais que se propõem a compreender a reprodução social da agricultura familiar na atualidade. Um dos estudos decisivos, neste sentido, é o de Schneider (2003) o qual deu contribuições interessantes e explicativas para se operar o conceito de agricultura familiar. Para este autor, a agricultura familiar não deve ser compreendida tanto por sua integração ao mercado e a incorporação do progresso tecnológico, como o fez Abramovay (1998), mas pelo sentido de suas relações sociais de parentesco e consangüinidade no ambiente intrafamiliar. Como Schneider definiu:

[...] a família rural, entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção) (SCHNEIDER, 2001, p. 9; SCHNEIDER, 2003, p. 106).

No entanto, ressalta-se, que não é uma simples definição operacional que vai dizer o que é a agricultura familiar nas sociedades capitalistas contemporâneas. Deste modo, é preciso o esboço que decore, em partes, dos outros dois é o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, que deu caráter público ao termo dentro do Estado brasileiro.

Neste sentido, as reflexões de Schneider (2003) são as que embasam este estudo para se tentar ir além de uma definição conceitual, pois se tem que elencar vários elementos teóricos e conceituais que melhor situem o debate em torno desta forma social. Para Schneider (2003) são quatro elementos que definem a agricultura familiar nas sociedades contemporâneas.

O primeiro elemento diz respeito à gestão dos trabalhos das unidades familiares. Conforme Schneider (2003), estas funcionam com base no trabalho dos membros da família e até podem, em caráter temporário, contratar outros trabalhadores, como assalariados desde que estes não ultrapassem o número de membros existentes na família. O segundo elemento exposto pelo autor está relacionado a uma especificidade estrutural da agricultura. Refere-se aos obstáculos naturais que a mesma possui e que impedem o desenvolvimento capitalista de se apropriar de todo o processo de produção agropecuário de uma forma contígua. Ou seja, mesmo com notórios avanços científicos e tecnológicos o desenvolvimento capitalista ainda não conseguiu se apropriar da base natural dos processos agrícolas como já realizou, por exemplo, com o setor industrial.

O terceiro elemento elencado por Schneider (2003) para que se compreenda a agricultura familiar atualmente, passa pelo entendimento do ambiente social e econômico em que estas unidades estão inseridas. Neste sentido, o estudo e compreensão de como esta forma social de produção e trabalho se reproduzem, só é possível quando se analisam os chamados condicionantes externos das unidades como a ação do Estado, das políticas públicas, da política macroeconômica, o papel do mercado, de legislações, dentre outros condicionantes mais gerais da sociedade moderna. Segundo o mesmo autor, esse ambiente compõe-se de um espaço social e econômico e um conjunto de instituições, que tendem a fornecer estímulos e determinar limites e possibilidades e, assim, exercer uma influência exterior decisiva sobre as unidades familiares.

Porém, em que pese à importância destes elementos elencados, o fator principal que determina e condiciona a reprodução social destas unidades é a sua natureza familiar. É na família que são encontrados os elementos como: as relações de

parentesco, de gênero, de herança e a lógica de ação da família que determinam escolhas, estratégias e diferentes "caminhos" por onde vai se dar a sua reprodução social. Como formulou Schneider (2003) é em razão das decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico, frente às condições materiais e ao ambiente social e econômico no qual estiver inserida, que ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica, cultural e moral (p. 95).

Estes quatro elementos teóricos são fundamentais ao estudo da agricultura familiar, por permitirem considerar-se o trabalho da família na agricultura com base nas suas relações internas de mediação entre os seus membros domésticos, bem como os fatores externos às unidades que condicionam e determinam a reprodução social dos agricultores. Permite, também, considerar os imperativos e os limites naturais que a agricultura, como setor de atividades, possui frente a certas especificidades ligadas à natureza.

Com estes elementos teóricos vai-se estudar a agricultura familiar por dois ângulos de análise integrados. Por um lado, estuda-se o âmbito da família, da unidade de produção e do grupo doméstico, situando e entendendo as estratégias, escolhas e mediações utilizadas pelo grupo familiar para se reproduzir social e economicamente no curto e longo ciclo evolutivo da família, de modo a compreender a sua lógica de ação e de decisão. Por este ângulo, também se acredita que a agricultura familiar possui certas características que lhes patrocina uma determinada autonomia frente ao contexto social e econômico como: a posse dos meios de produção, a posse do objeto de trabalho (a terra), a organização familiar baseada no trabalho de parentes, etc. Sendo assim, a agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho que detém uma relativa autonomia decisória na alocação dos fatores de produção quando confrontada com o contexto social e econômico em que está inserida. Deste modo, como formulou Almeida (1986, p. 74), a família se *autoproduz* no sentido de que esta cria e gera novas estratégias de ação e de reprodução quando confrontada com condições adversas para continuar afirmando-se e reproduzindo-se socialmente.

Por outro lado, pode-se dizer que a agricultura familiar é determinada em níveis diferenciados pelo modo de produção capitalista em que está inserida e ao qual

se subordina enquanto forma de produção e trabalho. Desta maneira, o seu estudo deve considerar também os padrões sociais e econômicos que a afetam e a determinam nas sociedades capitalistas contemporâneas. Além de sua lógica reprodutiva interna, a agricultura familiar depende parcialmente das políticas econômicas, das decisões, dos agentes e instituições que intercedem e impõem sua vontade na sociedade em geral. Assim, o seu estudo deve ser realizado dentro dos condicionantes mais gerais da sociedade contemporânea, que a afetam de forma permanente, mas dinâmica.

Conforme Mann e Dickinson (1987), a teoria dos obstáculos naturais à penetração do capitalismo no campo não explica somente a permanência das formas familiares nas sociedades contemporâneas, mas explica, também, a permanência da agricultura empresarial ou capitalista que também é determinada em uma base biológica. Explica também, o motivo da agricultura e os processos de base biológica não conseguirem ser apropriados, substituídos e subordinados totalmente à indústria e ao desenvolvimento tecnológico. Mais do que limites naturais intransponíveis, a agricultura se constitui em um setor assentado na base fundiária, no uso da energia solar, nos processos de fotossíntese, na dependência de chuvas, do clima, etc. que não podem ser completamente transpostos pelo capital.

Estes condicionantes podem ser decisões relativas a um determinado tipo de "modelo" de desenvolvimento, as políticas públicas praticadas, a macroeconomia, a política e a ação praticada pelo Estado como agente regulador da vida social, a ação de outros grupos sociais, o mercado, etc. Todos estes setores, agentes e instituições, impreterivelmente, afetam e determinam parcialmente a conduta e as decisões do grupo doméstico familiar nas sociedades capitalistas (SCHNEIDER, 2003).

Neste sentido, como observou Schneider (2003), o estudo da agricultura familiar nas sociedades capitalistas deve ser realizado levando-se em conta as suas estratégias de reprodução social acionadas frente às diferentes situações sociais. Segundo o mesmo autor:

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo através das quais as unidades familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. [...] Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato de vontade individual ou do coletivo familiar e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução, acima de tudo, é o resultado do processo de intermediação entre indivíduos - membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos (p. 95).

Outro recurso sociológico ao estudo da agricultura familiar é a separação da unidade familiar em unidade de produção e grupo doméstico. Esta operação permite uma melhor distinção das esferas da produção e do trabalho, no primeiro caso, e das relações de parentesco e consangüinidade. Nos domínios do parentesco estaria a família, aqui entendida como uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas que não podem ser reduzidas às relações de trabalho. Na esfera do trabalho estaria a unidade de produção e suas "funções" econômicas como: a área plantada, a mão-de-obra utilizada, a relação com o mercado, as tecnologia utilizadas, etc. (CARNEIRO, 2000, p. 155).

O que se pretende nesse estudo é assumir a agricultura familiar como unidade de análise, levando-se em conta tanto as suas relações econômicas quanto as suas relações sociais e culturais, quer seja internamente ou no que pertence aos aconetimentos e condicionantes do ambiente em que a mesma se insere.

1.3 RESISTÊNCIA E SUJEIÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO

O *Dicionário de Política* de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000) remeteu-se ao termo resistência do seguinte modo:

Na linguagem histórico-política, se designam sob o termo resistência, entendido no seu significado estrito, todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, contra a ocupação alemã e italiana (MATTEUCCI, 2000, p. 1114).

Para Matteucci (2000), do ponto de vista lexical, resistência é mais uma reação do que uma ação é mais uma defesa do que uma ofensiva e é mais uma oposição que uma revolução. A resistência européia ao nazismo foi considerada por este autor como um luta patriótica pela libertação nacional contra o exército estrangeiro, ou seja, contra o invasor. Assim, a chamada resistência européia teve influência sobre o pensamento político que, durante algum tempo, vinculou a idéia de resistência a situações de guerra de guerrilha, luta armada da população contra um exercito invasor, sem a intervenção ou o direito de controle de um Estado, que tenha monopólio do direito da guerra e da paz (MATTEUCCI, 2000, p. 1116).

Torna-se difícil encontrar teorizações que fundamentem a idéia de resistência como uma possibilidade de interpretação de processos sociais de oposição das populações locais contra forças externas, pois grande parte dos estudos que descrevem processos designados como de resistência a tomam como algo dado, que prescinde definição.

Dividiu-se os trabalhos sobre resistência em duas categorias, a saber: 1) aqueles que apresentam definições teóricas amplas do termo; e 2) aqueles no qual a noção de resistência é considerada central no entendimento de lutas (contestações) sociais - esteja ou não definida conceitualmente. Na primeira categoria, situam-se os trabalhos de Foucault (1978, 2003) e Gottmann (1952) e na segunda, situam-se trabalhos recentes que tomaram como objeto de análise a resistência, em geral,

situados no âmbito de uma abordagem que muitos denominam estudos pós-coloniais. A maioria desses trabalhos, com raras exceções, tomou como referencial empírico comunidades chamadas tradicionais, preferencialmente, do chamado Terceiro Mundo.

A maior parte dos estudos sobre resistência desenvolvidos por geógrafos tem tido como principal fonte teórica os trabalhos de Foucault a respeito de questões relacionadas às relações de poder. Para Foucault (2003), resistência pertence a um grupo de relações sociais inseparáveis da qual fazem parte ainda dominação, resistência e exploração. Contudo, este autor argumentou que toda relação de poder implica uma estratégia do confronto, na qual as forças da dominação e de resistência não perdem sua natureza específica. Portanto, Foucault (2003) não trabalhou com a idéia de que existe uma estrutura binária de poder, mas enfatizava a existência de uma luta constante e silenciosa entre poder e resistência (SOUZA; GARCIA, 2006).

Gottman (1952) desenvolveu a noção de sistemas de resistência ou iconografia em contraposição aos sistemas de movimento ou circulação. Para Gottmann (1952, p. 214), os sistemas de movimentos estão ligados a “tudo aquilo que chamamos de circulação no espaço”. A circulação favorece a abertura do espaço, portanto, constitui a força motriz da mudança. Já as iconografias podem ser reconhecidas por símbolos (políticos, religiosos e sociais) inerentes a determinados grupos sociais. Elas funcionavam como um sistema de resistência à circulação e à mudança e são controladas pelo poderes políticos. Quando uma comunidade se sente ameaçada por constantes mudanças, ela pode recorrer à sua iconografia, à sua identidade, como forma de resistência e reforço de coesão interna, através de sistemas de símbolos (SAQUET, 2007). Neste sentido, os sistemas de resistência aos quais Gottmann (1952) se refere compreendem algo que de alguma forma constitui uma ameaça. Estes são identificados, sobretudo, no plano simbólico ou, no dizer de Gottmann (1952), no plano de espírito.

Com relação ao segundo grupo de trabalhos, identificou-se um número significativo de trabalhos de cunho geográfico que investigaram movimentos de resistência constituídos em torno do que poder-se-iam chamar de projetos de desenvolvimento, com destaque para os estudos feitos sobre a ampla construção de

barragens no Vale do Narmada, Índia (ROUTEDGE, 1992; 1996; 2003; DWIVEDI, 1999; GANDHI, 2001; KALA, 2001).

Os trabalhos do antropólogo James Scott (1985, 1990) foram bastante influentes sobre os estudos dos geógrafos, por meio de sua contribuição para a revisão do conceito de resistência. Este autor propôs que as formas de resistência estão para além das palavras e atos de protesto explícitos, como demonstrou o caso por ele estudado, em que foram analisados os efeitos da Revolução Verde na aldeia Sedaka (planície do Muda, Malásia) sobre os grupos de aldeões “pobres” e seus vizinhos “ricos”. Tais efeitos promoveram um confronto entre a racionalidade da exploração agrícola dos “ricos” e a moral da economia camponesa dos aldeões “pobres”. Ao estudar as “formas cotidianas” de resistência dos camponeses malaios, James Scott (1985) foi levado a reconhecer modalidades “veladas de resistência”. Neste sentido, o autor foi além do entendimento corrente da “verdadeira resistência” quando entendeu que esta podia prescindir dos quatro critérios que compunham sua definição usual, quais sejam: ser organizada e coletiva, ser íntegra e altruísta, ser revolucionária e negar as bases da dominação. Assim, a noção de “formas cotidianas de resistência”, usada por Scott (1985, p. 33) para apontar as práticas privadas e isoladas de resistência entre camponeses na Malásia contra os proprietários de terra permitiu acrescentar a essas análises a resistência velada dos que “nunca se arriscam a contestar as definições formais de hierarquia e poder”.

O prefácio do livro *“Geographies of Resistance”* (PILE e KEITH, 1997) assinalou para a necessidade de considerar o conceito de resistência em termos próprios e não tratá-lo simplesmente como o outro lado da dominação, e que para uma compreensão espacial da resistência foi necessária uma radical reinterpretação do conceito, para pensar resistência espacialmente.

Para Pile e Keith (1997), os estudos de resistência na Geografia têm colocado questões novas. Não somente a respeito do modo como a resistência tem sido compreendida e quais as expressões geográficas dos atos de resistência, mas também sobre como a geografia torna possível ou impossível a existência de determinadas formas de resistência. As geografias da resistência mostraram que os indivíduos estão

posicionados diferentemente em relações de poder múltiplas e desiguais. Neste sentido, as geografias da resistência não são necessariamente o reflexo nas geografias da dominação, “há distintas modalidades de controle espacializadas, e que a resistência pode ter sua própria espacialidade. Esta distinção se torna mais evidente quando dominação e resistência são separadas e compreendidas geograficamente” (PILE, 1997, p. 2).

Nesta pesquisa, resistência é entendida como um conjunto de relações sociais manifestas por meio de práticas e ações, que atuam no sentido de impedir ou tornar mais lento o progresso de algum processo de mudança. As resistências visam proteger os grupos sociais de ameaças externas às suas condições de reprodução material, social e cultural, que podem ser identificadas no plano das práticas cotidianas e no plano das ações extraordinárias.

As resistências são, em geral, reações de grupos sociais às mudanças que possam vir a ameaçar a expressão de suas territorialidades, entendidas como resultado das interações espaciais entre os grupos sociais e os agentes externos, que promovem as mudanças. Isso explica, porque embora os agricultores familiares percam sua autonomia com o fumo, esta seria uma forma da racionalidade do agricultor para manter-se no campo.

Há, portanto, uma associação entre territorialidade e temporalidade para garantir as condições de produção (SACK, 1986; COELHO, CUNHA, WANDERLEY, 2008)

Deste modo, podemos afirmar que, enquadrados, distribuídos espacialmente, individualizados, postos em relação a uma atividade, vigiados para por fim gerarem um registro que deu forma e conteúdo a diversas disciplinas de saber; os corpos, além de se tornarem dóceis e úteis, ainda produziram um incorpóreo que possuiria nele próprio todas as regras e princípios da clausura, e assim constituído, emitiria murmúrios anônimos difíceis de diferenciar dos próprios desejos, e este incorpóreo seria nada mais, nada menos que as subjetividades que os corpos devido aos efeitos dessa sujeição reconhecem como sendo próprias a eles. Estaria cumprida então a

necessidade em nível micro da criação de corpos individuais, celulares, produtivos e dóceis necessários à produção capitalista.

Seguindo as relações entre as diversas instituições que operavam segundo as regras classificadas por ele como disciplinares, Foucault (2002) afirmou que o ocidente após a consolidação e hegemonia do modo capitalista de produção entre fins do século XVIII e meados do século XX viveria sob a uma organização social a qual denominou sociedade disciplinar que em linhas gerais poderíamos caracterizar como,

[...] aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações adequadas para a “razão” da disciplina. O poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação de parâmetros e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados (HARDT; NEGRI, 2002, p. 42).

Sujeitos individualizados, dóceis e produtivos: eis os efeitos de técnicas de poder que incidiram sobre o corpo no sentido de treiná-lo e intensificar sua funcionalidade.

Mas, a garantia do funcionamento de uma sociedade que começou a basear a criação de sua riqueza a partir da extração da força de trabalho de sujeitos inscritos em aparelhos de produção não seria conseguida somente com a criação de corpos úteis e dóceis facilmente controlados pelos sistemas de comando criados nas instituições de seqüestro.

Tarefa um pouco mais ampla e talvez mais complexa fosse garantir a existência de corpos dispostos a serem inscritos nesses aparelhos.

As disciplinas que funcionavam tão bem quando o objetivo era a domesticação e a utilização exaustiva, nesta nova tarefa, pouco teriam a contribuir, porque, o que estaria em jogo agora seria a gestão da vida de uma população com todos os elementos complexos que tal função exigiria.

Essa tarefa determinou uma atuação bem mais complexa e ao mesmo tempo complementar à das disciplinas, porque, agora o elemento de articulação não seria o corpo individual na intenção de extrair do mesmo o máximo de forças, mas, a zona de

incidência seria a vida humana e a intenção seria manter o máximo de corpos em condições de assujeitamento,

[...] durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie (FOUCAULT, 2002, p. 289).

Disseminando-se sobre a vida no sentido de garantir a sobrevivência da espécie humana esta técnica de poder sobre a vida mudou de forma drástica o alvo sobre o qual sucederia. No lugar do corpo individual – entendido aqui como corpo máquina – com as suas forças e virtualidades a desenvolver, ela se destinou a abarcar a população e todos os fenômenos a ela imanentes como o seu alvo principal. População agora entendida como uma entidade a que caberia a esta técnica de poder (biopolíticas) regular e controlar,

[...] centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2001, p. 131).

Tivemos assim técnicas de poder centradas na vida – biopoder – e que se bifurcaram em dois níveis principais: uma preocupada com o corpo enquanto indivíduo (disciplinas) e outra preocupada com a população entendida como fenômeno principal de controle na garantia da continuidade da espécie (biopolíticas).

Uma última palavra sobre a compreensão do funcionamento dessas técnicas de poder que se integram na estratégia geral denominada por Foucault (2001) de Biopoder é que onde haja exercício de poder há resistência.

Resistência que se caracterizaria muito menos como uma frente única que do exterior se oporia frontalmente a uma entidade ou instância que possuiria por si “o poder”, do que resistências múltiplas, singulares, imanentes às correlações de força presentes nas relações de poder mais apreensíveis como pontos múltiplos em uma rede de afetações que as relações de poder teceriam ao exercerem-se como afirma Foucault (2001, p. 91),

[...] que onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos necessariamente “no” poder, que dele não se “escapa”, que não existe, relativamente a ele, exterior absoluto, por estarmos inelutavelmente submetidos à lei? Ou que, sendo a história ardil da razão, o poder seria o ardil da história – aquele que sempre ganha? Isso equivaleria a desconhecer o caráter estritamente relacional das correlações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.

Ao tratar das dinâmicas de territorialização que envolvem empresas fumageiras e agricultores familiares de São Lourenço do Sul-RS, ressaltam-se os diferentes significados que o controle territorial tem para estes atores sociais. Enquanto para as empresas, tratar a área da “invasão” da empresa fumageira como um território implica adotar uma estratégia temporária que impeça o desenvolvimento de qualquer ameaça ao seu empreendimento, para os agricultores familiares, a definição e a manutenção dos seus territórios “pode significar acesso a terra e garantia de futuro, do devir” (COELHO, CUNHA e WANDERLEY, 2008, p.04).

Sendo assim, passamos a abordar nossa problemática em termos das “relações de poder” que delimitam as possibilidades de ação dos agricultores e a implementação do fumo na região de São Lourenço do Sul - RS, como sujeitos livres e ativos, amparando-nos especialmente em alguns dos últimos trabalhos de Michel Foucault. A abordagem de Foucault nos pareceu apropriada por contribuir para uma discussão acerca das possibilidades de ação dos diferentes sujeitos envolvidos a partir

de uma perspectiva não imobilista, já que o autor considera como condição ao exercício do poder a existência da liberdade. Além disso, esta abordagem fornece apoio teórico a dados empíricos que revelam as estratégias utilizadas por alguns para controlar a ação dos outros. Ou seja, não limita a análise das relações de poder aos seus efeitos, muito menos a uma abordagem econômica, o que do nosso ponto de vista contribui para elucidar possibilidades de mudanças nas relações existentes.

Para Foucault (1995) não existe “o” poder. O poder só existe em relação, em exercício. Ao mesmo tempo em que afirma que as relações de poder se enraízam no conjunto da rede social, nega a existência de um princípio de poder primeiro e fundamental que dominaria até o menor elemento da sociedade.

Por este fato o autor afirma que devemos nos deter na análise das “relações de poder” e sugere que iniciemos pela análise das formas de resistência ao exercício do poder: “Para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (op.cit. 234).

Nesta proposta do autor está subentendido o que, para Foucault, é condição ao estabelecimento de uma relação de poder: a liberdade. O poder só se exerce sobre sujeitos livres, sujeitos que podem tentar escapar, resistir ao exercício do poder. E sobre esses sujeitos livres, o poder implica na determinação das suas possibilidades de ação. O exercício do poder não corresponde à ação direta e imediatamente sobre os outros, ele é sempre uma ação sobre a ação dos outros (“sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” – op.cit. 243).

Para Foucault, o exercício do poder é

Um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos **sujeitos ativos**; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (“...”) O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade.” (FOUCAULT, 1995:243-244, grifos nossos)

Deve-se destacar ainda que em seus últimos trabalhos Foucault preocupava-se então, com a constituição dos sujeitos a partir das relações de poder, nas quais está

inserido. Estava preocupado pela “maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si” – mas ressalta – “essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2004, p. 276). Assim, para Foucault, os sujeitos se constituem nas relações de poder e não são independentes delas. É nas relações de poder que se constitui, então, a subjetividade dos indivíduos – “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 236). Em lugar das diferentes relações de poder nas quais está inserido, o indivíduo desenvolve um tipo de relacionamento consigo mesmo:

[O sujeito] não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembléia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. “E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito em relação aos jogos de verdade”. (FOUCAULT, 2004, p. 275, grifos nossos)

O autor enfatiza a importância dos “jogos de verdade” na constituição das diferentes formas que o sujeito assume – nas diferentes subjetividades do indivíduo. Os “jogos de verdade”, aos qual Foucault se refere, estão relacionados à maneira pela qual uma determinada coisa pode ser tomada como objeto de conhecimento possível, como ocorre a sua problematização como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte ela foi submetida, que parte dela própria foi considerada pertinente. Ou seja, relacionam-se ao modo de objetivação de determinada coisa. Ao mesmo tempo, esses “jogos de verdade” estão relacionados às condições às quais o sujeito deve estar submetido, qual o seu *status*, que posição deve ocupar no real e no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento. Ou seja, os “jogos de verdade” estão também (e ao mesmo tempo) relacionados ao modo de subjetivação do sujeito (FOUCAULT, 2004, p. 235).

Por meio do que se tem como verdade são definidas as relações do sujeito consigo mesmo e com os outros:

(...) o cuidado de si implica também a relação com um outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. Assim, o problema das relações com os outros está presente ao longo desse desenvolvimento do cuidado de si. (FOUCAULT, 2004, p. 271, grifos nossos)

Se articulação do cultivo do fumo sobre o cultivo da bataticultura e a perda de autonomia do agricultor, pode trazer implicações para os agricultores familiares em todas as suas formas sociais é porque a relação ambiental desses agricultores passou a ser objeto de um saber específico e necessário à implantação da política da Convenção Quadro, por meio de, por exemplo, propostas de diversificação das culturas sobre o cultivo do fumo. Uma vez que o que está em pauta é a relação dos próprios agricultores com o ambiente nas suas propriedades rurais, a constituição dos agricultores familiares como sujeitos livres no processo de adesão à fumicultura e as suas possibilidades de ação estão certamente vinculadas ao processo de constituição desse saber específico: às maneiras pela qual a relação é problematizada e às condições a que deve estar submetido o sujeito para se tornar sujeito legítimo desse conhecimento.

Assim, as possibilidades de decisão dos agricultores familiares estão vinculadas às condições que determinam o recorte analítico dado ao objeto (por exemplo, a relação ambiental dos agricultores enfocada a partir de uma perspectiva eminentemente técnica-econômica), e das condições que determinam quem pode, diante do recorte dado, “conhecer” o objeto e, conseqüentemente, participar da elaboração de propostas de alternativas ao fumo.

Então, diante da perspectiva analítica do poder em Foucault, inscrevemos nossa questão no campo de possibilidades de ação dos agricultores no âmbito das relações de poder que emergem no processo de assujeitamento. Dentro desse campo de possibilidades, os agricultores como sujeitos livres, estariam *sujeitos a* (e usariam

de) estratégias de confronto para o estabelecimento de relações de poder a partir das quais uns determinariam as ações dos outros.

As políticas de desenvolvimento e suas relações com dispositivos de planejamento e controle situam-se, nas sociedades capitalistas, em um espaço discursivo comum, afeitos a um sentido de governo auxiliado por novas tecnologias e saberes na função de gerir a vida biológica dos indivíduos e das populações. Instituições lançam mão do exame dos movimentos próprios da vida humana, buscando a minúcia de todos os seus aspectos. Refletindo principalmente no modelo clássico de extensão rural – com seu conjunto de questionários, exames e difusão de saberes e técnicas –, normas de socialização das sociedades avançadas, tecnificadas, informatizadas, “em rede”, visam integrar todos os aspectos de práticas sociais não cooptadas ou micropráticas não colonizadas por uma “cultura hegemônica”.

Diversas experiências isoladas são recortadas e anexadas em domínios apropriados de estudos teóricos e de intervenção socioeconômica. Definem-se os padrões de funcionamento de certas práticas, difundem-se esquemas de ação, discursos, ideias e ideais identificados a um padrão de desenvolvimento, a uma normalidade e, após esse processo, identificam-se o diferente, a anomalia e a exceção para tratá-los e reintegrá-los às práticas normalizadoras segundo uma estratégia discursiva de justificação e legitimação de sociedade. (PEEEMEMIDA; ALMEIDA, 2006)

Segundo Foucault (1977, p. 126) “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. Não é isto o que está acontecendo com nossos corpos que precisam cada vez mais trabalhar, não tendo “tempo” para a apropriação deste trabalho e a construção de sentidos e significados para o mesmo? Um trabalho, que na lógica capitalista, tem cada vez mais explorado homens e mulheres? Um trabalho onde não cabe falar em experiência.

Resistências como práticas da liberdade, que, como vimos, ocorrem no interior das relações de poder, que por sua vez se alimentam da liberdade dos próprios sujeitos. Portanto, não dá para falar de uma única liberdade universal e completa e sim em liberdades no plural e que nunca estão acabadas, pois são construções e como tal

se exercitam e se colocam em movimento na constituição de cada um/uma de nós na história.

Abordando sobre a questão da emancipação, o que gera leituras distintas sobre o fenômeno: Prestes Motta e Alcadipani (2003), por exemplo, defendem a idéia de que, para Foucault, onde há poder, há resistência e, portanto, possibilidade de emancipação, sendo este um ponto fundamental de sua analítica do poder. Partindo destas elaborações, podemos dizer que há no campo dos estudos críticos em organizações, duas posições distintas sobre o fenômeno da resistência e da emancipação: a posição de alguns críticos pós-estruturalistas, que reduz, ou até mesmo extingue, a amplitude da resistência, defendendo que a única possibilidade de resistir é através de uma micropolítica que conduz à microemancipação.

É sabido que o cultivo do fumo em folha ocasiona diversos problemas socioambientais, entre eles o esgotamento do solo, o assoreamento dos cursos d'água, o extermínio de reservas florestais (matas nativas) e danos à saúde, devido ao uso intenso de agrotóxicos.

Como centralidade tem-se uma forma de governança baseada na “apropriação” e no “controle”. O emprego da mão-de-obra infantil associado ao empobrecimento das famílias e ao uso extensivo do trabalho familiar no cultivo do tabaco foi outro problema citado pelos agricultores entrevistados. É comum relatos de professores da rede pública de ensino que atendem escolas nas áreas rurais indicando o déficit cognitivo de crianças que trabalham na lida com o fumo, além da evasão escolar.

Os fumicultores vivem em um modo peculiar e doloroso de participação na sociedade, em que são privados das condições básicas de inserção social, definidas por valores que o próprio capitalismo divulga como o direito à igualdade, ao bem-estar e ao acesso pleno aos bens que essa sociedade é capaz de produzir.

Martins (1997) chama de "inclusão perversa" uma realidade que não priva em termos absolutos, nem exclui de fato, mas simula pertencimento numa realidade de padecimentos e privações. A capacidade de resistência dos pequenos agricultores que plantam fumo é ainda condicionada pelo vínculo e pela dependência socioeconômica frente às indústrias do sistema de integração rural. Esse é o principal obstáculo para um

programa de diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas que atenda aos fumicultores. Martins (1997), também considera que não existe a exclusão e sim processos excludentes, os quais fazem parte dos sistemas econômicos e de poder.

A inclusão marginal é um processo inerente à forma de produção e acumulação capitalista, que por si só já é um sistema excludente. Trata-se de um processo em que as escolhas oferecidas aos cidadãos são insuficientes para reverter o quadro de privação em que estão inseridos (Martins, 1997; 2003).

Em síntese, para Martins (1997), apenas a ideia de excluído é insuficiente e não explica muito acerca do fenômeno. Além disso, o conceito aparece desprovido de uma compreensão histórica. Segundo o autor, na sociedade capitalista não podemos versar sobre uma exclusão absoluta, ou seja, não pode haver uma sociedade capitalista baseada na exclusão, pois toda dinâmica dessa sociedade baseia-se em processos de exclusão para incluir, de outro modo, segundo regras e lógicas próprias.

Para Martins (1997), é característica dessa sociedade o desenraizamento, que se constitui num processo de exclusão dos indivíduos em relação àquilo que eles eram e que costumam ser, ou seja, em relação aos lugares que ocupavam e os papéis que desempenhavam na sociedade. Na sua visão, o sistema precisa transformar cada indivíduo em membro da sociedade e a maneira pela qual se entra nessa sociedade ocorre de duas formas: como produtores ou consumidores de mercadorias. Desse modo, o que deve ser analisado é a forma de inclusão na sociedade. A esse processo, o autor dá o nome de inclusão precária ou marginal. Inclusão, ao que denomina de “inclusão precária e instável, marginal”, a qual ocorre propositalmente em decorrência das políticas econômicas atuais.

São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário a mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes (MARTINS, 1997, p. 20).

Esse processo de exclusão, com a inclusão precária, segundo o mesmo autor, gera novas categorias sociais caracterizadas pela degradação humana. Há uma nova mentalidade, diz o autor, a “mentalidade do moderno colonizado” numa “sociedade da imitação”, em que toma o lugar da criação e da revolução à reprodução.

Esse agente da recolonização da sociedade tem sua principal característica na perda da capacidade de criar, de cultivar a inteligência crítica, de revolucionar as relações sociais privilegiando a dignidade humana como referência fundamental da vida (MARTINS, 1997, p. 23)

Conforme o mesmo autor, o trabalho pode ser um bom exemplo desse processo de exclusão/inclusão, em que o trabalhador está inserido socialmente pelo trabalho, mas em muitos casos essa inclusão caracteriza-se como perversa, face às condições de trabalho e de vida a que está submetido. Essa inserção possibilita principalmente a inclusão no consumo e garante a manutenção do sistema capitalista.

Pode-se dizer que essa situação de inclusão perversa, nessa mentalidade “recolonizada”, constitui-se na essência do trabalho do agricultor familiar assujeitado ao cultivo do fumo.

A lavoura do fumo é de difícil mecanização e exige lida manual, cuidados que sujeitam os trabalhadores a um contato direto com os agrotóxicos e a própria seiva de nicotina da planta. O sistema floating que dispõe as mudas em bandejas e as imergem em caldas de agrotóxicos até reduziu a carga de substâncias utilizadas, mas nem por isso retirou a toxidade delas, ou fez impedir a contaminação de mananciais e solos próximos às áreas de cultivo. Outro exemplo da irresponsabilidade das fumageiras com a vida é que, sistematicamente, elas negam evidências científicas que apontam o potencial teratogênico do Flumetralin, substância ativa do anti-brotante Prime Plus, amplamente comercializado para ser aplicado na fase do desbrote das flores e folhas do fumo. Esse produto causa má-formação fetal, problemas congênitos, é neurotóxico e cancerígeno. Fosse outra a preocupação das empresas fumageiras, o discurso de que as lavouras de fumo usam menos agrotóxicos do que as de tomate seriam mais comoventes.

Mas, essa é apenas mais uma faceta do interesse comercial que as orientam.

Tudo para atender aos padrões de qualidade e exigência dos importadores de folhas de fumo e muito pouco, ou nada, para a saúde dos agricultores que, quando buscam atendimento em casos emergenciais, devem ir ao Sistema Único de Saúde (SUS), pois a indústria que exige e monitora a utilização dos agrotóxicos não oferece assistência alguma. Isso também não é surpresa, pois os fumantes acometidos por trombose obliterante, doença exclusivamente provocada pelo cigarro, que faz as partes periféricas do corpo necrosar, também não têm assistência alguma.

1.4 Assujeitamento de corpos

Os processos de aumento do controle e da segurança estão inseridos como um fluxo que se apresenta múltiplo e contínuo no contexto social atual. Se anteriormente a vigilância estava concentrada e vinculada às instituições – como escolas, fábricas, prisões e hospitais da sociedade disciplinar –, atualmente ela não se encontra restrita a tais espaços, mas se insere e se difunde no cotidiano – no qual às formas amplificadas das tecnologias eletrônicas são dadas funções ininterruptas de controle e de segurança. Tais equipamentos são utilizados não somente no sistema prisional (com aplicação do controle e da vigilância inclusive fora de seu domínio físico), mas na variedade possibilitada pelas adaptações destas tecnologias, de maneira ininterrupta, potencializando, em termos políticos, a vigilância social (GERALDINI, 2009).

As formas de expansão dos controles atuais compõem novas disposições de forças em que se percebe o chamado controle por modulações, que se operacionalizam como controle ao ar livre (DELEUZE, 1992). Segundo este autor, novas forças instalam-se lentamente e são aceleradas no período pós-segunda guerra, produzindo uma crise generalizada de todos os meios de confinamento das instituições que emergiram nas sociedades disciplinares. A crise destas instituições seria a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação, de maneira que, embora se façam reformas, os meios de confinamento estariam condenados. Os controles como modulações são de rotação rápida, contínuos e ilimitados. Tais novas forças anunciam a substituição das sociedades disciplinares pelas sociedades de controle.

Por meio das disposições dadas às novas tecnologias eletrônicas, é possível à sociedade atual inserir-se num movimento de maior assujeitamento, pois se esvaziam as forças de atuação contrárias às regras instituídas, ao aparecerem dispositivos que põem o assujeitamento como condição de participação num determinado sistema-bônus. Os benefícios disponibilizados atraem os efeitos de assujeitamento, sob a forma de participação política assujeitada. São construídos, de forma potencializada, novos assujeitamentos, novas obediências. Produzem-se investimentos para formar 'cidadãos de bem' que, estrategicamente, passam a corpos-inclusos do sistema. A tecnologia eletrônica é disposta sob a forma de investimento explícito na segurança pública, mas de maneira menos manifesta no assujeitamento dos corpos, de forma a obter com potência e sutileza boa conduta moral e social. A promoção da segurança pública, possibilitada por meio das parcerias entre empresas privadas e órgãos públicos, encontra-se vinculada inclusive aos cidadãos. Parece haver uma tendência na sociedade do controle de se pleitear inclusão e participação na e pela vigilância.

São movimentos que investem em corpos-políticos, participativos; são discursividades acerca da vigilância, da segurança e do controle que realizam novas conexões; são novas práticas sociais que se inscrevem tanto para aumentar controle e segurança quanto para revalidar práticas instituídas que perderam força e se encontraram caóticas nas disposições atuais; são novos efeitos de subjetividade que provocam assujeitamentos, visto que são mobilizadas mais obediências e menos contraforças.

O que se percebe, atualmente, é a grande repercussão de controles com tais características, que se fazem cada vez mais presentes no cotidiano, mostrando-se muitas vezes inquestionáveis em sua utilidade e seus benefícios. Investe-se nas tecnologias e objetiva-se um fluxo contínuo de controle social que, pela grande vantagem de se obter segurança pública, ganha difusão, adaptações e créditos para que a vigilância esteja positivamente, e em fluxo, nos contextos. Preza-se a vigilância, preza-se o controle. O que não se percebe é que se forma uma sociedade cada vez mais assujeitada, que se engessam as possibilidades, inclusive, de se questionar as

formas de atuações inseridas por meio do uso das tecnologias de vigilância. Difícil se faz o entendimento de que há, cotidianamente, a promoção dos assujeitamentos.

Na perspectiva de uma psicologia da vigilância, difícil se faz o entendimento de que há cotidianamente a promoção do assujeitamento. Pessoas/corpos ativos produzem-se na manutenção e promoção do 'seguir e respeitar regras'. A sociedade beneficia-se com tecnologias de vigilância, ao ponto de formar acomodações de corpos assujeitados, destituídos de práticas transgressoras, pela confiança nas novidades e vantagens de tais práticas.

A promoção da participação-inclusão em corpos-agentes, participativos nos mais variados níveis, não mostra a função imposta: participar politicamente, mas só até determinado ponto. Não se quer que as atividades políticas e participativas sejam levadas ao extremo. Há imposições e limites (e respeitam-se tais limites!), impõem-se regras de bom-funcionamento. Entende-se a sociedade atual como mobilizadora deste formato: para que os corpos participem dos benefícios, devem ser ativos, participativos, políticos e, impreterivelmente, devem respeitar regras que impõem formas/fórmulas (inquestionáveis, por trazer tantos benefícios!), destituindo 'contraforças', sob o processo de assujeitamentos dos fluxos contínuos das práticas político-sociais de vigilância (GERALDINI; FILHO, 2010).

1.5 A QUESTÃO DA RACIONALIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES

1.5.1 A tradição e a racionalidade instrumental

Atualmente, o ritmo das mudanças acelera-se e é nesse procedimento de mudanças devastadoras, que “a tradição é vista como elemento do passado que tende inexoravelmente a desaparecer no confronto com a modernidade ou a ela se subordinar.” (CUNHA, 1997, p.37); como se a história fosse feita apenas de rupturas que caminham num sentido progressivo e ascendente.

Conforme o mesmo autor, do ponto de vista da razão evolucionária que transcorre do pensamento social moderno, “tradição e modernidade” são vistas numa perspectiva linear, como estados ou momentos sucessivos do processo histórico, como se a modernidade se traduzisse necessariamente em avanço - estágio superior da vida humana.

Em compensação, as chamadas formas tradicionais de produção são concebidas como atrasadas estacionárias, pertencentes a uma fase evolutiva superada historicamente pelo “avanço” da modernidade. (CUNHA, 1997, p.02)

Assim sendo, o paradigma da racionalidade instrumental, ajuda a formar no imaginário coletivo da sociedade, a crença de que a noção de desenvolvimento está necessariamente associada à noção de técnicas e porque não dizer técnicas científicas postas a serviço da produção capitalista. Enquanto “O conceito de tradição insere-se na ordem da natureza, como se o primitivo estivesse na condição de atraso por estar próximo a natureza ou a ela submetido (...) o conceito de desenvolvimento inclui-se na ordem da cultura, representando o avanço tecnológico, as conquistas científicas - o domínio da natureza alcançado pela racionalidade industrial” (CUNHA, 1997, p.07).

Verifica-se que, tradicionalmente, à idéia de racionalidade está associado o conhecimento objetivo da realidade, assim, é necessário reduzir o espaço para

interferências oriundas de sentimentos, percepções, paixões, crenças e demais expressões de subjetividade, dessa forma há uma associação direta entre racionalidade e verdade, objetividade e necessidade, não sendo considerado racional aquilo que é meramente subjetivo, assim toda forma de pensamento que fuja deste esquema será considerado falso e irracional (CHAUÍ, 1999).

O livre-arbítrio também é limitado porque o poder de escolha dos seres humanos é paralisado, se for grande o número de oportunidades iguais. Tal limitação das possibilidades é necessária para a escolha. Eis que “a tentativa de limitar as condições de escolha, de forma que torne praticável o exercício de querer, é o que chamamos de criar ou realizar um ‘propósito’, ou finalidade” (BARNARD, 1971, p. 45).

Os objetivos são vistos como tentativas de limitar as condições de escolha. As limitações, dentro das quais a escolha é possível, são impostas pela presença conjunta de fatores físicos, biológicos e sociais.

WEBER (1864-1920) tenta explicar as origens do Capitalismo e a forma racional da organização capitalista, na sua obra mais conhecida, a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), onde adota como conceito de racionalidade capitalista, o significado de provisão das necessidades humanas, pelo método da empresa, via de lucro.

Esse conceito, no entanto, tem diferentes sentidos: o sentido de calculabilidade e uso da tecnologia; dos componentes deste novo modo de produção que seria a apropriação de todos os meios de produção; a tecnologia reduzida ao cálculo quantificado com o objetivo de reduzir custos, a exigência do trabalho livre; um mercado sem barreiras irracionais, ou seja, não restrito.

Sua racionalidade decorre atualmente da maneira direta da calculabilidade precisa de seus fatores técnicos mais importantes.

Isso resulta numa dependência da ciência ocidental, especialmente das ciências matemáticas e das experimentalmente exatas ciências da natureza. O desenvolvimento de tais ciências e das técnicas baseadas nelas por sua vez recebeu e recebe importantes impulsos dos interesses capitalistas ligados à sua aplicação prática na economia (WEBER, 1967, p.10).

O tema central da análise de WEBER é a cadeia causal entre os elementos que originaram essa racionalidade: tipo de organização de trabalho; leis que, garantidas pelo Estado, pudessem fornecer condições favoráveis ao comércio; enfim, uma série de condições que ocorreram foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. A simples acumulação de riquezas não é condição fundamental para a existência do mesmo. Weber tenta mostrar que são múltiplas as determinações das origens do capitalismo e que não se restringe a análise das questões econômicas, mas culturais, religiosas e morais.

Os representantes da Escola de Frankfurt¹ (Adorno, Marcuse, Benjamin, Habermas, Horkheimer, dentre outros), a partir da década de vinte na Alemanha e, posteriormente, nos Estados Unidos retomam a crítica a racionalidade capitalista, cujo cerne das discussões localiza-se na denúncia dos valores individualistas cultuados pelas sociedades urbano-industriais, da massificação da indústria cultural e da racionalidade instrumental das correntes positivistas. Propõe uma reflexão radical, tanto no que se refere à utilização das ciências e das técnicas que são colocadas à serviço da reprodução/valorização do capital, quanto ao mito da neutralidade axiológica no processo de conhecimento. (GUERRA, 1995, p.69)

Nessa definição, MORIN (1994) comenta que a razão, ainda sendo um fenômeno evolutivo, "... não progride de forma contínua e linear, como julgava o antigo racionalismo, mas por mutações e reorganizações profundas." (MORIN, 1994, p.129)

Conforme (Merleau Ponty citado por Morin, 1994) para podermos criar uma razão diferente daquela instituída pela sociedade capitalista "... a tarefa é alargar a nossa razão para torná-la capaz de compreender aquilo que, em nós e nos outros, precede e excede a razão". (1994, p.130)

1 A escola de Frankfurt caracteriza-se pela criticidade frente às questões da modernidade, e o problema da racionalidade foi tema central nos escritos de Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas. A crítica da modernidade nesses autores segue uma tese comum: a afirmação de que na sociedade moderna a racionalidade transforma-se em instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social. Quer dizer: *a razão é transformada em instrumento útil aos interesses do capital*, afastando-se do ideal clássico da racionalidade ética fundante da ordem social. Por isso há um esforço desses pensadores em resgatar a razão como categoria ética e elemento de referência para uma teoria crítica da sociedade.

No entanto, não há mais lugar para uma abordagem simplista, seja ela naturalista, ecológica ou sociopolítica. Para se tentar entender os processos de transformação que compreende qualquer sociedade rural em transição a questão tem que ser abordada através de modelos analíticos complexos, que rejeitem interpretações lineares e unificadas que sejam capazes de considerar um sistema global de interações onde se combinam as restrições naturais, as forças do mercado, as práticas técnicas e as relações sociais e/ou simbólicas. (RAYNAUT, 1994, p.82)

Segundo Habermas, devemos sempre nos colocar "... à procura dos vestígios de uma razão que conduza, sem apagar as distâncias, que una, sem reduzir o que é distinto no mesmo denominador, que entre estranhos torne reconhecível o que é comum, mas deixe ao outro a sua alteridade." (1993, p. 112).

Compreendendo a agricultura familiar como um segmento, ainda perpassado pelo processo racionalizador da modernização agrícola, conseguiu se manter devido, sua habilidade para congregar intervenções externas, nutrindo sua própria dinâmica interior, ao interpretá-las e adaptá-las aos seus próprios processos de mudança.

Seja do ponto de vista técnico ou das relações sociais, essas sociedades de maneira nenhuma devem ser vistas como instrumentos passivos de forças externas. Elas também contribuem para seu próprio desenvolvimento (RAYNAUT, 1994, p.82).

Dessa maneira entende-se que, embora de uma forma diferente da racionalidade econômica, os modos de percepção do agricultor estão presentes no formato como organiza sua unidade produtiva e que, a percepção camponesa pode persistir nos contextos de predominância da sociedade urbano-industrial desde que ela não seja percebida como um modelo cristalizado, uniforme e ahistórico, no sentido de uma cultura específica e universal, mas no sentido de uma visão de mundo pautada em relações sociais específicas e que se expressam ativamente, de forma a transformar e a recriar o seu mundo social e natural. (CARNEIRO, 1997, p.183)

Identifica-se a importância dessas e demais questões no processo de modernização econômica do país e as desigualdades em que a realidade concreta se apresenta, para que possamos compreender com maior clareza os elementos de mudanças e manutenção de estruturas sócio-econômicas e agrícolas, a partir das

estratégias utilizadas pelos agricultores para sua reprodução social, frente às limitações presentes na região estudada e a visão dos indivíduos envolvidos a respeito desse processo.

As estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração. O grande desafio dos agricultores familiares incide em garantir um espaço de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar), sem que isso se torne técnica e economicamente inviável (BRUMER apud LAMARCHE, 1993, p.205).

1.5.2 Os camponeses e suas especificidades

Alguns autores vêm, há muito, pesquisando as especificidades dos camponeses, como, por exemplo, Cândido (1975), Chayanov (1974) e Heredia (1979), entre outros, os quais concordam em que os camponeses devem ser analisados em termos de suas especificidades, ou seja, partindo do pressuposto de que esse grupo social é dotado de uma racionalidade própria.

Sob esta visão, Cândido (1975) cria uma tradição nova, em que cada população, antes de tudo, é ambientalizada, conformando a importância de se perceber o local onde está inserida e as relações estabelecidas entre as comunidades e o ambiente natural.

Confirmando essa colocação, Posey (1997) mostra que a racionalidade dos camponeses e das demais populações tradicionais é o resultado de uma ambientalização que combina processos sociais com os aspectos simbólicos.

Complementarmente, Woortmann e Woortmann (1997) constataram que o processo de trabalho faz-se, de um lado, a partir de uma idealização da natureza. Desse modo, não existe uma natureza em si, mas sim uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida. De outro lado, o trabalho se faz no interior de um processo de relações sociais que transformam a natureza. O significado simbólico do trabalho e o modelo do saber não são dimensões separadas, portanto, as sociedades camponesas

incorporam, em sua racionalidade, a produção e o meio ambiente como uma realidade única.

Assim, Dayrell (1998) ressalta que a relação estabelecida entre produção e natureza é mediada por este saber, proveniente do conhecimento acumulado, transmitido e enriquecido ao longo das gerações. Esse saber é chamado, por alguns autores, de tradicional, não porque ele se conserva, mas porque se renova, porque é dinâmico. Neste contexto, é importante esclarecer que, para efeitos desta pesquisa, o uso do termo tradicional não deve ser interpretado a partir de uma visão dicotômica - que separa em lados opostos a modernidade e a tradição - mas sim como algo dinâmico.

As sociedades camponesas, chamadas de populações tradicionais por alguns autores, apresentam algumas características que foram descritas por Cândido (1975) e sistematizadas por Diegues (2001), e que se referem:

A forma como essas populações se relacionam com a natureza e entre si (laços de parentesco, transmissão do saber entre as gerações, etc.); à importância das atividades de subsistência e das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativas; à reduzida acumulação de capital; à utilização de tecnologias simples, de baixo impacto sobre o ambiente; à reduzida divisão técnica e social do trabalho; ao fraco poder político e à auto-identificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras.

Contudo, antes de abordar a questão da conservação da biodiversidade, é preciso apresentar o conceito de camponês que norteia essa discussão. A definição fornecida por Toledo (1996) reúne, além dos aspectos econômicos, os ecológicos, culturais e do tipo de energia utilizada pelos mesmos durante o processo de produção.

Deste modo, o camponês é possuidor de um fragmento da natureza da qual se apropria de maneira direta e em pequena escala, com seu próprio trabalho manual, e tendo como fonte fundamental de energia a de origem solar, e como meio intelectual de apropriação seus próprios conhecimentos e crenças. Tal apropriação constitui sua ocupação exclusiva ou principal, a partir da qual consome em primeira mão, no todo ou em parte, os resultados obtidos, satisfazendo com isto, diretamente ou mediante seu intercâmbio as necessidades familiares (TOLEDO, 1996, p. 24).

1.5.3 Os camponeses e a biodiversidade

Diversos autores vêm desenvolvendo pesquisas que demonstram a importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade, dentre os quais se podem citar Diegues (2001), Gómez-Pompa & Kaus (2000), Posey (1997) e Roué (2000), entre outros. Entretanto, nem sempre os povos tradicionais conservam a biodiversidade do local em que vivem, mas isso não é razão para se ignorar os saberes milenares dos mesmos. Na verdade, conforme ressalta Diegues (2001), todas as sociedades, sejam elas modernas ou tradicionais, podem ou não apropriarem-se da natureza de forma destrutiva.

É importante salientar que, quando se fala na importância das populações tradicionais na conservação da natureza, está implícito o papel preponderante da cultura e das relações entre os seres humanos e a natureza. Nesse sentido, tanto Toledo (1996) como Diegues (2001) lembram o confronto entre dois saberes: o tradicional (sabedoria, baseada em crenças e na fé) e o científico-moderno (saber racionalista comprovado). De um lado está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies; de outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o saber acumulado, pois os cientistas acreditam que o mundo natural tem vida própria, sendo objeto de estudo e manejo, preferencialmente desconectado da participação dos humanos.

Entretanto, para compreender tais argumentações, é preciso definir o que se entende por conhecimento tradicional. Gómez-Pompa e Kaus (2000) o definem como o conhecimento cumulativo específico para o ambiente local. Diegues (2000) apresenta uma definição possuindo como base de sustentação a agricultura capitalista moderna, a monocultura que se desenvolve, principalmente em países periféricos enquanto a agricultura para exportação tem como base uma técnica que vem conectada a um pacote tecnológico empregado por empresas multinacionais que detém o controle de

toda a produção agrícola, indo desde a produção de sementes até a colheita altamente dependente da mecanização, passando pela técnica que é altamente reproduzida e que traz embutida a ganância política, pois só faz sentido se é uma produção que não é utilizada para satisfazer quem a produz (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No meio rural, observa-se que essa racionalidade se traduz na produção agrícola controlada pela superposição de tecnologias, provenientes de pesquisas científicas e inovações na gestão e controle da produção por essas empresas que buscam uma forma de otimização dos lucros, introduzindo assim, o meio rural na lógica industrial de produção, em que a produtividade ganha status de protagonista (RAMOS, 2001).

O desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola no Brasil também mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias, como o do país como um todo. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 222, 223).

Inseparável a esse processo de acumulação do capital está a questão da globalização econômica, que força a perda de identidades, da cultura local, da segurança alimentar, desterritorializando e reterritorializando grupos que permanecem marginalizados, seja em beiras de estradas reivindicando terras para cultivarem, seja nas periferias das grandes cidades, aumentando a pobreza e a miséria das mesmas. Pois, a conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, a troca generalizada entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário – de seu valor -, não é um pressuposto filosófico materialista nem uma dialética do processo laboral da história humana em geral, e sim da estrutura social, da racionalidade teórica e prática e do modo de produção da sociedade capitalista (LEFF, 2006, p.52).

1.4 ABORDAGEM CULTURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

A expressão segurança alimentar, como conceito orientador para políticas públicas, apareceu em 1974, durante a Conferência Mundial da Alimentação promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Em 1996, a mesma FAO estabelecia um conceito mais ambicioso, ao afirmar que se trata de assegurar o acesso aos alimentos para todos e a todo o momento, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa. A partir deste conceito, ficou evidente a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos (e não apenas *commodities*), com adequada qualidade biológica e nutricional. Ademais, alerta para a necessidade de que a agricultura seja mais respeitosa com o ambiente, de modo a assegurar a conservação da base de recursos naturais indispensável para a produção ao longo do tempo (CAPORAL; COSTABEBER, 2003).

As discussões acerca do abastecimento alimentar, segurança alimentar e ainda da soberania alimentar tem estado nas pautas de discussão em vários espaços acadêmicos e políticos. A situação de segurança alimentar de uma população ou de um indivíduo não se restringe ao acesso ou não ao alimento, nem tampouco única e exclusivamente à situação de pobreza. O reflexo do corpo emagrecido não pode ser utilizado como indicador absoluto de fome ou de problemas de sustentabilidade alimentar. São inúmeros os aspectos que se relacionam com esta temática, ultrapassando os aspectos biológicos, envolvendo desde o direito humano básico à alimentação saudável, condições de acesso e produção, perpassando pelo poder de escolha por alimentos culturalmente adequados, pela busca digna do alimento, entre outros.

Os aspectos da cultura poderão ser conhecidos na observância da dinâmica de uma intersubjetividade capaz de mostrar as diferentes percepções emergentes sobre o tema da segurança alimentar em seus contextos situacionais.

Conforme Freitas e Pena (2007) os aspectos socioculturais da alimentação são decorrentes do caráter interdisciplinar da segurança alimentar. Nesse aspecto, este tema central é coerente com a relação entre indivíduo, coletividade, alimento e ambiente, na formulação e no planejamento de políticas sociais de saúde e nutrição. Investigações sobre alimentação e cultura comportam diversas de abordagens, e enfoques que relacionam condutas alimentares sob os domínios da produção e comercialização de alimentos, bem como a incorporação de novas funcionalidades à luz das modificações do mercado.

Os padrões culturais sobre o comer em diferentes grupos sociais prescrevem concepções sobre alimentação, em que aspectos simbólicos e representacionais fazem parte desse campo de saber.

A produção e a reprodução de crenças alimentares se constituem como originárias da identidade sociocultural e interagem de muitos costumes com os valores do mundo moderno, globalizado. Tradições e novos padrões alimentares, centrados na cena urbana modernizante, também afetam a nutrição. A respeito disso, uma nova orientação pedagógica alimentar pode circunscrever o conceito de alimentação saudável, ou seja, uma educação nutricional - como ação social que versa sobre a saúde - que contemple e interprete os significados das escolhas alimentares dos sujeitos, respeitando suas próprias organizações sociais, as quais, inevitavelmente, produzem e reproduzem valores sobre o corpo e a vida.

As mudanças na alimentação, analisadas, principalmente nas cidades, encontram na comida de rua sua maior expressão. Em geral, a comida de preparo *fast*, avaliada perigosa para a saúde, pelo excesso de gorduras, é também valorizada, por representar liberdade, prazer, modernidade. As racionalidades sobre os perigos para a saúde estão, aparentemente, dissociadas do prazer de comer. E essa dissociação estrutura e reproduz a conduta da emoção em relação ao alimento, ainda que afete a saúde do corpo.

Também é relevante a produção de ideias que contemplem a história alimentar em diferentes grupos sociais, para melhor compreensão da realidade, ideias que abriguem o previsível e o nominal como referências culturais necessárias à prevenção.

Atualmente, a segurança alimentar não pode ser explicada apenas pela lógica da produção ou pela lógica das necessidades nutricionais. O assunto se torna cada vez mais complexo ao estabelecer estudos sobre as relações que se constituem entre os vários membros que compõem a cadeia alimentar: produtores agrícolas, industriais, comerciantes e consumidores, além do papel do Estado no centro da contradição entre o sistema produtivo e a saúde pública. Seu estudo requer ainda a análise do conjunto de fatores que tem determinado as mudanças e a diversificação dos hábitos alimentares, ao longo do tempo, segundo as especificidades de cada país ou região.

As relações que se estabelecem entre a produção e o consumo não são apenas determinadas por fatores de ordem econômica. Fatores sociais, culturais, nutricionais, que revelam as várias dimensões em torno das necessidades dos consumidores, suas formas de adaptação e de apropriação do modelo dominante, suas formas de resistência, a adoção de novos hábitos associada à prevalência de práticas tradicionais, assim como suas representações e estratégias face à oferta, também deveriam ser considerados na avaliação do consumo alimentar.

1.4.1 A insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua repercussão no campo e na cidade

Com o acentuado crescimento da industrialização em todo o mundo, fato que mudou a visão sobre os processos produtivos e impulsionou a desestruturação de sistemas tradicionais de produção agrícola, ocorre o êxodo rural e o aumento da concentração de pessoas nas cidades (SANTOS, 1993, p.09).

Assim em virtude deste processo e do distanciamento que as pessoas passam a ter do meio rural e, portanto, dos meios de produção de sua própria alimentação, ocorre uma dependência cada vez maior das estruturas que comercializam os alimentos. Estas passam a fazer a conexão entre o lugar onde os alimentos são

produzidos e o locus em que os mesmos serão consumidos, determinando a dependência monetária para a aquisição dos mesmos. Para Garcia (2001, p. 29), a urbanização interferiu na questão alimentar de grande parte da população sendo a geradora das variáveis que atuam no perfil de morbi-mortalidade atuais. Nas classes médias e em ascensão econômica, o consumo alimentar assemelha-se ao padrão norte-americano e europeu com um aumento no consumo de alimentos de origem animal, gordura vegetal e açúcares. Já para os mais pobres, os problemas nutricionais se constituem de uma dupla polaridade: por um lado a presença de baixo peso e desnutrição, por outro o sobrepeso, a obesidade e suas consequências negativas para a saúde dos grupos mais vulneráveis.

Cerca de 50 anos após a publicação do livro « Geografia da Fome », as causas determinantes do problema alimentar brasileiro persistem, mas num contexto social e econômico muito mais complexo do que aquele conhecido por Josué de Castro.

Segundo Menezes (1998), estima-se que existam cerca de 4,8 milhões de famílias sem-terra no Brasil, contingente que se aproxima do número de indigentes apontado pelo Mapa da Fome para o meio rural, considerando-se uma média de quatro pessoas por família. Tal informação evidencia o fato de que a maior parte dos indigentes do meio rural brasileiro se constitui de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Contribuíram também para intensificação desta problemática as modificações que ocorreram na agricultura brasileira nas últimas décadas, como consequência da modernização da produção de alimentos. A chamada Revolução Verde, que objetivou combater a fome mediante o aumento da produtividade na agropecuária com o uso intensivo de insumos - fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes híbridas selecionadas, mecanização - gerou uma série de problemas sociais e ambientais Segundo Soto (2002, p.50):

O processo de modernização da agricultura caracterizou as transformações capitalistas no campo e marcou a passagem de uma agricultura “natural” para uma produção agrícola baseada em fortes incorporações de insumos industrializados e importados. A modernização significou uma revolução na base técnica da produção agrícola, que dependeu num primeiro momento de importações de tratores e insumos, os quais requeriam recursos financeiros significativos. Segundo Delgado (1985), em meados dos anos 60, iniciou-se um profundo processo de transformação da agricultura brasileira, cuja máxima expressão foi a emergência da consolidação do complexo agroindustrial. A agricultura deixou de ser dependente do meio natural para estabelecer uma forte inter-relação com a indústria. A agricultura passou a depender dos bens de capital e dos insumos produzidos pela indústria, da mesma forma que se vinculou com a indústria processadora de bens naturais.

A pressão exercida pelas multinacionais para venda de seus insumos, apontando os mesmos como uma exigência para o aumento da produtividade, aliada a estrutura de mercado que exige os melhores produtos a um preço cada vez mais baixo, tornaram inviável a manutenção da pequena propriedade rural; a realização de empréstimos nos bancos com altas taxas de juros, para viabilizar a compra dos insumos e assim, a produção, condenou muitos agricultores à inadimplência e à perda das terras. Segundo Soto (2002, p.47) tal processo contribuiu para a intensificação do êxodo rural, conforme demonstra a seguir:

O processo de modernização da agricultura mudou completamente a estrutura da população brasileira. Em 1940, 70% da população era rural e apenas 30% era urbana. Em 1980, esta estrutura populacional inverteu-se devido ao forte fluxo migratório, apenas 32,4% da população era rural (MARTINE, 1987, p.66). Em 1991 apenas 24% da população total era rural. A incapacidade da indústria absorver este excedente populacional agravou as condições sociais de miséria.

O padrão tecnológico moderno da agricultura convencional ao priorizar o aumento da produtividade e a integração com os complexos agroindustriais (CAI's) contribuiu para a geração de consequências negativas de caráter social, ambiental e econômico. Lamarche (1998) observa a crise gerada em sua dimensão ambiental em função do uso intensivo de agroquímicos e dos recursos naturais. Os problemas gerados pela Revolução Verde em sua dimensão econômica estão relacionados aos efeitos da superprodução e sua repercussão sobre a dinâmica da cadeia produtiva. Enfim, para o autor as consequências da modernização da agricultura em sua dimensão social se referem à mecanização dos processos e redução da absorção da

mão-de-obra pelos processos agrícolas, gerando a desestruturação de pequenos e médios estabelecimentos rurais e a migração dos agricultores para as cidades.

1.4.2 Autoconsumo e Agricultura Familiar

O autoconsumo é entendido como a parcela da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela derivada do beneficiamento dos produtos primários) realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros da(s) famílias(s) do(s) responsável (is) e ainda à alimentação animal e outros usos na atividade produtiva.

A produção para o autoconsumo permeia a existência da espécie humana, uma vez que a necessidade da alimentação é crucial para a sobrevivência e perpetuação do homem. Marshall D. Sahlins caracterizou o mundo econômico e social dos povos primitivos enfatizando "que nas economias primitivas, a maior parte da produção está estruturada em função das necessidades dos produtores ou do desencargo de obrigações de parentesco e não em função do comércio ou lucro".

Assim sendo, observa-se que nesse tipo de sociedade o controle efetivo dos meios de produção está descentralizado, tanto local como familiarmente, o que faz com que não haja relações sociais de dependência ou domínio no sistema de produção.

Nesse caso, não havendo abundância de bens no mercado que pudessem servir como troca, existe uma tendência a limitar a produção de bens que podem ser utilizados diretamente pelos produtores. Logo, na sociedade primitiva, os produtores controlam os meios de produção, inclusive seu próprio trabalho, e trocam-no junto com seus produtos por bens e por serviços definidos culturalmente como equivalentes a outros.

Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, formado pelos que governam, que os utilizam para assegurar o seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços. (WOLF, 1976, p.15)

Compreende-se, assim, que a partir do momento em que o excedente produzido passa para o controle de um grupo dominante, seu valor se modifica. Wolf (1976) observa que à medida que a sociedade se torna mais complexa, os níveis de troca das unidades de alimentos e unidades de bens não são traduzidos em equivalências determinadas por negociações de produtor e consumidor, mas por sistemas assimétricos de trocas.

Definindo-se sua existência de um meio camponês fundamentalmente por seu relacionamento dependente de grupos dominantes exteriores, os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora. Esse fato poderá gerar tensões, considerando-se que uma unidade camponesa não estará preocupada exclusivamente com a alimentação de seus membros, mas, também em prover o atendimento de inúmeras necessidades que configuram sua natureza social SAHLINS (1976 apud WOLF, p. 15).

No Brasil, na década de 1940, o estudo etnográfico de Antonio Cândido denominado "Parceiros do Rio Bonito" observa com atenção o modo de vida do caipira paulista. Os objetivos mais imediatos e explícitos de Cândido é a pesquisa das relações possíveis entre a obtenção dos meios materiais de vida e as formas de sociabilidade correspondentes. Nesse sentido, as necessidades possuem também um caráter social, pois a vida e a sobrevivência de um determinado agrupamento humano dependem do equilíbrio estabelecido entre tais necessidades e os recursos de que o grupo dispõe para satisfazê-las.

Para cada cultura há, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não é possível haver equilíbrio: a certos "mínimos vitais" de alimentação e abrigo satisfazem certos "mínimos sociais" de organização para obtê-los e garantir a própria sociabilidade do grupo. Por isso, a sociologia proposta por Cândido é chamada de "sociologia dos meios de subsistência", a qual busca interpretar todas as dimensões da vida social, a partir da alimentação. Para o autor:

Assim, os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das "reações culturais", desenvolvidas sobre o estímulo das "necessidades básicas". Em nenhuma outra parte vemos isto

melhor que na alimentação, que é recurso vital por excelência. [...] a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores de sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica. (CÂNDIDO, 2001, p. 35-36; aspas no original)

Caracterizando o modo de vida do caipira, Cândido (op. cit., p. 107) enfatiza que, na formação rural de São Paulo, tendo o caipira conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, apegou-se a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade.

Para Cândido, “o caipira típico foi o que formou uma vasta camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural [...]”. Constitui-se de “uma população dispersa, móvel, livre, branca ou mestiça, geralmente de branco e índio, com pouco sangue negro. [...] A precariedade dos seus direitos à ocupação da terra contribuiu para manter os níveis mínimos de sobrevivência biossocial” (2001, p. 106-107).

Considerando-se que o estudo de Antônio Cândido data da década de 1940, convém destacar que, pela profundidade de sua análise, este se torna uma referência para todos os pesquisadores sobre o tema da produção para o autoconsumo, podendo-se encontrar em sua vasta e detalhada descrição os fundamentos sociológicos que permitem a compreensão de fenômenos e estratégias de resistência dessa e de outras formas familiares de produção.

Woortman, ao discorrer sobre o significado da alimentação para as famílias camponesas no Brasil, lembra que a palavra família deriva de *famulus*, que quer dizer famintos ao redor de um pote ou panela com comida. Além disso, ele ressalta que, nos recenseamentos da coroa portuguesa, registravam-se os “fogos” (destacado no texto), os quais significavam a existência de casas com famílias ao redor de um fogão. Em várias pesquisas (WOORTMANN, 1997; MENASCHE, 2005), os autores demonstram que, na alimentação camponesa, a quantidade e a diversidade são mais importantes do que a qualidade, sendo que a família camponesa produz a maior parte daquilo que consome o que pode levar a uma dieta razoável, porém pouco variada e marcada pela sazonalidade. Em épocas de crise decorrente de fatores ambientais (falta ou excesso

de chuvas, fortes geadas), dependendo da região do país, o consumo de determinados alimentos pode ser reduzido a um mínimo necessário.

A produção de alimentos para o autoconsumo, deste modo, depende de uma boa colheita e representa a segurança alimentar da família, bem como a obtenção de sementes que garantirão o consumo do ano seguinte.

Os valores, as crenças e os significados formatam espaços nos quais se materializa um *modo de vida*. É nesse espaço que as famílias organizam estratégias que permitem que não se rompam os elos entre o passado e o presente e onde a memória que guardam de sua história revigora práticas e saberes indubitavelmente cruciais para sua preservação.

No entanto, sabe-se que:

A transmutação da natureza em recurso foi acompanhada por um processo de alienação do direito ancestral de utilização da natureza como fonte de sustentação. Quando as florestas, o solo, a água e a vegetação são "desenvolvidos" ou "manejados cientificamente" para suprir as necessidades da indústria, deixam ser propriedade das comunidades cujas culturas e cuja sobrevivência eles mantiveram durante séculos. (SHIVA, apud SACHS, p. 310, aspas no original).

Essa transmutação também comprometeu as formas de produção para o autoconsumo, podendo ser uma das causas do crescente empobrecimento rural e, como uma das conseqüências, o aumento da fome no campo.

Nesse ponto de vista, a produção para o autoconsumo, que se vê ameaçada cotidianamente pela brutal exigência da produção para o mercado, precisa ser fortalecida, formando alianças amplas nas comunidades rurais. Essas alianças devem permitir o desenvolvimento econômico e social e a conseqüente redução de pobreza nesse espaço geográfico pleno de possibilidades para tal.

Distinguir as potencialidades da força do trabalho familiar nessa construção e fornecer ferramentas que assegurem formas de reprodução social, biológica e cultural, profundamente imbricadas nesse processo, significa vislumbrar um horizonte de manutenção da própria vida humana.

2 COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL E O TERRITÓRIO DE PESQUISA

A corrente imigratória de europeus para o Brasil iniciou-se no século XIX tendo, principalmente, objetivos políticos e militares. Esse processo iniciou com a transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, e a conseqüente Abertura dos Portos. Antes disso, porém, ainda no século XVIII, outras iniciativas trouxeram principalmente imigrantes açorianos, não se constituindo, todavia, em fluxos contínuos. O século XIX abriu espaço para imigrantes estrangeiros oriundos de diversos países como Itália, Alemanha, Suíça, Portugal, etc. Os núcleos de colonização se estabeleceram principalmente no Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. Foram implementadas medidas oficiais para consolidar, no espaço agrário brasileiro, a agricultura familiar baseada na pequena propriedade (MAR TINEZ, 2009).

Conforme o mesmo autor, a vinda de imigrantes europeus no início do século XIX, segundo as interpretações de Szmrecsányi (1990), ocorreu em duas correntes imigratórias com objetivos distintos: a “corrente colonizadora”, típica ao sul, com o objetivo de implementar núcleos de povoamento, onde os lotes coloniais são inteiramente desconectados da grande propriedade (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, em certas áreas de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo); e a “corrente propriamente migratória”, com o objetivo de abastecer a mão-de-obra para a cafeicultura e outras atividades econômicas desenvolvidas no oeste paulista e, também, com menor intensidade no Rio de Janeiro.

De acordo com Lando e Barros (1992) a questão da imigração européia para o Brasil corresponde à transformação do regime de trabalho na sociedade capitalista. De um lado, o regime de escravidão estava em decadência, e a política de Colonização adotada pelo Império brasileiro, visava basicamente atender aos interesses dos grandes latifundiários que necessitavam de mão-de-obra, em substituição à mão-de-obra escrava, especialmente em São Paulo, nas grandes propriedades cultivadoras de

café. Porém, em outras regiões os objetivos foram diferentes. Pretendia-se povoar áreas devolutas, de florestas, abrindo vias de comunicação, além da proteção das fronteiras e visando ainda suprir as necessidades de alimentos para o mercado interno (MARTINEZ, 2009).

A vinda de imigrantes alemães para o Brasil se deve, principalmente, às transformações agrícolas e demográficas ocorridas na Alemanha. Os imigrantes vindos, geralmente, eram trabalhadores pobres, agricultores, expulsos pelas transformações econômicas e sociais pelas quais passava a Alemanha. A abolição da estrutura feudal e o processo de industrialização levaram-os a buscar melhores condições em outros países. As terras não comportavam mais o número de pessoas que dela procuravam sobreviver, o que veio a coincidir com os interesses do Brasil de colonizar áreas devolutas, e suprir de mão-de-obra a agricultura. Aqui se dedicaram à produção de gêneros de primeira necessidade, não oferecendo concorrência a grande propriedade latifundiária (MARTINEZ, 2009).

A Lei de Terras (1850), permitindo a compra e venda de terras, e o processo de substituição da mão-de-obra escrava que se intensificava a partir da proibição do tráfico (1851-1952), até a completa abolição da escravatura (1888), foram fatores que contribuíram para o processo imigratório (MARTINEZ, 2009).

A política de colonização originou no Rio Grande do Sul um segmento camponês com uma atividade econômica fortemente diversificada, baseada na divisão familiar do trabalho, possibilitando a emergência da pequena propriedade em meio a uma região dominada pelo latifúndio. Rocha e Miorin (1989, p. 22) alertam que “além da grande propriedade de atividade pecuarista, a pequena propriedade de agricultura colonial, que possibilitou a sustentação do crescimento do comércio com o centro do país”.

Assim, na organização espacial do Rio Grande do Sul nota-se a coexistência da grande lavoura e a pequena propriedade, que têm um ponto comum: a importância dada a terra como meio de produção principal e caracterizam-se por um sistema econômico de relações sociais de produção particular.

O marco da colonização alemã no Rio Grande do Sul é o ano de 1824, quando é fundada a primeira colônia e hoje município de São Leopoldo. A partir daí, muitos outros núcleos foram criados, inclusive pela migração de muitos destes colonos para outras áreas do Estado.

Os primeiros imigrantes alemães que se instalaram no Rio Grande do Sul receberam terras do governo imperial, que financiou seu transporte, além de equipamentos e outros tipos de auxílio, prática seguida até 1950, quando começou a se cobrar pelas terras. Com a Lei de Terras de 1850 e a decisão, em 1854 de não mais realizar o assentamento de imigrantes com base na doação de terras, mas através da compra, fixando o preço das terras públicas destinadas á colonização, a colonização européia se orientou principalmente pela iniciativa privada.

Nesse período, várias colônias foram fundadas por iniciativa privada, sendo que poucas tiveram êxito. Entre as muitas iniciativas, de acordo com Coaracy (1957) houve uma colônia que venceu todas as dificuldades, se desenvolveu e prosperou até atingir a autonomia de município, sob administração exclusivamente privada, sem ser encampada pelo governo.

Foi a colônia de São Lourenço, situada na Serra dos Tapes, município de Pelotas, fundada em 1958, pelo empresário alemão Jacob Rheingantz, que se instalou na própria colônia, acompanhando e administrando sua obra de perto. Entre os atrativos estariam a boa fertilidade dos solos e a proximidade de vias de escoamento para os produtos devido à proximidade de dois centros urbanos: Pelotas e Rio Grande (MARTINEZ, 2009).

A homogeneidade estabelecida pela origem comum européia, pela identidade de hábitos e costumes, pela coincidência de interesses e de condições de existência e o isolamento da colônia, fortaleceram o sentimento de vida em comum, de unidade. As primeiras escolas foram instaladas por iniciativa dos próprios colonos, os professores eram colonos nem sempre com suficiente instrução. A primeira escola pública só foi instalada em 1878, 20 anos depois da chegada dos primeiros colonos e, assim mesmo, desprovida de professor, mostrando o descaso ou indiferença do governo em relação ao futuro desta colônia. Também, por meio de uma contribuição de cada colono, foram

construídas as primeiras capelas. As colônias eram divididas em picadas e estas em lotes, que eram vendidos aos colonos (MARTINEZ, 2009).

2.1 A COOPAR

A COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul - foi fundada em 30 de maio de 1992, na Comunidade de Boa Vista, município de São Lourenço do Sul – RS, por um grupo de agricultores assessorados pelo CAPA, os quais tinham como objetivo a organização social e a comercialização de seus produtos. Atualmente, a COOPAR possui mais de 2050 associados, sendo praticamente todos os agricultores de base familiar, os quais apostam na diversificação da produção agrícola, contando com mão-de-obra familiar para o seu sustento (MARTINEZ, 2009).

Estas famílias são, na sua grande maioria, de origem germânica. Conforme Martinez (2009), os imigrantes eram oriundos da Rhenânia, do Holstein, da Prússia e principalmente da Pomerânia, sendo estes trazidos para o estado num projeto particular de colonização, como foi referido anteriormente.

Os produtos da COOPAR utilizam a marca Pomerano, fazendo esta menção às raízes da grande maioria dos agricultores de São Lourenço do Sul. A denominação Pomerano é dada aqueles que moravam na Pomerânia e falavam a língua Pomerana e é justamente na região de São Lourenço do Sul/RS que os imigrantes Pomeranos formam o maior grupo étnico dessa descendência, podem ser caracterizados por uma forte ligação com a agricultura e grande experiência para com a terra, muitos de seus costumes ainda são preservados, como a linguagem, os feriados religiosos e a comida.

A cooperativa comercializa atualmente, basicamente leite, batata, feijão preto, milho e arroz. Abastece mercados institucionais, como merenda escolar, Programas da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e, também pequenos e médios mercados da região. Ultimamente, é fornecedora de feijão da marca “Pomerano” para uma rede de supermercados da região metropolitana de Porto Alegre-RS.

3 A CULTURA DA BATATA E SUA IMPORTÂNCIA

Ao oposto do senso comum, o qual acredita que esta planta seja de origem européia (a famosa “batata inglesa”, mais exatamente), a batata é um vegetal nativo da região dos Andes, na América do Sul, aonde vem sendo cultivado há mais de seis mil anos pelas populações nativas que preservaram centenas de espécies. Entretanto, a exemplo de muitas outras plantas de lavoura conhecidas, também a “papa” andina foi levada à Europa pelos colonizadores e rapidamente se tornou um importante alimento em dezenas de países (PEREIRA et al., 2003).

Primeiramente na Grã-Bretanha, a batata logo se disseminou para quase todo o planeta e se transformou num dos componentes mais importantes da dieta humana e até mesmo da alimentação animal, em alguns casos (PEREIRA et al., 2003).

Segundo o mesmo autor, o cultivo da batata tem passado por grandes mudanças no RS e em todo o Brasil, especialmente após a abertura comercial de nossa economia na década de 1990. O fenômeno da globalização econômica teve impactos diferenciados em nações e setores econômicos. A abertura do mercado brasileiro aos produtos agropecuários procedentes de países do MERCOSUL, em especial da Argentina, aprofundou ainda mais os efeitos econômicos e sócio-ambientais que já vinham se fazendo sentir com a crise estrutural do modelo de desenvolvimento rural implantado em quase todo mundo a partir da II Guerra Mundial.

Esse modelo, implantado quase mundialmente desde meados do século passado, ficou conhecido como “Revolução Verde”, e promoveu transformações na base técnica da agricultura e nas relações sociais do campo, tendo como objetivo fundamental a industrialização ou padronização da agricultura (PEREIRA et al., 2003).

A base científica e tecnológica da chamada Revolução Verde assentou-se no uso intensivo e crescente de insumos de origem industrial, na mecanização das práticas agrícolas, e no melhoramento genético direcionado à produção de cultivares adaptadas

ao ambiente e que fossem altamente responsivas aos insumos modernos (GRAZIANO DA SILVA, 1980; ALMEIDA, 1998). A Revolução Verde é tida como a culminância da primeira grande transição agroecológica da história mundial da agricultura, com o objetivo de controlar os processos biológicos na agricultura e diminuir a enorme variabilidade agroecológica local, até então determinante das formas tradicionais de fazer agricultura (COSTABEBER, 1998).

Em relação ao mercado, até meados da década de 1990 havia a existência de um mercado quase cativo para a batata de película rosa no RS, através das já conhecidas batatas rosa comprida (cv. Baronesa) e rosa maçã (cv. Macaca). Estas batatas eram uma marca da produção gaúcha de batata, mantida devido à forte presença de população rural em pequenas cidades e ao sistema de comercialização em pequenos armazéns e feiras. Nestes locais era comum a venda de batatas sem lavar, somente escovadas e em embalagens com pesos predefinidos (de 2 ou 5 kg, normalmente), o que diminuía muito o índice de descarte. Porém, com a ascensão e o domínio das grandes redes de supermercados, que exigem padronização e escala, a batata passou a ser vendida lavada e lustrada, sempre a granel. A partir de então a batata gaúcha passou a perder terreno fortemente para a produção oriunda do centro do País e, na década de 1990, para a batata da Argentina. Outros fatores que restringiram o mercado foram o advento de produtos industrializados de batata, como as batatas pré-fritas congeladas, chips e palha, e o conceito ambiental negativo do tubérculo perante o consumidor em geral, preocupado com os efeitos dos resíduos de agroquímicos na sua saúde, fazendo com que a trocasse por outros produtos. Diante deste quadro, o que se verifica no RS é a redução dramática da lavoura de batata (PEREIRA et al., 2003).

Do ponto de vista econômico do mesmo autor, estima-se que aproximadamente 60 a 70% das lavouras de batata no RS têm caráter comercial, ou seja, são destinadas ao mercado e aplicam um nível tecnológico de mediana complexidade: usam sementes de boa qualidade (oriundas de sementes certificadas e básicas), fazem um controle fitossanitário mais intensivo, lançam mão de mecanização

(parcial) e muitas vezes empregam equipamentos de irrigação (inclusive de aparelhos autopropelidos).

No entanto, existem áreas significativas de batata localizadas em várias regiões coloniais do Estado, mas pulverizadas em pequenas lavouras onde a principal finalidade é a produção para a subsistência familiar. Nestas áreas a produtividade é muito baixa, o que é atribuído a limitações de solo e clima e a um nível tecnológico considerado baixo, principalmente pelo uso de batata-semente muito miúdas (“refugos”), na maioria das vezes contaminadas com bacterioses (“murchadeira”) e viroses (“crespeira”), praticamente sem controle de pragas e doenças, com deficiência hídrica, etc. (FIOREZE, 2003).

A Organização das Nações Unidas – ONU estabeleceu o ano de 2008 como o “Ano Internacional da Batata”, pois considera um alimento fundamental no combate da pobreza e da miséria mundial. No mundo, a batata ocupa o 4º lugar como alimento mais consumido, ficando atrás do trigo, do arroz e do milho, sendo consumida por cerca de um bilhão de pessoas. Conforme a FAO (2008), o consumo *per capita* no mundo é liderado pelos europeus, seguido pelos norte-americanos, depois pela ordem, os asiáticos, sul-americanos e africanos. O país que possui o índice mais alto é a Bielorrússia com 181 kg/hab./ano, já no Brasil, o consumo per capita é de cerca de 14 kg/hab./ano. Por outro lado, a batata é a 4ª cultura mais produzida, perdendo apenas para culturas como arroz, milho e soja (MADAIL, 2009).

4 A CULTURA DO FUMO

A renda do fumo representa 63% do valor produzido na propriedade. Dos 776 municípios produtores, São Lourenço do Sul ocupa o 8º lugar na produção sul-brasileira de fumo (AFUBRA, 2009).

Segundo a AFUBRA (2009), a localidade de Boqueirão possui 71 fumicultores cadastrados na AFUBRA e, Boa Vista tem 62 produtores.

A produção do fumo se caracteriza por ser totalmente dependente das indústrias, estas atuam em todos os setores da cadeia e determinam o que, como e para quem o produtor deve produzir. Esta dependência garante a comercialização do produto antes mesmo de ser plantado e fornece o financiamento da produção, porém deixa as famílias reféns das indústrias fumageiras (AFUBRA, 2009).

Em levantamento publicado no Anuário Brasileiro de fumo de 2000 ficou constatado que a receita média das famílias produtoras de fumo ficou em torno de 4,6 mil Dólares por hectare, levando-se em conta apenas esta cultura. Como a mão de obra representa o maior componente do custo de produção, e esta na cultura do fumo é predominantemente da família, a remuneração do produtor ficou em torno de oito vezes maior com o esta cultura em comparação com a mesma área de Feijão ou de Milho. Esta realidade deixa o produtor sem outra opção em substituição ao fumo (AFUBRA, 2009).

Ao mesmo tempo em que adquiriu o “status” de atividade mais importante para a agricultura familiar em diversas regiões do sul do Brasil, o cultivo do fumo acompanhou o modelo modernizante e produziu impactos ambientais e sociais perversos nos agroecossistemas onde foi introduzido. Os efeitos econômicos positivos, de curto prazo, reflete-se em efeitos perversos com o passar do tempo como veremos. O fumo permitiu a manutenção de um nível de renda capaz de proporcionar a reprodução social familiar, ocupando a mão-de-obra, antes ociosa, especialmente enquanto as reservas de solo e florestas estavam sendo exploradas, sem que seus

custos fossem computados nas despesas. Agricultores afirmam que “se fossem contabilizar a lenha e a mão-de-obra, não haveria lucro”, que “já tiveram problemas de intoxicação” e que “se descontar lenha e serviço a produção de fumo dá prejuízo” (Etges, 1995 apud MOURA, 2002).

Segundo os mesmos autores, a importância econômica desta cultura é inegável, o Brasil é o maior exportador mundial em volume e o quarto maior produtor. No ano de 1999, os impostos arrecadados com a cultura totalizaram em torno de 3,2 Bilhões de dólares no país segundo a ABIFUMO.

O cultivo do fumo é uma prática tradicional dos agricultores gaúchos. Pesavento (1983, p.192) afirma:

O fumo foi uma das primeiras culturas agrícolas com finalidade comercial a se desenvolver no Rio Grande. As primeiras experiências, realizadas no Vale do Taquari e na Feitoria Real do Linho-Cânhamo, em São Leopoldo, datam do tempo do governador Paulo Gama, que dirigiu a capitania de 1803 a 1809. Por esta época, foi tentada a adaptação do fumo Virginia e, em 1804 e 1805, foram feitas as primeiras exportações de fumo em folha do Rio Grande para a Europa, em busca de mercado.

Os dados históricos apontam para uma ampla dispersão do cultivo no espaço geográfico do Estado e, posteriormente, para uma tendência à concentração da produção na região de Santa Cruz do Sul em virtude da existência de incentivos especiais. A história da produção de fumo no Rio Grande do Sul é revolucionada pelo estabelecimento de empresas multinacionais já nas primeiras décadas do século XX:

“(...) a British Tobacco principiou, nos anos 20, a impor um padrão técnico de beneficiamento para as demais empresas e uma orientação para a agricultura do fumo na direção preferencial de determinadas espécies. Os chamados “fumos de estufa” seriam os preferencialmente aceitos para a indústria de cigarros.” (PESAVENTO, 1983, p.208)

Os requerimentos em termos da qualidade da matéria prima teriam aproximado a agroindústria ao produtor:

Com relação à British Tobacco, a empresa buscou controlar o processo produtivo, não apenas através da já citada introdução de novas técnicas de secagem em fornos e cultivo de espécies selecionadas, mas também pela difusão de conhecimentos sobre o plantio e o preparo do fumo entre os pequenos proprietários rurais. A empresa procurou impor um determinado padrão de qualidade à produção fumicultora, realizando “adiantamentos” aos colonos para que estes pudessem adquirir fertilizantes fungicidas e outros insumos. Para tanto, técnicos percorriam as lavouras para ministrar

conhecimentos. "Além destas providências, a companhia buscou providenciar o transporte da matéria-prima até a empresa." (PESAVENTO, 1983, p.215)

A aproximação da indústria ao produtor caracteriza a relação de integração contratual, que se consolida com o decorrer do tempo. O questionamento sobre a oportunidade do estabelecimento destas relações para a melhoria das condições de vida do agricultor é enfatizado somente na década de 80, seguindo as tendências da literatura nacional. Sinteticamente, as avaliações sobre os resultados da integração com a indústria fumageira para os agricultores familiares são controversas. Enquanto os defensores da integração ressaltam a alta rentabilidade econômica por unidade de área, aqueles que se opõe a esta integração ressaltam os prejuízos à saúde do agricultor, danos ao meio ambiente, e os riscos associados à dependência econômica de um único cultivo e uma única empresa. Especialmente na região central do estado do Rio Grande do Sul, diversas dissertações de mestrado procuram avaliar os resultados sociais e econômicos da experiência de integração de produtores familiares com agroindústrias processadoras (Etges, 1995 apud MOURA, 2002).

Costa (1987), em seu trabalho intitulado "A estufa fumageira: uma fábrica de sonhos para o pequeno produtor" enfatiza o papel ativo da indústria na difusão da cultura e a tendência à subordinação do produtor rural à agroindústria. A partir de um estudo de caso realizado em Três Barras, localidade próxima à Santa Maria (RS), Costa (1987, p. 186) conclui:

O pequeno produtor fumageiro se encontra administrado, gerenciado e conduzido pelo 'sistema de integração', modelo altamente difundido e preconizado pelas agroindústrias que fazem parte ou se encontram atreladas aos complexos agroindustriais localizados nos grandes centros.

Enquanto centro dinâmico da cadeia, a indústria fumageira tem sua origem na iniciativa de comerciantes locais que se estabeleceram inicialmente como pequenos varejistas do interior do atual município de Santa Cruz do Sul (ETGES, 1991). Nesta região, o cultivo do fumo ganhou impulso com a instalação de colonos alemães, transformando esta região central do Rio Grande do Sul no principal pólo fumageiro do país, e que atualmente se estende pelos estados de Santa Catarina e Paraná.

Foi da fusão das iniciativas locais que surgiram as primeiras grandes empresas fumageiras ainda na década de 20. Mas o fato que impulsionou o ganho de qualidade da fumicultura sul brasileira foi a introdução de estufas de secagem do fumo, o que por sua vez, possibilitou que fossem substituídas as variedades, até então cultivadas por outras de maior qualidade, como o fumo Virgínia. Assim, reuniram-se os fatores que deram início ao processo de internacionalização da indústria fumageira a partir da segunda metade da década de 60 (ETGES, 1991). Pode-se afirmar que a organização da cadeia do fumo tal como se encontra, deveu-se inicialmente às ações desenvolvidas pela empresa Souza Cruz. Esta empresa foi a maior responsável pela introdução do fumo da variedade Virgínia (atualmente a principal variedade de fumo demandada pelo mercado mundial) e deu início ao sistema integrado, no qual as atividades de produção e comercialização são coordenadas pelas empresas fumageiras.

4.1 Cadeia Produtiva do Fumo

A relação entre produtores de fumo e as indústrias processadoras no Brasil é baseada no chamado sistema integrado de produção. Neste sistema, as indústrias fornecem as sementes e assistência técnica, determinam o uso de insumos e agrotóxicos e, ao mesmo tempo, garantem a compra do fumo em folha produzido pelos fumicultores “integrados” (VARGAS, 2004)

O sistema integrado de produção consiste no estabelecimento de vínculos entre as empresas e o universo de produtores de fumo em folha que se baseiam na exclusividade do fornecimento e adoção dos padrões de produção estabelecidos pelas empresas. Por um lado, as empresas repassam os insumos certificados e autorizados ao cultivo do fumo, prestam assistência técnica quanto aos métodos de plantio através de agrônomos e técnicos agrícolas, operam com a intermediação de financiamentos aos agricultores, são responsáveis pelo transporte do produto da propriedade até as usinas de beneficiamento e garantem a compra integral da produção (AFUBRA, 2008).

Por outro lado, os produtores se comprometem com os padrões de volume, qualidade e custo exigidos pelas empresas ao mesmo tempo garantem a exclusividade no fornecimento. Ao estabelecer e manter este tipo de vínculo as empresas passam a obter as variedades de fumo que estão sendo demandadas no mercado internacional, dentro dos padrões de qualidade e custos que também permanecem sob a esfera de se controle (VARGAS, 2004).

Conforme o mesmo autor, o sistema integrado foi adotado ainda em 1918, mas somente na década de 70, com a reestruturação e modernização do setor, é que ele passa a fazer parte do “arranjo fumageiro”. Enquanto os vínculos de subordinação entre os produtores e o capital mercantil ainda não se encontravam estabelecidos através do sistema integrado, a quantidade produzida era arbitrada pelos próprios produtores. Eles não contavam com orientação técnica para o cultivo, que estava baseado no uso de adubos orgânicos.

Quando grandes empresas passam a se instalar no sul do Brasil, essa autonomia deixa de existir. Diversas mudanças são introduzidas, como a utilização de defensivos e fertilizantes químicos no cultivo do fumo, mudanças no sistema de secagem (estufas) e a adoção da assistência técnica direta. Da mesma forma, com relação ao financiamento das atividades agrícolas, antes de surgir o Sistema Nacional de Crédito, as indústrias mantinham financiamento da produção diretamente com os produtores. Com o surgimento desse sistema, os financiamentos passam a ser feitos através do sistema financeiro com a intermediação das empresas (VARGAS, 2004).

Os vínculos entre fumicultores e indústrias processadoras do complexo agroindustrial fumageiro no Brasil mantém uma importante dinâmica de produção e inovação durante o estágio de produção agrícola, mas também moldam os principais modelos da cadeia produtiva do fumo. Através da integração, as empresas conseguem determinar o padrão tecnológico colocado em prática. Assim, as empresas não só detêm o controle da qualidade e dos custos de seu insumo principal, mas também tendem a estabelecer a produção desejada já pré-estipulada por elas. À parte disso, a falta de mercados estruturados para culturas alternativas faz com que os fumicultores cultivem alimentos que serão consumidos na propriedade, dando as principais

empresas fumageiras o poder de um cartel universal, promovendo um mesmo sistema de cultivo e pagando os mesmos preços pelas safras. (ILO, 2003).

As etapas do ciclo de cultivo realizadas dentro da unidade produtiva são: produção das mudas; uso da talagarça; repicagem; podas; uso de agrotóxicos; preparo do solo; plantio; tratos culturais; agrotóxicos; fertilização; capina; capação e desbrote; colheita e secagem ou cura (CARVALHO, 2006).

4.2 A convenção - quadro para o controle do tabaco

Em 1999, a Organização Mundial da Saúde (OMS) acordou junto a seus cento e noventa e dois Estados Membros o início de um processo de elaboração da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), sendo o primeiro tratado internacional de saúde pública da história. Em 2003, aprovada por unanimidade, a Convenção-Quadro propõe padrões internacionais para o controle do tabaco, com providências relacionadas à propaganda e patrocínio, à política de impostos e preços, à rotulagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo, dentre outras medidas. O documento estabelece padrões mínimos para essas ações (ANEXO A).

A Convenção-Quadro representa uma reação do mundo as mais de cinco milhões de mortes anuais por doenças causadas pelo tabagismo, 200 mil das quais ocorrem no Brasil. A OMS considera o tabagismo como a principal causa de morte evitável em todo o mundo e estima que exista 1,3 bilhão de fumantes em todo o mundo sendo 80% em países pobres. Aproximadamente 47% de toda a população masculina e 12% da população feminina no mundo fumam. Enquanto nos países em desenvolvimento os fumantes constituem 48% da população masculina e 7% da população feminina, nos países desenvolvidos 42% dos homens e 24% das mulheres têm o hábito de fumar. (OMS, 2008)

Para o cumprimento dos compromissos com a Convenção Quadro está entre as políticas públicas e programas implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na Secretaria da Agricultura Familiar (MDA/SAF) e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), o Programa de Diversificação em

Áreas Cultivadas com Tabaco. Como um dos Programas especiais da SAF/DATER, lançado pelo MDA em novembro de 2005, o mesmo é direcionado especificamente para agricultores familiares fumicultores.

O Programa de Diversificação conta atualmente com 47 projetos de assistência técnica e extensão rural (Ater), capacitação e pesquisa em parceria com organizações governamentais e não governamentais públicas da região sul e nordeste do Brasil. Responde ao Artigo 17 da CQCT que trata de alternativas economicamente viáveis ao fumo, entendendo que uma possível redução do consumo do tabaco no mundo irá impactar a demanda por fumo e conseqüentemente a oferta, o que afetará diretamente os 200 mil agricultores familiares brasileiros que vivem da fumicultura atualmente. (MDA/SAF, 2007).

5 A “SOLUÇÃO” NÃO AGRÍCOLA: A PLURIATIVIDADE

Ainda é cedo para afirmar, que a pluriatividade possa vir a se tornar a solução definitiva para as famílias dos agricultores familiares e todos os casos, porém já se pode visualizar, em algumas regiões do mundo, que esta passou a ser uma das estratégias que melhor têm conseguido manter a capacidade de reprodução social e econômica das famílias dos pequenos agricultores familiares. Por exemplo, em muitos países, principalmente da Europa ex-comunista (Polônia e ex-Iugoslávia), tanto o *part-time* como a *pluriatividade*, vêm sendo consideradas como uma possibilidade de acesso das mulheres agricultoras à seguridade social, benefício que, muitas vezes, nem os homens possuem (SCHNEIDER, 1999).

Há ainda uma polêmica sobre a noção de pluriatividade, principalmente pelas dicotomias e diferenciações entre *full-time* e *part-time*, noções que são aplicadas em alguns contextos e países e nem sempre podem ser incorporadas em todas as regiões (TEDESCO, 1999).

Esta incorporação do trabalho da mulher, em atividades não-agrícolas, cresceu a partir da intensificação dos processos de descentralização industrial. Estratégia, que começa a difundir-se entre as regiões com cidades de origem agrícola, em que industrialização surgiu em um período mais recente. Também se observa, nestas regiões, uma nova perspectiva para os filhos dos agricultores, que nos últimos anos se viam desmotivados em permanecerem no meio rural, devido, principalmente, a fatores como: o preconceito, o baixo nível de renda e a penosidade do trabalho na agricultura.

Para Schneider (1999), a produção flexível e a descentralização das plantas industriais, nas últimas décadas, podem ser apontadas como uma das causas de transformação no setor agrícola em muitas regiões, devido, principalmente, a dois fatores: o significativo aumento do trabalho temporário realizado na própria residência, principalmente em momentos de pico da produção industrial e a absorção, cada vez

maior, de trabalhadores residentes no meio rural. Além disso, é cada vez maior o número de propriedades rurais, em que algum membro da família está ligado em atividades não tipicamente agrícolas, como o turismo rural, o artesanato, a prestação de serviços, o comércio, o lazer, etc. Muitos pesquisadores do setor estão extremamente otimistas com esta nova perspectiva para um futuro próximo, estes consideram que... “O espaço rural deixará de ter como função exclusiva à produção agrícola, passando a ser um espaço polissêmico em que coexistem atividades econômicas de natureza diversa como a própria agricultura [...]. O conjunto dessas atividades tem sido descrito como “neoruralismo” e “renascimento rural” (MINGIONE; PUGLIESE, 1987; FONT, 1988; KAYSER, 1988, 1990 e 1991 *apud* SHNEIDER, 1999, p. 1886)

Entretanto, na maioria dos casos, a pluriatividade ainda não remunera o suficiente para que a família do agricultor possa abandonar a agricultura. No entanto, nota-se também, que mesmo que a pluriatividade, em muitas regiões, tenha manifestado certa segurança econômica, persiste entre os agricultores um receio de se desfazer da terra. Esta, além de possuir um caráter especial no imaginário destes agricultores, passa a ser a garantia de seu sustento, caso perca o emprego. Com isso, nota-se que muitos dos “agricultores pluriativos” permanecem, de alguma forma, ligados a atividades agrícolas.

6 AUTOCONSUMO E CAMPESINATO: Chayanov e Wolf

Esta seção propõe-se a apresentar duas diferentes reflexões teóricas que foram desenvolvidas por autores clássicos que trataram do assunto do autoconsumo nas formas sociais familiares. Os autores de referência são Chayanov (1974) e Eric Wolf (1976) que deram contribuições pontuais, contudo significativas em termos do estudo do autoconsumo no campesinato como uma característica típica das formas sociais familiares de produção e trabalho na agricultura.

O autoconsumo é uma característica que pode ser descrita como *genuína* as formas sociais familiares, pois este é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades, tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas. No campesinato, o autoconsumo possui as mais diversas denominações, sendo descrito como nível de subsistência, *mínimo calórico* como o descreveu Wolf (1976), como agricultura de “subsistência” como foi chamado por muito tempo no Brasil e, como consumo propriamente dito que é o termo clássico cunhado por Chayanov (1974) que sintetiza e embasa a maioria dos estudos sobre campesinato no país. Deste modo, passa-se a apreciar a contribuição desenvolvida por Chayanov.

6.1 O autoconsumo segundo Chayanov: a tese do equilíbrio ótimo

A contribuição de Alexander Chayanov está compilada no seu livro “*A organização da unidade econômica camponesa*” de 1964. Sua contribuição reside no fato de ter concebido a unidade econômica camponesa como uma unidade de trabalho e também uma unidade de estratégias de reprodução e os cálculos das unidades familiares no sentido de como os seus membros se organizam para obter a alimentação necessária ao seu consumo.

Segundo o autor, o mais elevado grau de exploração da força de trabalho na família faz que as fadigas de trabalho aumentem e que, desse modo, o bem estar da

família diminua sensivelmente a cada novo aumento de trabalho. Como formulou Chayanov (1964):

Quanto maior é a quantidade de trabalho realizada por um homem em um período definido de tempo, maiores fadigas representam para o homem as últimas (*marginales*) unidades de força de trabalho consumidas (p. 84; tradução livre).

Para Chayanov o camponês tinha uma existência que era mediatizada pela penosidade do trabalho agrícola. Isso deriva, em partes, pelo campesinato não possuir em sua lógica de reprodução os pressupostos que o habilitavam ao uso do progresso tecnológico para que, assim, este pudesse aumentar a produtividade da força de trabalho familiar. Não que Chayanov não reconhecesse o papel do progresso tecnológico no aumento da produtividade do trabalho, mas sim, pelo fato observado por Chayanov de que o camponês não incorporava o progresso tecnológico devido a este dispensar parte da força de trabalho familiar que não poderia ser usada em outras atividades. E, também, devido à falta de condições do camponês em investir em bens de capital dada as condições sociais e econômicas dos mesmos que muitas vezes não conseguiam atingir o nível do consumo necessário à alimentação da família.

Uma interpretação recorrente em Chayanov (1974) é a de que o objetivo final das ações e da lógica do campesinato é o bem estar da família. Neste sentido, o autor desenvolve a tese do equilíbrio ótimo entre trabalho e consumo visando explicar que as estratégias postas em prática pelos membros do grupo doméstico objetivam em última instância, a obtenção do consumo que é um pré-requisito fundamental para o bem estar de todo o grupo familiar. Assim, para Chayanov, a família camponesa se mune de diferentes estratégias para garantir o seu consumo necessário durante o ano, que é o principal pressuposto para se chegar a uma condição de bem estar social dos seus membros. Este aspecto é importante na obra de Chayanov, pois ele permite inferir que a obtenção do consumo alimentar dos membros domésticos está relacionado com as condições objetivas de existência humana, que por sua vez, correlacionam-se com a segurança alimentar da família, no sentido desta traçar as suas estratégias visando primeiramente o consumo dos alimentos necessários aos seus membros.

Para Chayanov, a tese do balanço consumo/trabalho é também importante para se explicar a racionalidade da família frente ao contexto social e econômico em que esta desenvolve as suas estratégias de reprodução. Neste sentido, o autor deixa explícito em sua obra, que as unidades de produção camponesas que possuem o consumo necessário aos seus membros também possuem uma maior autonomia. Ou seja, para Chayanov (1974) a possibilidade de se obter o consumo necessário no interior das unidades é sinônimo de uma maior autonomização da família frente à sociedade envolvente. Este aspecto da tese do autor é essencial de ser compreendido, pois é por aí que se pode explicar e, até mesmo justificar a importância dos processos produtivos de autoprovisionamento alimentar nas famílias rurais na atualidade.

Chayanov (1964) também considera que a unidade econômica camponesa faz parte de um sistema de economia nacional que a determina e a afeta. Isso faz com que o autor reconheça o papel do mercado como principal determinante do plano organizativo da unidade econômica camponesa. Para o autor, é o mercado, em partes, que começa a determinar quais as mercadorias que o camponês deve produzir que faz com que o camponês empregue a sua força de trabalho nos melhores mercados, que faz com que sejam produzidos as mercadorias que lhe dão uma melhor remuneração da força de trabalho, etc. Em suma, é o avanço do mercado que faz com que o balanço consumo/trabalho comece a ser desestruturado no interior da família camponesa.

Outro autor que é fundamental a compreensão da forma como o campesinato organiza a sua reprodução e ao estudo do autoconsumo nas famílias é Eric Wolf o qual analisa-se nesta próxima seção.

6.2 Eric Wolf e a constituição dos fundos do campesinato

No livro “*Sociedades camponesas*” Wolf (1976) sumariza alguns elementos a partir dos quais pode-se entender e estudar o autoconsumo nas formas familiares. Para Eric Wolf (1976) os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante que são os que governam e que utilizam os excedentes camponeses para manterem seu nível de vida. Além dos grupos

dominantes os excedentes camponeses sustentariam os demais grupos sociais que por não serem cultivadores teriam que ser alimentados pelo campesinato.

Wolf entende o campesinato como sendo uma unidade de trabalho e também de consumo, coincidindo aí, em grande medida, com a teoria da unidade econômica camponesa de Chayanov. Como o próprio Wolf (1976) explicou:

Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar. A unidade camponesa não é, portanto, somente uma organização produtiva formada por um determinado número de “mãos” prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto “mãos” para trabalhar (p. 28; grifos no original).

Entretanto, Eric Wolf pressupõe algumas diferenças fundamentais em relação à Chayanov. Em primeiro lugar, Wolf define os camponeses como sociedades não primitivas e que produzem excedentes que lhes são apropriados pelos grupos que os dominam e que fazem parte da sociedade mais ampla em que os camponeses estão inseridos. Neste sentido, Wolf se diferencia de Chayanov já que o segundo concebia toda a sua teoria sobre a unidade econômica camponesa somente baseada no balanço trabalho/consumo. Em Wolf, os camponeses não produzem visando somente o seu consumo. Em segundo lugar, Wolf entende o campesinato como uma forma social que possui relações com outros grupos sociais e entre os próprios grupos camponeses como no caso dos fundos para cerimoniais, o que não é tão claramente perceptível em Chayanov que concebe o campesinato como avesso à integração humana e as regras de conduta dos outros grupos sociais.

Eric Wolf entende que o campesinato estrutura a sua vida social através dos *fundos* (de manutenção, cerimonial e de aluguel) que lhe servem segundo o tipo para as suas diversas funções como as ligadas à subsistência, as funções econômicas e sociais. Para o autor, o camponês deve ser entendido como um produtor de excedentes e que se integra a uma sociedade mais ampla da qual geralmente é subordinado aos grupos dominantes. O camponês, em sua estruturação da vida social, necessita de dois conjuntos de operações. Por um lado, ele deve alimentar-se e, de outro, produzir excedentes para os diversos fundos. Para alimentar-se ele precisa produzir o que Wolf (1976) chamou de *mínimo calórico* que [...] pode ser definido como o consumo diário de

calorias alimentares exigidos para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho (p. 17).

Em que pese a importante contribuição de Chayanov e de Eric Wolf para o estudo do campesinato e do autoconsumo, as suas reflexões precisam sofrer alguns ajustes para serem operacionalizáveis no contexto atual da dinâmica da agricultura familiar. Tenta-se, nesta seção, executar tal empreendimento, bem como se lança mão de algumas idéias e conceitos de outros autores visando avançar além do que os clássicos disseram sobre o assunto do autoconsumo. Neste sentido, uma primeira assertiva importante a realizar é a de responder o que diferencia camponeses ou, no caso estudado, os colonos dos agricultores familiares em relação à produção de autoconsumo e a sua lógica de reprodução? Neste sentido, acha-se que Chayanov e Wolf deram pistas importantes, mas não suficientes para tal empreendimento.

No caso dos colonos, a sua lógica era baseada eminentemente na reprodução da família com a produção da sua alimentação através do autoprovisionamento. Não que estes não produziam excedentes como formulou Wolf (1976). Contudo, a produção era voltada, primeiramente, para suprir às necessidades da família, mas não se restringia somente a isso. O autoconsumo além de ensejar uma maior autonomização das famílias frente ao contexto social e econômico fundada na produção, nos seus valores sociais próprios e na lógica de reprodução dos agricultores, também tem uma outra “função” entre os colonos de origem: a de socializá-los. A sociabilidade refere-se ao processo pelo qual os indivíduos, as famílias e os grupos sociais se relacionam material e simbolicamente entre si. A sociabilidade encerra razões “práticas” e simbólicas de ser e de agir. O autoconsumo é uma das dimensões das formas familiares que é responsável, em grande parte, pela geração de processos de sociabilidade e da reciprocidade entre os agricultores.

A necessidade de se socializar emerge inicialmente devido o isolamento que os colonos eram deixados em meio à mata densa e cerrada. A única comunicação ou meio de se conversar com alguém de fora da família, inicialmente, era se indo até a casa do vizinho mais próximo. Assim, a forma de se sociabilizar era fazendo uma “visita” a casas dos outros vizinhos de picada. Com a abertura da mata e a constituição das

primeiras comunidades a sociabilidade familiar passa para a esfera pública da comunidade, mas, ainda assim, se mantém na esfera das famílias através das “visitas”.

Mas o autoconsumo possui também outro papel fundamental na reprodução da agricultura familiar. É o autoconsumo, que Ellis (2000) chamou de subsistência, que permite as formas familiares de produção e trabalho sobreviverem e se reproduzirem em uma sociedade capitalista cada vez mais competitiva.

Já o processo de vulnerabilização do autoconsumo, refere-se à situação social pela qual o agricultor familiar passa a ter a sua reprodução social fragilizada, devido a não produzir o autoconsumo alimentar necessário à alimentação dos membros do grupo doméstico. Neste sentido, se pretende demonstrar que o processo de vulnerabilização do autoconsumo leva, em partes, uma parcela significativa dos agricultores familiares e se encontrarem em situações de fragilização social e de insegurança alimentar.

Neste sentido, uma das questões que se pretende analisar é que o autoconsumo é uma produção que é responsável pela geração de alguns dos principais princípios norteadores do conceito de segurança alimentar. Dentre os princípios analisados estão o do acesso regular e contínuo aos alimentos, o referente à qualidade nutricional da alimentação, o que se refere às quantidades adequadas e suficientes a alimentação das famílias rurais e, o que diz respeito aos hábitos alimentares de consumo que se constituíram historicamente junto às famílias de agricultores do território.

Contudo, se faz necessário uma ressalva importante em relação ao objeto de estudo analisado aqui. A análise que se empreende visa delinear a segurança alimentar do ponto de vista da produção de autoconsumo para os próprios agricultores implicados neste tipo de produção. Assim sendo, a análise não visa diagnosticar a segurança alimentar gerada pela produção de autoconsumo para a população não agrícola do território, nem para o contexto internacional da segurança alimentar como a realizaram outros autores (Maluf, 2001; Maluf *et al*, 2004). Também não se enfoca a segurança alimentar sobre o prisma das políticas públicas; tampouco com base no sistema

agroalimentar e nas causas estruturais da fome e insegurança alimentar da população brasileira (PROJETO FOME ZERO, 2001; BELIK, 2001).

Deste modo, a análise que se pretende desenvolver é bem mais modesta e está relacionada ao nível micro da unidade de produção familiar e das estratégias utilizadas pela família para viabilizar a reprodução social e alimentar dos seus membros. O objetivo é o de efetuar-se uma abordagem com base na agricultura familiar e nas dimensões da segurança alimentar que são geradas pela produção de autoconsumo para os próprios membros desta.

Neste sentido, entende-se a segurança alimentar a partir da definição brasileira que foi enviada a Cúpula Mundial de Alimentação de 1996 a qual é citada por Maluf (2001). Esta definição é bastante ampla e completa por trazer em seu corpo conceitual tanto o princípio do acesso permanente dos indivíduos aos alimentos, a questão da quantidade suficiente e permanente destes, a esfera da qualidade alimentar e nutricional e a das práticas alimentares saudáveis que são as principais dimensões constitutivas do conceito de segurança alimentar. É este conceito que se utiliza para analisar e definir o que se entende por segurança alimentar na presente dissertação. Este conceito é utilizado para analisar-se a segurança alimentar gerada através da produção de autoconsumo do ponto de vista dos agricultores familiares.

A mercantilização da agricultura familiar é que gerou, em partes, o solapamento da produção de autoconsumo onde muitos agricultores foram fragilizados em sua segurança alimentar não obtendo mais o mínimo calórico necessário a sua reprodução social e alimentar como formulou Wolf (1976).

Elucida-se ainda, que a mercantilização do consumo familiar, em grande medida, tem como uma das suas faces mais cruéis o empobrecimento rural do território, a dependência alimentar dos agricultores familiares ao contexto social e econômico (as compras de alimentos) e, em muitos casos, gera situações de insegurança alimentar junto aos agricultores.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização da área de pesquisa: elementos dos agroecossistemas de São Lourenço do Sul-RS

2.1.1 Posição e situação

O município de São Lourenço do Sul possui uma área de 2.306 km² correspondendo a 0,8% da superfície do Rio Grande do Sul, situado no centro-sul oriental do Estado, na margem oeste da Laguna dos Patos, pertencendo a Microrregião homogênea 317, sub-região gaúcha da Encosta do Sudeste (MARTINEZ, 2009)

A localização latitudinal vai de 30°58'52" a 31°31'05" de latitude sul, a localização longitudinal vai de 51°44'47" a 52°27'32" de longitude oeste. Tem como limites, ao norte: município de Cristal; a nordeste: município de Camaquã; ao sul: município de Turuçu; a sudoeste: município de Pelotas; a oeste e noroeste: município de Canguçu e a leste: Laguna dos Patos (COSTA, 1984).

As estruturas geológicas do município são originárias das eras Paleozóica e Cenozóica. A zona colonial faz parte do escudo rio-grandense, cuja composição petrográfica é principalmente rochas cristalinas do tipo graníticas. O relevo do município pode ser compreendido em três regiões distintas, segundo Cunha et al. (2006), a planície, as coxilhas e a serra. Como o objeto deste estudo concentra-se na região da serra, daremos ênfase a esta estrutura de relevo. Denominada Serra dos Tapes, caracteriza-se por apresentar altitudes que variam de 100m a 250 metros, contendo montes com picos arredondados, estruturando-se na direção oeste, onde, na divisa com o município de Canguçu, encontra-se o ponto mais alto do município que é de 325 metros. Caracteriza-se, ainda, por apresentar um relevo que varia do suave ondulado

ao forte ondulado, possuindo depressões, vales profundos e pequenos planaltos nos platôs (CUNHA et al., 2006).

Conforme Martinez (2009), na região da serra, encontra-se matas do tipo mista, bastante alteradas pela ocupação humana, no entanto, aparecem ainda matas de galeria, estendendo-se como cordões que acompanham os cursos d'água, ainda preservando uma diversidade de espécies, tais como: mirtáceas, figueiras, jerivás, coronilha, canela, cedro, timbaúba, entre outras espécies típicas de floresta ombrófila caducifólia (COSTA, 1984; VIEIRA, 1984)

As unidades familiares pesquisadas estão situadas em localidades, as quais, segundo a EMATER – RS, através do Levantamento de solos do Rio Grande do Sul, são tipificadas como Associação Bexigosa-Pinheiro Machado, com solos rasos, coloração bruno avermelhada escura e bruno escura, com textura superficial leve (franco arenosa e argilo arenosa) ou com grande concentração de argila. São bem drenados, sendo utilizados com pastagens e culturas anuais (COSTA, 1984).

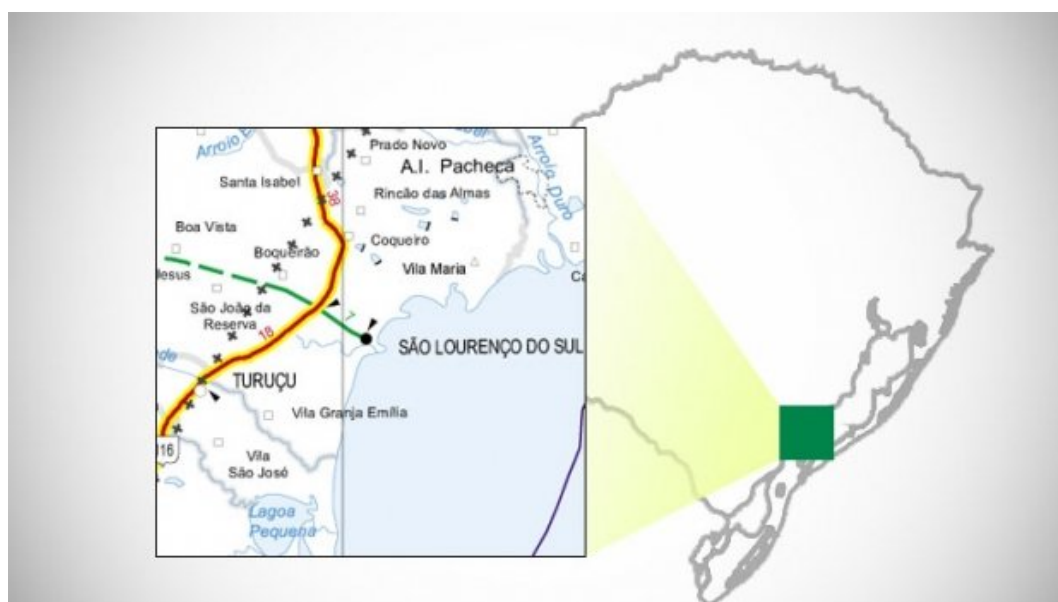
Segundo Cunha et al. (2006), por serem solos originários de rochas graníticas, são carentes em fósforo, possuem alta acidez e elevado teor de alumínio trocável. De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, elaborado por Camargo et al. (1987 apud CUNHA et al., 2006).

O município de São Lourenço do Sul está relativamente bem servido de águas internas, possuindo rio, arroios, sangas e açudes. A maioria dos arroios é perene, com saída para o oceano (via Laguna dos Patos). Situa-se entre o rio Camaquã e o Arroio Grande (antes denominado Turuçu), sendo estes, parte importante da Bacia Atlântica – sistema lagunar, tendo como o grande centro coletor a Laguna dos Patos. Cabe salientar importantes afluentes do rio Camaquã, sendo eles: Arroio Sapato, Arroio Santa Isabel e Arroio Evaristo, este último sendo de grande importância por ser o maior do município e percorrer grande trecho da região colonial (COSTA, 1984; VIEIRA, 1984).

O Rio Grande do Sul, em especificamente o município de São Lourenço do Sul, localiza-se na zona temperada sul da terra, portanto apresenta segundo a classificação de Köppen, clima do tipo mesotérmico super-úmido, tendendo ao subtipo temperado

mesotérmico brando (Cfa) com temperaturas no mês mais quente superior aos 22°C e a anual no município em torno de 17°C (VIEIRA, 1984). Conforme Martinez (2009), as precipitações variam entre 1.200 e 1.300 mm anuais, distribuídos ao longo das estações, com tendência de cheias na primavera e secas no verão. No inverno, há formação esporádica de geadas e nevoeiros, predominando ventos do quadrante leste e também do sudeste e do nordeste.

Figura 1 – Mapa ilustrativo do município de São Lourenço do Sul especificando as localidades de Boa Vista e Boqueirão



Fonte: Diáronet (2011). Disponível em: http://novo.odiariorio.net/noticias/Aulas+em+Sao+Lourenco+do+Sul+sao+retomadas--21_03_2011.

2.1.2 Estrutura da pesquisa e coleta de dados

A obtenção de informações para fundamentar a pesquisa realizou-se através da coleta de dados junto aos agricultores das localidades de Boa Vista e Boqueirão.

Segundo a AFUBRA (2008), no ano de 2007 a localidade de Boqueirão possuía 71 agricultores cadastrados na AFUBRA e, Boa Vista, 62 agricultores. Nos anos de 2008 e 2009, já havia 49 agricultores produtores de fumo na localidade de Boqueirão e 25 agricultores que produzem fumo na localidade de Boa Vista.

A coleta de dados efetuou-se no ano de 2008 e 2009, com o auxílio de um modelo de entrevista estruturada (ANEXO B). Associado a esses dados, foi realizado um estudo de caso dessas comunidades, visando cobrir unicamente a realidade desse espaço, levando em consideração as lógicas e escolhas desses agricultores.

Conforme Becker (1999), um estudo de caso tem o duplo propósito de compreender o grupo em estudo, ao mesmo tempo, que propõe desenvolver declarações mais teóricas sobre regularidades do processo e estrutura social. O estudo de caso propõe o estudo de investigações específicas, relações, variações ou fases de um fenômeno, ou mesmo, relações de causa e efeito, porém não pode se limitar a uma descrição, por mais documentada que seja, mas deve estar apoiado em conceitos e hipóteses e guiado por um esquema teórico.

As técnicas de coleta de dados utilizadas nessa pesquisa consistem em observação participante e entrevistas semi-estruturadas, com questões previamente determinadas. O roteiro de entrevistas semi estruturado contemplou aspectos da produção agrícola da localidade, estrutura fundiária, grau de mecanização das propriedades, questões culturais como a percepção dos moradores sobre o lugar, relações de vizinhança, entre outros (ANEXO B).

Os critérios para escolha da população entrevistada obedeceram aos seguintes aspectos: todos os agricultores entrevistados deveriam ter cultivado batata e atualmente estarem atuando na fumicultura ou somente atuando na bataticultura; a unidade de produção agrícola e o local de moradia familiar deveriam situar-se na localidade de Boa Vista e Boqueirão e a disponibilidade dos agricultores para participarem da entrevista. Havia um total de 74 pessoas que atendiam a estes três requisitos, sendo entrevistados 12 agricultores, perfazendo uma amostra de 16,22 % do total. Como a pesquisa possui um caráter qualificativo, não teve a pretensão de uma representatividade estatística.

As entrevistas com os informantes foram orientadas por um roteiro de questões abertas e tiveram duração aproximada de duas horas. O material produzido nas entrevistas foi analisado de acordo com seu conteúdo, obedecendo as três etapas assinaladas por Trivinos (1987): pré-análise, descrição analítica e interpretação

referencial. A análise de conteúdo consiste em uma ferramenta para a compreensão da construção do significado que os atores sociais exteriorizam no seu discurso (SILVA, GOBBI e SIMÃO, 2005). Nesta pesquisa, a análise de conteúdo mostrou-se perfeitamente aplicável, visto que, conforme Bardin (1994), esta técnica pode ser aplicada a todas as formas de comunicação, e uma de suas funções práticas é de natureza heurística, ou seja, a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta. A coleta dos dados nas visitas do técnico foi feita por meio do roteiro de entrevistas (ANEXO B), conversas informais com os agricultores e através de observação.

Foram entrevistados 12 agricultores, sendo que sete tiveram o áudio de suas entrevistas gravadas e os outros cinco pediram para que o áudio não fosse gravado e preferiram conversar informalmente.

O conteúdo das entrevistas foi anotado ou gravado em MP3, a partir do qual foram compiladas as falas e informações. O uso do aparelho gravador, às vezes, gerava constrangimento entre os agricultores, motivo pelo qual, não foram gravadas todas as entrevistas.

Adotou-se o procedimento de uma conversa informal, onde os agricultores sentiam-se mais à vontade para contar suas histórias de vida com maior riqueza de detalhes.

O roteiro de entrevistas foi o passo primordial no desenvolvimento do estudo almejado, uma vez que permitiu a constatação e análise de uma série de variáveis presentes. Entende-se desta forma, que o instrumento de pesquisa, além de permitir a mensuração das variáveis levantadas possibilita a geração de subsídios para os órgãos oficiais na tomada de decisões que tenham por objetivo qualificar a mão-de-obra e gerar renda com inclusão social colaborando para atenuar os complexos efeitos do êxodo rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se e analisa-se a seguir, os dados coletados através dos questionários aplicados aos 12 agricultores da amostra definida.

3.1 Caracterização dos agricultores entrevistados nas localidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul - RS

A tab. 1 indica o escasso grau de escolaridade dos entrevistados. Apenas 9,10% possuem ensino médio completo, ao passo que a maioria, aproximadamente 72,72% estudaram até os anos iniciais incompletos.

Tabela 1 - Grau de instrução entre homens e mulheres nas localidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul - RS

Categorias descritas	Homens	%	Mulheres	%
Anos iniciais incompletos	08	72,72	08	72,72
Anos iniciais completos	02	18,18	01	9,10
Ensino fundamental incompleto	01	9,10	01	9,10
Ensino fundamental completo	0	0,00	0	0,00
Ensino médio completo	0	0,00	01	9,10
Total	11	100,00	11	100,00

Fonte: Dados de pesquisa da autora (2008) Observação: 01 viúvo

Observa-se que a falta de escolaridade é condizente com a realidade de pauperização e baixa estima dos agricultores, afirmando ser a falta de estudos que os fez plantar fumo, como relata um agricultor: *“Bem que eu queria largar o fumo, mas não*

tenho estudo e nunca parei para pensar em fazer outra coisa.” (Entrevista nº 1-Agricultor Familiar).

Importante salientar também a questão do Analfabetismo Funcional, Já que a maneira de conceber o próprio processo de aprendizagem da leitura e da escrita tem se modificado nos últimos anos e convivemos, hoje, com diferentes verbetes para explicá-lo. Freire (2003), por exemplo, compreendia o termo *alfabetização* de maneira ampla e complexa, entendendo-a como exercício de cidadania:

Alfabetização é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. Implica não uma memorização visual e mecânica de sentenças, de palavras, de sílabas, desgarradas de um universo existencial – coisas mortas ou semimortas – mas uma atitude de criação e recriação. Implica uma autoformação de que possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto.

Pode-se inferir, a partir dessa citação, que a maneira como o autor concebe o processo de alfabetização quando diz que esse problema está intrinsecamente relacionado ao processo democrático, ao acesso ao conhecimento para atuar criticamente no mundo social e político.

Para o mesmo autor, é necessário entender também como os grupos de trabalhadores fazem sua leitura do mundo, entender sua "cultura de resistência", entender o sentido de suas festas, perceber a riqueza de suas falas e de seus símbolos.

Em relação a renda total mensal dos agricultores foi de, aproximadamente, R\$ 2.000,00 e o fumo é responsável por grande parte desses rendimentos, pois representa 70% da renda agrícola. O principal fator que leva esses agricultores a continuarem na produção de fumo é, precisamente, a renda agrícola do cultivo em pequenas áreas de terra, sendo que 100% dos entrevistados também relataram essa afirmação.

O Valor Agregado Líquido do fumo, que desconsidera a depreciação, também obteve valores altos (68%), ou seja, é inegável, que o fumo produza “riqueza” para as unidades produtivas, mas, para isso os agricultores são obrigados à submissão dos desígnios das fumageiras. Por esse motivo não podem descumprir o contrato, do contrário, toda a riqueza obtida com a produção do fumo, transforma-se em dívidas

onerosas que passam a inviabilizar as unidades produtivas. Cabe alertar também que essa riqueza diz respeito às instalações necessárias para a produção de fumo do tipo Virgínia, em estufas. Quando os agricultores deixam de produzir fumo permanece o capital imobilizado nas instalações sem nenhuma utilidade futura pela unidade produtiva. Este deve ser um dos motivos pelos quais os produtores que deixam de produzir fumo tem sua sobrevivência baseada nos proventos da aposentadoria.

Nas unidades de produção pesquisadas existe um total de 06 aposentados, mas observou-se que a maioria continua a trabalhar na agricultura, enquanto a saúde permite.

Analisando os resultados dos casos pesquisados percebeu-se que agricultores produtores de fumo têm, na aposentadoria, sua principal renda, ou seja, na renda não-agrícola proveniente desses proventos. A aposentadoria pode ser a única fonte de renda para as famílias rurais, quando deixam de produzir fumo e se apóiam na produção para autoconsumo. A criação de alternativas para que os filhos dos agricultores permaneçam nas terras para a promoção do desenvolvimento local é urgente, tendo em vista que o país precisa do apoio da agricultura familiar para a produção de alimentos. A aposentadoria não foi criada para manter as unidades produtivas, então, devem existir lacunas a serem preenchidas pelas instituições.

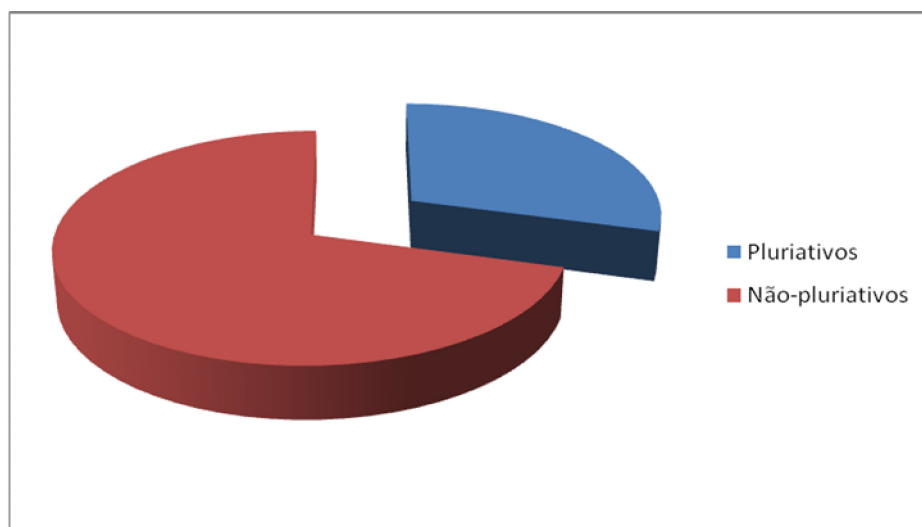
Prieb, Souza e Pereira (2009) chegaram à conclusão de que a previdência pode ter um importante papel, mesmo na manutenção das unidades produtivas. Os autores alegam que,

Os benefícios previdenciários implicam em mudanças positivas, no comportamento dos principais indicadores decisivos na análise da condição de vida e de bem-estar social das famílias. O aspecto da moradia, a utilização de serviços básicos e os utensílios domésticos disponíveis, comprovam que as famílias, em geral, possuem boas condições de vida. (PRIEB; SOUZA; PEREIRA, 2009, p.17).

Todos os agricultores entrevistados possuem moradia própria. Nove agricultores responderam que falta mão de obra no trabalho no campo. Há alguns membros da família que trabalham toda semana na cidade e vão para a casa nos finais de semana, onde ajudam na fumicultura.

Na fig. 2, observa-se que a maioria dos agricultores pesquisados não realizam outra atividade fora da sua propriedade.

Figura 2 – Pluriatividade dos agricultores familiares nas comunidades de Boqueirão e Boa Vista no município de São Lourenço do Sul-RS



Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Sete agricultores consideram o domingo como o dia de descanso da família. Três agricultores responderam ser o sábado, esse dia de descanso e dois responderam que varia o dia de descanso da família.

Apenas dois agricultores realizaram curso e capacitação. Dos agricultores entrevistados, três disseram já ter tido algum conflito com vizinhos.

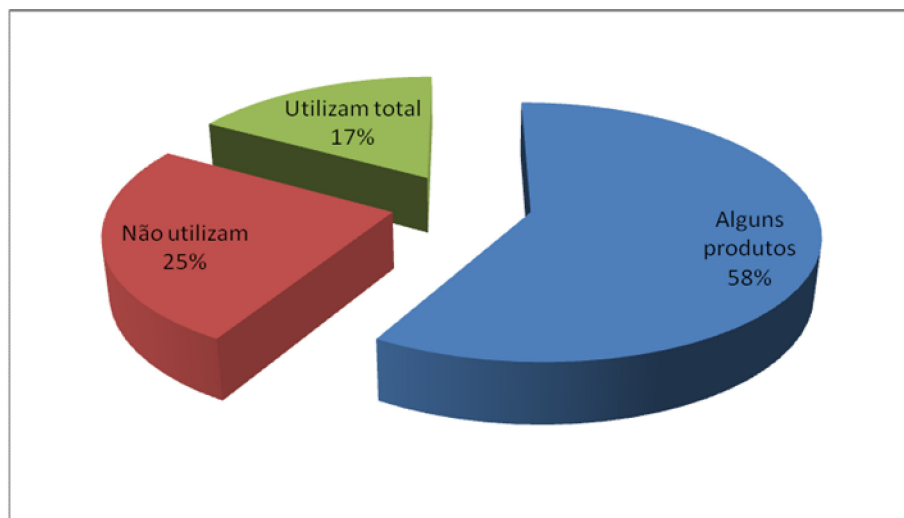
No entender de alguns agricultores, antes as pessoas eram mais “afetivas”, tinham mais “apego”, havia maior solidariedade para com os outros; hoje o pessoal é muito “exibido”, o que denota na atualidade um apelo muito forte ao cuidado individual do trabalho e ao consumo solitário mediante os rendimentos que aquele pode proporcionar, quebrando muito o sentido de cooperação entre os agricultores. A preocupação por um fumo de qualidade, nos padrões para uma boa rentabilidade, faz o agricultor se interessar exclusivamente pela sua produção. Estar sempre atento aos

mínimos detalhes é um forte indicador de que o agricultor está preocupado em desenvolver um fumo bom, com “capricho”, zelando por sua produção. Segundo um agricultor, avaliando o seu trabalho e o de outros conhecidos seus, “(...) *não é só plantar e colher. Tem que ficar observando a lavoura pra ver como desenvolve. Daí se falta uma coisa tem que largar, né. E o forno também. Se o fumo vai pro forno, ali é o ponto que o colono tem que cuidar mais. A cura do fumo. Ali, se tu só largar o fumo no forno... tu larga ele ali dentro e fogo... não é assim as coisa. Ali a cura do fumo, no caso, é o essencial. Aquele ponto dentro do forno. Porque numa fornada, se tu tirar uma fornada de fumo ruim, tu vai ter que tirar duas de fumo bom. Daí tu vai ter que plantar o dobro, as despesas é o dobro. Porque tem gente que diz, “eu planto tanto e tanto”, enche as lavoura de fumo e depois só vai, traz uma vez uma força e pronto. Daí vai na horta tirar umas flor e pronto. Daí já não vence. Aí já começa as coisas, daí já se atrapalha e tudo. E daí, naquela hora, ao tirar as flor, o brote vem, daí o fumo já perde a força, o brote tira a força do pé. Aí tu já tá perdendo e assim vai. O cara, que da minha parte eu acho caprichado, que capricha, né, aí tu tem que plantar o que tu acha que tu vence. Aí tu não pode, quando tu entra nas lavoura não pode ver brote, estas coisas, tem que tar limpo.*

E depois, no forno, como eu disse antes, ali é o principal, ali é judiado aquela hora do forno. Ali tu tem que, de noite, tem que tar junto com o forno. Tu não pode deitar... assim: ‘agora vou dormir e acordar no outro dia’. Tu tem que ficar e pelo menos fazer a ronda do forno”. (Entrevista nº 05- Agricultor familiar)

Quanto ao armazenamento dos agrotóxicos, todos os agricultores entrevistados responderam que guardam em local adequado.

Figura 3 - Uso de Equipamentos de Proteção Individuais no manuseio de agrotóxicos por agricultores nas localidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul-RS



Fonte: Dados da autora (2009)

Sobre o controle de inços, dez dos agricultores responderam que utilizam herbicidas. E dois realizam o integrado. Dez agricultores utilizam a proteção do solo, somente quando não cultivados. E dois, utilizam sempre.

Além disso, normalmente mais de quatro ha são utilizados para a manutenção de reflorestamento destinado a fornecer madeira para a secagem do fumo nas estufas. Em razão da obrigatoriedade do cumprimento das leis ambientais, o próprio setor fumageiro incentiva os agricultores a manter o reflorestamento na propriedade.

As localidades de Boqueirão e Boa Vista são formadas, essencialmente, por descendentes de imigrantes pomeranos, organizados em unidades produtivas de caráter familiar.

A maioria adquiriu a propriedade da terra por meio de herança. O fracionamento da terra, para arrendamento ou para a venda, é uma situação pouco comum. Das propriedades que fizeram parte da amostra, apenas duas foram adquiridas unicamente através da compra (algumas foram adquiridas, parte por herança, parte por compra). A área das propriedades pesquisadas varia entre 15 e 49 ha, sendo a média de 27,9 ha.

Apesar da maioria dos entrevistados possuírem áreas maiores que 5,5 ha, o plantio de fumo se processa em 77% das propriedades apenas em áreas de até 5,0 ha. Como a produção de fumo é muito exigente em mão-de-obra, não se torna viável sua produção em mais de 5,5 ha devido ao elevado custo com a contratação de peões.

Segundo depoimento dos entrevistados, no auge da colheita se paga até R\$ 100,00 por dia para cada trabalhador contratado com alimentação. *“Nós somos em três da família trabalhando, mais quando chega a colheita ‘aperta’ e para não perder fumo, tem que botar peão.”* (Entrevista nº 06- Agricultor Familiar).

3.2 Autoconsumo: o risco de insuficiência para a segurança alimentar

O fato de constatar-se a ocorrência de hortas, nas propriedades familiares, parece inteiramente satisfatório no sentido da segurança alimentar. Ainda que, não expresse que se tenha a garantia da auto-suficiência da produção da família para satisfazer as necessidades de seus membros.

“Horta eu tenho, mas as verduras que tem dentro não vale nem pra se falar de horta. Não tem tempo, mas se produz alguma coisa. Quando é época de inverno se produz alguma verdura se produz mais, pouca coisa assim” (entrevista nº 8- agricultor familiar)

Outro agricultor deixa dúvidas quanto à capacidade de produção de seu pomar e da horta, expondo *“frutas, além do pêssego temos laranja, tem uns dois pés, pro gasto dá. Verdura a gente às vezes tem, mas às vezes tá em falta”*. (entrevista nº 1- Agricultor Familiar)

O desperdício do excedente, que apodrece é, por isso, eliminado, denunciado por um agricultor:

Tem pomar e fruta de todo tipo: pêssego, laranja, bergamota, maçã, pêra de todos os tipos [...] as árvores de frutas que eu tinha para comércio eu acabei eliminando para não ter preocupação de tu tá vendo aquela frutinha tão bonita cair e não ter comércio. Isso me dá um certo nojo de ver a fruta no chão e não ter para quem passar (entrevista nº 7- agricultor familiar).

Pode-se deduzir, a partir dessas experiências, que a produção de frutas e hortaliças pode ser incentivada e preservada, resgatando-se práticas que se perderam ao longo do tempo diante das sensíveis mudanças nos hábitos de consumo via introdução de produtos industrializados no cotidiano das famílias rurais.

Constatou-se enormes vínculos existentes entre a dimensão do autoconsumo e o grau de mercantilização da agricultura nos estabelecimentos familiares. Muitas famílias, especialmente as que se encontram na condição de integradas ao complexo fumageiro, enfrentam sérias dificuldades de produzirem para o autoconsumo, sendo a deficiência de mão-de-obra um dos principais argumentos apresentados na realização das entrevistas (APÊNDICE A). O tempo disponível, cada vez mais escasso, é dedicado ao trabalho árduo e insalubre da produção e secagem da produção de fumo.

Conforme Boeira “a política cognitiva das empresas fumageiras implica em convencer o agricultor com argumentos técnicos e mercadológicos a plantar fumo de forma duradoura, ou seja, fazendo do cultivo sua atividade principal” (BOEIRA, 2002). Esta afirmação é ratificada pela pesquisa realizada onde 90% dos agricultores pesquisados possuem o fumo como a única fonte de renda da propriedade. As empresas fumageiras manipulam informações que são repassadas aos agricultores através da figura do instrutor:

O cultivo de grãos é desencorajado como cultura extensiva e recomendado como cultura de subsistência, em combinação com o cultivo do fumo. Com o plantio do milho e feijão após a colheita do fumo obtém-se “ótimos resultados, pois se aproveita adubação residual, tem-se mais produtividade e a terra não fica ociosa, aproveitando-se também a mão-de-obra (CARDOSO, 1993 apud BOEIRA, 2002. p. 343).

A falta de alternativas e expectativa de um futuro melhor parece ser o sentimento mais comum entre os agricultores entrevistados. “*A gente trabalha com o fumo porque é obrigado, não tem alternativa, é o que dá dinheiro*” (Entrevista nº 2- Agricultor Familiar); “*O fumo é uma cadeia, não pode mais sair, o agricultor perde a liberdade*” (Entrevista nº03- Agricultor Familiar).

Os dados da pesquisa evidenciam estas afirmações no qual 66, 6% dos entrevistados plantam fumo por falta de alternativa (Tab. 2).

Tabela 2 - Tomada de decisão em plantar fumo nas comunidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul-RS

Categorias descritas	Valor numérico	Porcentagem
Falta de alternativa	08	66,6
A família plantava	02	16,6
Aumentar a renda	01	8,3
Falta escolaridade	01	8,3
TOTAL	12	100

FONTE: Dados da pesquisa (2009)

Outro dado da pesquisa é a falta de assistência técnica por parte das empresas fumageiras. Dos entrevistados, 55% responderam que não recebem assistência técnica e que os instrutores só visitam as propriedades para formalizar o contrato com a empresa integradora. A declaração ratifica esta informação *“na hora da gente fazer o pedido, eles insistem e depois eles não aparecem mais, só aparecem na propriedade para pedir para assinar papel”* (Entrevista nº 4- Agricultor Familiar).

Entretanto, a cláusula 3 constante no contrato de compra e venda do fumo, relativa à prestação de assistência técnica pelas empresas diz o seguinte (ANEXO C).

Como parte do Sistema Integrado, a EMPRESA oferece assistência técnica gratuita, incluindo orientações sobre melhores práticas agrícolas, venda de sementes certificadas, uso adequado de insumos, manejo seguro de agrotóxicos, medidas de preservação ambiental e desenvolvimento de ações conjuntas de responsabilidade social (CONTRATO DE COMPRA E VENDE DE FUMO EM FOLHA, 2008).

Evidenciou-se que as famílias tendem a consumir o que conseguem produzir dentro de seu estabelecimento rural. Todos os tipos de alimentos produzidos são utilizados de uma forma ou de outra pelas famílias seja para o consumo doméstico, seja para a alimentação dos animais. A opção pela compra de qualquer alimento seguirá determinados critérios.

Tal comportamento tem suas bases na raiz da racionalidade camponesa. O dispêndio da renda monetária obtida com esforço e sacrifício necessita ser feito de uma maneira também racional. Por que gastar-se-ia naquilo que pode ser produzido pela própria família? Assim como pôde ser verificado a tradição da agricultura camponesa

baseia-se na produção para o autoconsumo, fazendo parte da lógica e da racionalidade do agricultor planejar e realizar com a sua família todos os processos necessários para garantir a produção de alimentos e o seu consumo. A seguir os comentários de agricultores entrevistados ilustram os aspectos abordados acima: *“Isso de produzir para o consumo ou pra vender... para o consumo é melhor... porque a gente colhe lá e pode guardar numa caixa dentro do paiol, na casa e não precisa se preocupar com o mercado, lá compra só o principal... A gente colhe bastante feijão, guarda lá e o que sobra vende. Eu tenho ainda esse ano pro gasto... é só não vender”* (entrevista nº 01- agricultor familiar.).

“Eu acho que é o fato de não conseguir produzir, aí a gente é obrigado a comprar... só por isso... Compramos mas não muito; compramos o suco quando não tem fruta em casa; o refrigerante é poucas vezes que a gente compra; quando tem uma visita de longe... A gente não tem o costume” (entrevista nº 02- agricultor familiar).

“Primeiro a gente tem que pensar no teu consumo e depois pensar em comercializar fora” (entrevista nº 10- agricultor familiar).

A seguir mais dois comentários nos quais os agricultores apresentam parte de sua pauta alimentar, apontando a diversidade de produtos existentes e as estratégias para contar com os alimentos desejados ou com substitutos, apontando também a incorporação de novos alimentos: *“O que a gente planta hoje não é suficiente... Batata sempre tem mas não tem para o ano todo, a mandioca ... batatinha, mas geralmente é pouco, não tem como guardar.... Mandioca tem meio direto, batatinha pro gasto...quando tem come, se não tem... Sempre tem a couve, o repolho não é sempre, não que é muito demorado... o alface”* (Entrevista nº 11- Agricultor Familiar). O mesmo agricultor acrescenta: *“O feijão, o arroz, a carne e o leite e as verduras, né?!.... As variedades de fazer saladas... Antigamente a gente consumia porque nós fazia horta direto... A gente plantava um tipo de repolho..pra nós dava bem... mas a gente tinha de sobra, dava pra os vizinhos e a gente consumia e tudo...Alface dava bem... de uns anos pra cá é que dificultou... O repolho é mais difícil hoje de alinhar.... Daí produz também fruta, laranja, limão, eu tenho banana, a gente produz bem... Só para o consumo, mas não pra vender”*.

3.3 A substituição da batata pelo fumo e o processo de assujeitamento do agricultor familiar

Tabela 3 - Área e produção agropecuária de São Lourenço do Sul-RS, 1991 a

Ano do Censo	Arroz		Batata		Feijão		Fumo		Milho	
	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)
1991	38.250	8.600	70.000	10.000	255	850	3.500	2.500	10.800	18.000
1992	40.335	9.050	91.000	12.000	540	600	4.200	3.000	36.000	20.000
1993	45.075	9.050	43.000	6.000	720	600	5.791	3.550	40.800	17.000
1994	35.675	9.550	52.000	7.000	450	500	4.200	3.000	40.800	17.000
1995	47.545	9.530	69.000	7.500	900	1.000	4.050	2.500	48.000	20.000
1996	50.381	9.520	54.000	8.000	1.108	1.804	3.120	2.600	24.672	16.000
1997	48.636	9.020	76.000	8.500	432	600	4.300	3.000	43.292	22.000
1998	35.480	8.880	41.000	8.000	300	500	4.500	3.000	45.320	22.000
1999	49.450	9.170	36.000	6.000	720	600	6.000	3.000	52.800	22.000
2000	45.100	9.050	30.000	4.000	975	1.000	4.800	3.000	30.000	25.000
2001	41.460	8.850	40.500	5.000	640	550	6.400	3.200	78.000	26.000
2002	43.950	9.250	40.500	4.300	1.333	1.030	7.600	3.800	71.280	22.000
2003	33.153	9.050	23.400	2.700	882	980	10.743	6.511	43.200	18.000
2004	51.843	9.550	22.500	1.500	1.388	750	17.977	8.065	38.880	18.000
2005	49.793	9.600	-	-	666	900	-	-	7.866	11.500

Ano do Censo	Mandioca		Trigo		Soja		Leite	
	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (1000 l)	Vacas ordenhadas
1991	900	150	180	200	1.680	4.000	17.500	13.700
1992	1.050	150	150	100	3.600	2.000	17.300	13.500
1993	1.050	150	29	40	5.940	4.500	15.500	13.200
1994	1.050	150	-	-	5.400	4.500	17.200	10.800
1995	1.050	150	-	-	7.200	4.000	20.600	10.000
1996	366	133	113	63	3.375	2.885	26.089	12.391
1997	700	100	-	-	3.996	3.000	26.533	12.602
1998	700	100	-	-	6.930	5.000	26.657	12.661
1999	700	100	-	-	3.864	2.800	27.190	12.914
2000	700	100	-	-	3.780	3.000	25.830	12.268
2001	700	100	-	-	3.600	3.000	26.535	12.603
2002	700	100	-	-	7.560	4.500	29.894	14.198
2003	1.500	100	-	-	8.000	5.000	30.233	14.359
2004	1.500	100	-	-	8.820	7.000	27.691	13.152
2005	-	-	-	-	10.494	10.000	-	-

2005.

Fonte: Lima (2006)

Conforme Lima (2006), o sistema de produção da batata é caracterizado por uma base familiar, onde o agricultor e sua família realizam todas as etapas do processo produtivo e representa a principal força de trabalho para o funcionamento do sistema. As propriedades que cultivam a batata, não empregam mão-de-obra contratada, produzem para o autoconsumo e obtém seu rendimento econômico através da comercialização do seu produto agrícola principal, no caso a batata. Convém ressaltar que mesmo conservando características de base familiar este sistema se apresenta relativamente mais capitalizado, se comparado a sistemas voltados ao cultivo do milho e feijão, refletindo que a batata é um produto excedente comercializável que conduz para uma especialização viável. Nesse sentido, as propriedades têm características intermediárias entre as do fumo e do arroz (Tab. 3).

A batata já foi o produto mais importante do município sendo exportada para quase todo o Brasil e para Montevidéu, chegando a ser o maior produtor da América Latina, embora hoje não ocupe mais nem o primeiro lugar no Estado. Essa queda se deu, segundo os agricultores entrevistados, por não ter o desenvolvimento de uma variedade que se adaptasse no município. Outro fator determinante foi que os próprios agricultores escolherem manter a variedade de pele rosada, tradicionalmente cultivada e aceita no Rio Grande do Sul, mas não adaptada às exigências do mercado (não serve para as grandes cadeias de alimentação). Todavia, essa queda de produção no município foi compensada com o deslocamento para outras regiões produtoras, sobretudo nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, onde o cultivo se adaptou muito bem, sendo possível duas colheitas anuais e com as variedades exigidas pelo mercado, tanto para o consumo *in natura* quanto para a indústria alimentícia (Tab. 3).

A batata é um sistema com produção que no município de São Lourenço do Sul- RS tem fatores ambientais desfavoráveis, por outro lado, este sistema já mostra alguma dependência de fatores energéticos não renováveis. A presença de máquinas e equipamentos induz a um aumento de produtividade e garante um tamanho considerável da área plantada. As pragas aparecem na produção e tem que ser controladas pelos agrotóxicos que os produtores adquirem no mercado. Outros

componentes primários estão presentes nas propriedades como as pastagens, as hortas e os pomares, destinados exclusivamente ao consumo na propriedade.

Há ainda a criação de animais como o gado bovino, porcos e aves, destinados à subsistência do agricultor. Estes animais são mantidos com a produção de milho destinada à ração e, também com a aquisição de rações no mercado (os agricultores que fazem parte da COOPAR adquirem aí a sua ração).

Atualmente, a prefeitura municipal está com um projeto para desenvolver a criação de ganso para produzir o peito de ganso defumado, uma tradição dos pomeranos. Um dos maiores problemas que o agricultor tinha era com o intermediário, mas hoje este produto é quase todo ele adquirido pela COOPAR. Quando o agricultor tem que estar com a figura do intermediário, ocorre nesta relação uma transferência de renda do setor rural ao setor urbano, pois o intermediário adquiriu do produtor familiar seu produto por um preço mínimo que é repassado às cidades pelo preço de mercado, onde a produção está sempre subordinada à circulação. Este cultivo é, portanto, bastante dependente do sistema econômico.

A quantidade de capital adquirida através da venda da mercadoria volta ao sistema produtivo na forma de combustíveis, insumos, rações, energia elétrica, bens de consumo e capital e mantêm a reprodução desse sistema produtivo. Ações do governo, através da Embrapa Clima Temperado, em parceria com a comunidade têm contribuído para a manutenção da agricultura familiar, como por exemplo, a produção de batata-semente, desde 1999, pelos agricultores na propriedade:

Pequenos agricultores de São Lourenço do Sul (RS), município responsável por 50% do volume de batatas produzido no Rio Grande do Sul, reduziram em R\$ 660,00 por hectare o custo de produção. Isso porque adotaram a proposta da Embrapa Clima Temperado (Pelotas-RS) de produzir batata-semente na propriedade, insumo considerado um dos itens mais caros dessa lavoura. Junto com a eles implantaram sementeiras, e, com as sementes repassadas pela Embrapa, as 200 famílias que participam da ação colheram 7.350 caixas de semente de alta qualidade, para o plantio de batata consumo, e 1.050 caixas destinadas à primeira multiplicação. (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 1999).

A influência da batata nas localidades pesquisadas pode ser comprovada tanto pelos plantios da lavoura que ainda persistem como pela presença dos galpões (edificações que serviam para a secagem da batata).

Um outro fato marcante sobre a batata que foi relatado nas entrevistas é que, devido o grau de “veneno” que era usado na sua produção, alguns agricultores não entrevistados resolveram aderir à agroecologia. Hoje eles trabalham com vários produtos agroecológicos, principalmente. A batata e o feijão agroecológico, denominado feijão pomerano, que já está no mercado, conforme o relato dos agricultores entrevistados.

Sendo o processo de trabalho movido pela família, sua composição e tamanho tornam-se um elemento importante a ser observado. Nas unidades familiares pesquisadas, o menor grupo familiar é composto por 3 pessoas (o casal e um filho) enquanto que o grupo mais numeroso é composto por 9 pessoas (o casal, seus filhos, a mãe e dois irmãos solteiros da esposa). Na maioria dos casos, convivem três gerações na mesma residência doméstica e em alguns casos até quatro (média 5,13 pessoas).

No que se refere à renda dessas unidades de produção, pode-se observar que há uma prevalência da comercialização de produtos agrícolas.

O trabalho nas unidades familiares é realizado basicamente pela família. Entre os entrevistados, há apenas dois casos de prestação de serviços em outras unidades por parte de algum dos membros da família, realizado durante a colheita do fumo, em troca de diária paga em dinheiro ou troca de dia de serviço (ajuda mútua). Recebem ajuda durante a safra do fumo 4 famílias, também através do pagamento de diária ou ajuda mútua (num dos casos a ajuda é para cortar lenha para ser usada na secagem do fumo).

A partir da composição da família é que parte a decisão de contratar ou não mão-de-obra externa. Portanto, a referência à força de trabalho doméstica é constante e a contratação, geralmente, se dá pela falta de filhos homens. Entretanto, essa forma de resolver a questão do ciclo de vida da unidade doméstica não é muito comum entre os agricultores entrevistados, os quais recorrem à auto-exploração dos membros do grupo doméstico para atender as necessidades de trabalho e atingir o consumo desejável.

Cada família ou grupo doméstico tem uma composição por sexo e idade, determinando o número de consumidores e implicando na quantidade de força de trabalho a ser mobilizada.

No momento em que a família faz a escolha pela produção de fumo já existe implicitamente a expectativa de que todos os seus membros participem do processo produtivo, o qual estará subordinado às exigências de qualidade estabelecidas pela fumageira.

Paulilo (1990) afirma o caráter exaustivo e penoso da fumicultura quando apresenta seu processo de cultivo, salientando, sobretudo, o trabalho intenso feito na colheita durante o verão, bem como a dificuldade do trabalhador em se proteger na utilização de agrotóxicos.

Todos esses documentos são assinados pelo agricultor e são emitidos pelas empresas, últimas responsáveis pelo andamento da burocracia nas operações do *contrato de compra e venda do fumo em folha* (ANEXO C), inclusive aquelas relativas aos financiamentos junto ao sistema bancário. Entretanto, ao assinar tais documentos o produtor não tem pleno conhecimento sobre seu conteúdo, e muitas vezes sequer os lê:

O número excessivo de documentos para formalização dos contratos acaba gerando uma série de dúvidas por parte dos produtores. Em recente pesquisa realizada pelo DESER, constatou-se que a maior parte dos agricultores não costuma ler os contratos que assinam, principalmente porque consideram muito extensos e de difícil entendimento. Também não costumam ler os demais documentos que são assinados tampouco sabem a finalidade de todos os documentos. As empresas alegam que orientam seus técnicos para esclarecerem todas as dúvidas dos seus integrados. No entanto, conforme depoimentos dos produtores, os orientadores das empresas (técnicos) geralmente estão com pressa quando levam os documentos para serem assinados, de forma que em muitos casos não há tempo suficiente para o esclarecimento de dúvidas. Dizem ainda que na maior parte das vezes os técnicos levam “uma pilha de folhas” e apenas indicam os locais em que os agricultores devem assinar (DESER, 2003, pag. 26).

Paulilo (1990) observou que ainda que submetido às condições impostas no contrato de integração, a vinculação com a agroindústria não eliminou totalmente a possibilidade do agricultor vivenciar a autonomia enquanto produtor ativo, quer seja na construção de estratégias para a reprodução social da família, quer seja no uso de saberes próprios para o cultivo de outros produtos, que não o fumo. A relação de poder assimétrica que permeia o contrato de integração entre a fumageira e o produtor é

abordada pela autora segundo o conceito weberiano de dominação racional, que decorre da crença na legalidade das exigências e no direito de mando dos que exercem autoridade.

Embora o agricultor integrado se encontre subordinado ao contrato de integração, essa subordinação, aceita racionalmente como a melhor opção disponível, compõe um – e não o único - dos elementos do espectro de estratégias planejadas pela família, para sua reprodução social.

A análise conduzida por Paulilo (1990) contradiz a dedução simplista que coloca o agricultor integrado em um patamar de perda de autonomia, assemelhado ao assalariado, para enxergar a integração com a agroindústria, antes de mais nada, como uma situação de mercado. O agricultor faz uma opção racional conforme as possibilidades de escolha que a realidade lhe apresenta. As vantagens que a garantia da compra da safra proporcionam ao integrado contribuem para a aceitação das condições que esta mesma empresa lhe impõe. Assim, a família produtora de fumo vai criar uma lógica própria de vida que seja compatível com os parâmetros ditados pelo contrato de integração, reafirmando desta forma a constatação de Lamarche (1993), no sentido de que a exploração familiar traça o caminho da transformação e da evolução, conforme a moldura econômica, social e política na qual se encontra inserida.

A exigência do trabalho manual no cultivo do tabaco é a pedra de toque para o enraizamento do sistema de integração entre a agroindústria e a agricultura familiar. Para a empresa, este sistema oferece a vantagem de não envolver os custos com mão-de-obra diretamente contratada. Para os produtores, a maleabilidade na intensificação da utilização da força de trabalho dos membros da família faz com que as unidades familiares de produção – que normalmente não dispõem de grande extensão de terra - encontrem na fumicultura um caminho para a obtenção dos meios materiais necessários à reprodução social. “É a mão-de-obra o item que mais pesa no custo da produção do fumo. É por isso que famílias numerosas e com poucos recursos optam por essa lavoura” (PAULILO, 1990, pag. 140).

No contrato de integração com a agroindústria, a garantia da compra da safra pela fumageira proporciona o equilíbrio para suportar a penosidade do trabalho, nos moldes da relação formulada por Chayanov (1974) - o balanço entre trabalho e consumo. Esta relação também é referida por Paulilo:

A auto-exploração da família é uma das principais características da fumicultura. A aceitação de um trabalho tão penoso só é justificada, pelos entrevistados, em função do rendimento do produto. Também é a atividade que melhor permite o trabalho feminino, infantil, e mesmo o de pessoas idosas, quando chega a fase da classificação (PAULILO, 1990).

A hipótese levantada por Chayanov (1974), do balanço entre trabalho e consumo, mesmo tendo sido formulada tomando como referência o modelo camponês de subsistência, pode também ser aplicada para a agricultura familiar que explora a fumicultura, muito embora, para esta última, o projeto de consumo idealizado pela família venha a ultrapassar os limites impostos pela subsistência, tendo em vista que a produção está completamente orientada para o mercado. Vale o quanto que a família que adota como estratégia a fumicultura está disposta a dispor do trabalho de seus membros para obter retorno suficiente para seu projeto de consumo.

"Quando pega período de colheita, é dia e noite, não tem hora", conta o Agricultor Familiar na entrevista nº 8 e complementa: *"Se chove, tem que estar na lavoura."* Uma das partes mais delicadas é a relação entre essas famílias e as empresas. Assina-se, a cada ano, um contrato de compra e venda que, na visão do Ministério Público do Trabalho, equivale a uma relação entre patrão e empregado. A diferença é que os agricultores não são registrados, não têm direito a férias nem 13º salário, e muito menos a afastamento em caso de doença (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011)

O pagamento é feito por uma tabela de classificação que leva em conta a qualidade e o tipo do tabaco. Na teoria, melhor a procedência, melhor a remuneração. Na tentativa de disciplinar abusos por parte das empresas, o Ministério da Agricultura editou em 2007 uma instrução normativa que tenta estabelecer parâmetros objetivos para a classificação do fumo. As folhas são avaliadas por classe, subclasse, grupo, subgrupo, tipo, subtipo, mistura, resíduos e umidade. O resultado são 41 classificações possíveis para uma mesma folha de fumo, o que abre espaço a uma interpretação subjetiva. Ainda que se faça uma distinção entre as folhas do topo do pé, da parte intermediária e da parte inferior, restam muitas alternativas possíveis ao classificador (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011)

No caso dos agricultores em estudo, dentre as doze famílias entrevistadas, apenas cinco falaram sobre a possibilidade de pensar uma nova produção programada ao ecossistema local. Em 2007, a Souza Cruz criou o programa “Plante milho e feijão após a colheita”, considerado um programa de responsabilidade social. Firmado em parceria com as Secretarias Estaduais de Agricultura de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), a empresa “estimula e orienta seus produtores para o plantio de grãos após a colheita do fumo. O objetivo é diversificar as culturas e aumentar a renda das pequenas propriedades rurais” (SOUZA CRUZ, 2009). Questiona-se: porque a escolha do milho e feijão? Os agricultores dizem que o milho acaba sendo destinado a alimentação de alguns animais e o feijão para o consumo. Tal situação nos leva a pensar no processo mercadológico que deveria estar incluso na operacionalização. Resgatando o discurso da empresa, pode-se pensar que a idéia realmente não consiste em propiciar novos rendimentos econômicos, mas incentivar a permanência da família na propriedade e no plantio do fumo.

No caso dos agricultores deste estudo, verificou-se uma visível dependência do sistema proposto pelas fumageiras. Diversas vezes os entrevistados demonstravam em suas falas, saber do processo de dependência e afirmavam que *“a gente sabe, mas a gente precisa, isso dá dinheiro”*, relata um agricultor na entrevista nº 03. Dessa forma, percebe-se que “interessa” ser dependente.

Paralelamente, o recuo do mercado externo perante a Convenção-Quadro, e a um conseqüente abalo na estrutura econômica do setor, também começou a ser relatada e, aos poucos, parecem permear os discursos.

Na cadeia produtiva do fumo não é quem vende que faz o preço. A fumageira é que decide o valor do produto que irá comprar, ao manipular a classificação e estimular o acúmulo de dívidas que mantém o agricultor vinculado para safras futuras. O agricultor pode recusar as condições dadas para a comercialização, mas, como sua lavoura foi dada em penhora para a garantia da dívida, as fumageiras conseguem ordem judicial para arrestá-la, valendo-se das notas promissórias assinadas em branco no momento em que o agricultor firma o contrato. É esse o esquema que está por

detrás da liderança mundial do Brasil no setor de exportação de fumo em folhas: a sujeição do agricultor familiar a uma verdadeira servidão moderna.

E o endividamento dos agricultores é apenas um dos problemas. Os mais conhecidos incluem os riscos à saúde e os danos ao meio ambiente, resultantes do uso inapropriado de agrotóxicos e do desmatamento para usar a lenha que seca a produção. A dificuldade em quantificar os casos de intoxicações ligados à fumicultura decorre de sistemas de notificação toxicológica incipientes e do pouco preparo dos profissionais de saúde para correlacionarem os sintomas e as causas. O mesmo se observa para a doença da folha do fumo, provocada pela absorção transdérmica de nicotina, que apresenta toda uma sintomatologia associada (prostração, fraqueza, vômitos, dores estomacais, musculares e de cabeça, tremores, taquicardia, insônia, depressão) pouco diagnosticada e relacionada com a exposição e manejo das folhas de fumo.

Observando-se o contexto mostrado pela fumicultura integrada as evidências que surgem do trabalho realizado pelos filhos dos agricultores podem, à primeira vista, ter um sentido de *educação* sob o ponto de vista dos pais, ou de *práticas sociais* no discurso da fumageira, ou ainda de *proibição* perante a lei. Entretanto, o trabalho infantil na produção de fumo só poderá ser compreendido se olhado como imanente ao sistema de integração com a agroindústria fumageira, na forma verticalizada como este sistema se encontra estruturado atualmente.

O conceito de *trabalho* – estando aí incluído também o trabalho infantil – é uma construção social que varia no tempo e em conformidade com as relações socioeconômicas nas quais se encontra inserida.

Contudo, o fato de a criança freqüentar a escola não significa que não esteja trabalhando no cultivo do fumo. Geralmente, os filhos dos agricultores trabalham na fumicultura e freqüentam também a escola. O trabalho mais intenso é durante a colheita, feita no verão, época em que as crianças costumam faltar bastante às aulas. Nos outros dias do ano, os jovens geralmente trabalham na produção de fumo no período inverso àquele em que vão à escola.

Quando a empresa diz que “a lavoura de fumo faz parte da história e da cultura das famílias da região” como foi constatado nos seus materiais divulgados no site da empresa e para o agricultor, ela está inserindo o sistema de integração na tradição da agricultura familiar no sul do Brasil, como se a introdução do sistema de agricultura integrada não houvesse provocado uma profunda ruptura com relação ao modo como o fumo era produzido anteriormente. Dentro da continuidade da dependência que os pequenos agricultores familiares de fumo sempre tiveram com relação à comercialização do produto (PAULILO, 1990), o sistema de integração com a agroindústria expressou uma ruptura no modo de produzir e organizar o trabalho na agricultura familiar.

Embora dependentes dos comerciantes locais, os antigos plantadores de fumo detinham saberes próprios quanto ao cultivo da planta, saberes que foram abandonados em troca da técnica fornecida pela fumageira, obrigatoriamente utilizada na produção integrada de forma a atender um padrão de qualidade que exige do agricultor mais esforço de mão-de-obra no ciclo de cultivo.

Alguns dos agricultores entrevistados eram invariavelmente filhos de agricultores já produtores de fumo, que, por sua vez, deram continuidade à tradição após se casar. Oito dos agricultores entrevistados herdaram dos pais a experiência da lavoura e nela ficaram. Contudo, não se pode dizer que a fumicultura integrada seja uma *tradição* na produção de fumo em agricultura familiar no sul do Brasil. O sistema de integração foi construído e introduzido pela Souza Cruz pouco tempo depois que o controle acionário da empresa foi adquirido pela B.A.T (*British American Tobacco*), em 1914 (BOEIRA, 2002). A fumicultura integrada foi planejada pela empresa com base nos conhecimentos adquiridos a respeito das condições climáticas e da tradição de produção familiar em pequenas propriedades na região sul do Brasil. “(...) Pode-se concluir que o estabelecimento do sistema dito integrado foi resultado de uma bem articulada estratégia de *marketing* baseada em conhecimentos tecnocientíficos e cultural” (BOEIRA, 2002). Hobsbawn acrescenta que “(...) Muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” (HOBSEBAWN, 1997).

A imagem das fumageiras, por exemplo, ajuda a formar um imaginário simbólico de *tradição* da integração entre família plantadora de fumo e fumageira, ocultando “a perda de autonomia no processo de trabalho dos trabalhadores familiares de fumo”.

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Além disso, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSEBAWM, 1997).

Para as famílias das localidades pesquisadas, o fumo é a principal fonte de renda. Ao mesmo tempo, eles têm consciência de que este será um processo lento de mudança (substituir o fumo por outras culturas). Mas, 07 agricultores entrevistados estão iniciando a produção de viticultura. Quase todas as famílias possuem dívidas com o PRONAF, as fumageiras, os bancos privados e alguns com o Banco da Terra.

É este mesmo poder que, ao construir determinadas realidades, ou representações destas realidades, mesmo perante a “segurança” do Sistema de Produção Integrada, submete o agricultor à desesperança, à imobilização. Não foi difícil perceber, na pesquisa, o sentimento do medo dos agricultores, da submissão, da insegurança e do risco que acompanham o trabalhador ligado ao plantio do fumo.

Segundo os entrevistados, a permanência no plantio do fumo permanece devido ao lucro bruto que o cultivo apresenta, mesmo diante dos problemas causados na saúde e no meio ambiente. Em seus discursos, encontram-se claras percepções sobre os problemas acarretados no plantio do fumo. É o caso do agricultor entrevistado nº 12: *“Nos dias que colhemos o fumo, não consigo dormir depois, sinto muita euforia do fumo... sei que é por causa dele... fico com uma sensação estranha”*.

O capital incorporou esse controle dos corpos para tentar fazer com que o ser humano exerça o trabalho cada vez mais de uma forma semelhante a uma máquina, para aumentar a sua produtividade, e conseqüentemente, a acumulação do capital. Quanto mais o trabalhador aumenta a sua produção e consegue na objetivação do seu

trabalho um objeto mais perfeito, maior é a sua alienação em relação ao mesmo. O declínio e o empobrecimento do trabalhador é resultado desse seu trabalho e dessa riqueza que ele produziu (MARX, 2004).

Na produção do fumo, a alienação do agricultor em relação ao trabalho não é total, porém ocorre um controle do trabalho do agricultor; esse controle dá-se principalmente em três fatores: no pacote tecnológico que contém os insumos, pois as formas de aplicação dos produtos químicos são pré-escritas; não há participação dos agricultores na escolha dos insumos e nem na forma como serão utilizados; os agricultores são assistidos ou pelo representante da empresa fumageira, que os orienta na utilização dos insumos, estipula a estimativa de produção, é responsável por fazer os pedidos de insumos, “fiscaliza” os agricultores para que eles classifiquem o fumo (conforme os padrões estabelecidos pela empresa) e para que não vendam a produção para outros compradores. Como a produção do fumo não é mecanizada, o trabalho é praticamente todo braçal, tornando-se exaustivo, principalmente na época do plantio e da colheita. Na primeira, os agricultores precisam fazer o plantio das mudas nos dias mais úmidos, ficando horas abaixados; na segunda, a colheita é realizada no período mais quente do ano (nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro), pois o fumo após o seu amadurecimento precisa ser colhido rapidamente (BRAGA, 2007).

De acordo com Quintaneiro (2002),

O fundamento da alienação, para Marx, encontra-se na atividade humana prática: o trabalho. Marx faz referência principalmente às manifestações da alienação na sociedade capitalista. Segundo ele, o fato econômico é “o estranhamento entre o trabalhador e sua produção” e seu resultado é o “trabalho alienado, cindido” que se torna independente do produtor e que, ademais, pertence a outro homem que o subjuga, o que caracteriza uma relação social [...] por outro lado, o trabalho produtivo acaba por tornar-se uma obrigação para o proletário, o qual, não sendo possuidor dos meios de produção, é compelido a vender sua atividade vital. (QUINTANEIRO, 2002, p.51-52).

Raffestin define esse conhecimento do trabalhador como: “tecnologia encarnada, o conhecimento de base, o saber-fazer assimilado pelos homens” (1993, p. 247). É o que foi constatado na fala de um agricultor: “*minha família já plantava fumo um tempo atrás, mas foi só um pedacinho de terra*” (Agricultor familiar- entrevista nº 8).

A indústria fumageira aproveita o conhecimento que os agricultores já possuem no trato com a terra. Na produção de fumo, juntamente com um pacote tecnológico desenvolvido utilizam-se algumas práticas arcaicas ou tradicionais como a tração animal, ferramentas como enxadas, matracas capinadeiras e também a força braçal.

Outro fator fundamental para a especialização produtiva regional foi o financiamento do desenvolvimento da agroindústria processadora no Brasil. Tal política teve lugar a partir de meados dos anos 60 e serviu de contraponto ao Sistema Nacional de Crédito Rural no que se refere ao setor à jusante da agricultura. Seus resultados foram bastante positivos, permitindo o crescimento da oferta de alimentos processados no mercado interno e garantindo competitividade aos produtos manufaturados e semimanufaturados de origem agropecuária do Brasil no exterior. O fumo foi um destes produtos, o que fez com que a produção regional deste produto aumentasse em detrimento das demais culturas.

A partir da década de 1960, quando a agricultura brasileira se encaminha para a tecnificação, especialização e a regionalização, a área de estudo “especializa-se” na batata. Esta, resulta em uma “especialização rentável”, ao alcance dos agricultores de base familiar locais, ocasionando em períodos cíclicos uma remuneração que permitiu a reprodução das unidades de produção, seja de base familiar ou em regime de parceria.

Enquanto outras regiões agrícolas partiam para uma agricultura tecnificada e especializada, inserindo-se na revolução agrícola contemporânea, a área de estudo “especializava-se”, entretanto utilizando o emprego da energia animal e da adubação orgânica, mas também adubação química, fertilizante, usando máquinas agrícolas onde o relevo permitia, mantendo-se autônoma em relação à formação do complexo agroindustrial, não estabelecendo com este relação de interdependência. A remuneração obtida com a batata continuou a ser estabelecida a partir da oferta do produto no mercado atacadista e a sua necessidade.

A batata foi um dos produtos responsáveis pela manutenção do pequeno agricultor em São Lourenço do Sul. A batata foi o produto que viabilizou, com remuneração, que agricultores não fossem eliminados, mas que se “especializassem”.

Esta “especialização”, portanto, se deve aos fatores naturais como solo, clima, além dos fatores históricos culturais.

A batata foi o produto mais importante do município e era exportada para quase todo o Brasil e para o exterior, chegando a ser o maior produtor da América Latina. Hoje não ocupa nem o primeiro lugar no Estado. O não desenvolvimento de uma variedade que se adaptasse ao município, ao clima, ao solo e a outro fator determinante foi à tradição dos produtores de continuarem com a mesma variedade que seus antepassados plantavam, que é uma variedade hoje, não aceita pelo mercado (não serve para as grandes cadeias de alimentação).

Mais difícil ainda que seguir as formas modernas de produção de fumo é conseguir um equilíbrio entre insumos solicitados à indústria para que a produção se inicie e o trabalho dispensado a partir do que se imagina que se possa realizar na propriedade e os rendimentos estimados – conforme está previsto no Art.1 do “Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha” (ANEXO C). A equação entre esses três fatores diz respeito a um cálculo que pode se tornar imprevisível, no qual qualquer quebra de um dos elos da equação pode levar o agricultor a ter dificuldades financeiras. No equilíbrio entre produção e consumo, tão bem representado pelo modelo de Chayanov ao se referir à agricultura familiar, o agricultor tem em suas formas endógenas de produção a medida entre o que consome e a necessidade de maior ou menor trabalho desenvolvido para sustentar a unidade familiar; este modelo agora é rompido deslocando-se para um modelo exógeno de produção induzido pelas empresas fumageiras, no qual os custos de produção e trabalho são, agora, os dois lados da balança. O aumento ou a diminuição de um desses fatores pode alterar a estabilidade da unidade de trabalho familiar.

Qualquer erro no cálculo entre pedidos de insumos e/ou aumento de seu custo e o trabalho desenvolvido pode levar o agricultor ao acúmulo de dívidas para com as empresas.

De qualquer forma, o agricultor é um sujeito que sofre e que deve mostrar seu vigor pela sua obstinação no que produz, condição esta da própria identidade de ser agricultor: *“(...) a gente começa às 6 da manhã e tu pára um pouquinho no meio-dia e*

vai até 10 e meia, 11 horas da noite. Quantas horas se trabalha por dia... principalmente na época de colheita. É bem puxado. Quando é plantio ou limpar, não. Daí tu chega em casa às 7 e meia, 8 horas, daí tu trata os bichos e pode tomar o teu chimarrão. Só que quando o fumo tá no galpão, tu tem que vir amarrar o fumo. É complicado, aí vai até umas 11 horas da noite". (Entrevista nº 8, Agricultor Familiar)

Vive-se num processo permanente de luta, conquistas e perdas, antes mais vinculado às intempéries e dificuldades naturais e ao difícil acesso ao mundo moderno; atualmente, as próprias facilidades do mundo moderno e das relações industriais inseridas no ambiente rural trazem novos referenciais a um imaginário de sofrimento ainda fixado na consciência e nos aportes culturais e identitários do agricultor. O tensionamento entre se adequar às empresas, migrar para a cidade e realizar o seu trabalho de forma autônoma, de qualquer forma, está presente em todos os momentos e faz parte do jogo de palavras e possibilidades anunciadas. Alguns dos entrevistados tiveram alguma experiência de trabalho e moradia na cidade, esboçando uma tentativa de se adaptar a outros meios, mas voltaram para o campo por não terem obtido sucesso nessa investida, deixando claro que não conseguiram se adaptar ao meio urbano, pois ser agricultor e dispor de sua liberdade e autonomia, embora muito questionáveis no atual contexto, é algo que singulariza as suas vidas em relação ao ambiente urbano.

Na cidade, esses mesmos agricultores se disseram vigiados permanentemente, sendo mandados por suas chefias a realizar determinadas tarefas, com horários rígidos e necessidade de "bater" o cartão na entrada e na saída de seus expedientes de trabalho, típica relação de trabalho urbano-industrial. Demonstram-se, pois, por parte daqueles que retornaram ao rural um sentido de pertencimento ao ambiente originário e a referência de estarem trabalhando para si, tendo seu espaço de autonomia, embora haja a pressão permanente e o risco assumido de realizar uma produção de alto custo, além da necessidade de honrar os compromissos e encargos de dívidas contraídas.

Aliás, foram alguns desses aspectos que os levaram exatamente, num primeiro momento, a buscar outro meio de vida na cidade.

“Se eu morar na cidade e trabalhar, não quero, porque eu gosto desse lugar.

Adoro, adoro trabalhar na terra. Dá pra dizer, eu prefiro mais ir pro campo, trabalhar com enxada, trabalhar com a terra, do que ficar em casa cuidando de filho e fazendo comida. Por isso que a mãe cuidou ele quando nasceu (aponta para o filho), por isso que a minha mãe sempre cuidou ele. Ela já é doente, né. Eu sempre digo, se é para morar na cidade, eu não quero. Eu trabalhei quando solteira na casa de um médico. Só que lá também, eles eram super bons, eram ótimos... lá daí, quando eu casei, saí. Vou ainda visitar, mas trabalhar de novo eu não quero. Gostei da família, só que passar o dia inteiro trancada em casa... todo o dia a mesma coisa... lavar, passar, cozinhar. É uma rotina. No interior não. Eu saí até porque casei, senão até tinha ficado, mas isso foi antes das verduras que a gente começou. Aqui era fumo, fumo e fumo”. (Entrevista nº 2- Agricultor Familiar)

De maneira muito sintomática, a tensão que diz respeito ao modo tradicional de trabalho, à cultura local e às novas formas de produção inseridas pelo sistema industrial no campo caracteriza-se como um subproduto das condições e relações contraditórias, envolvendo os interesses e as possibilidades pensadas e buscadas pelos indivíduos. A referência do agricultor está no trabalho ligado a terra, em sua autonomia, mas que, de certa forma, é questionada muito em razão das carências e das novas questões inseridas na vida do campo, as quais já faziam parte da vida urbana, como a necessidade de qualificação educacional, de aprimoramento funcional, de organização sistemática do trabalho, dívidas, relações comerciais adversas, entre outras questões: *“A gente tem uma convicção, que tá no sangue a lavoura. A gente se criou, tá no hábito. A gente tem aquela fé, aquela luta. Pensa... a geração mais nova não quer levar por este tipo de atividade, mas até eu chego a me sentir assim... (pausa) meio..., como eu vou dizer... (pausa) tem dia que a gente se sente meio explorado. Perde um pouco o ânimo de trabalhar, pensa que vai ganhar um certo valor, mas não ganha. Eu penso assim... na hora que tu vai comprar as máquinas, adubos, este preço vem de lá, da empresa pra nós. Depois na hora de vender é a mesma coisa. As empresas que põem o preço que vão pagar. Daí eu acho... que é ruim assim. Eles pagam o que eles querem”. (Entrevista nº 3- Agricultor Familiar)*

“Mudou muito, a maneira, o manejo do fumo hoje, comparado com 40 anos atrás, mudou bastante. Nós produzimos mais, com mais facilidade, mas, com certeza, isso que produzimos a mais não é nosso. Não é nosso, nós não ganhamos isso. Fica com as empresas. A sobrevivência... há 30 anos atrás, se fizesse uma colheita como normalmente se faz hoje, estaríamos muito bem. Hoje não acontece isso, hoje é necessário fazer este nível de colheita pra sobreviver. Tem um fácil manejo, as estufa melhor instalada, as variedades de fumo, técnicas na lavoura, tudo isso mudou, mudou bastante. Mas isso não representa em mais lucro”. (Entrevista nº 2- Agricultor Familiar)

“Outra preocupação é fazer parreira. Por exemplo, vizinho que você não consegue convencer, mesmo se mantenham desta forma de produzir, que acha que o fumo é opção, escravos do fumo... então a gente faz parreira, até o próprio mato plantando na beira pra que seja assim, uma propriedade protegida. Claro, totalmente não é possível, mas vamo fazer tudo que puder. Existe variedades, por exemplo, a batatinha, o tomate, que dizem que é da mesma família do fumo. Então são produtos, por exemplo, quando domina, o fumo domina uma região, o ar tá poluído. A batatinha, o tomate a gente planta em pequenas quantidades. Então, com certeza, o ar tá poluído né. O fumo faz que a batatinha não dê. Então são coisas que a gente já né, ta percebendo”. (Entrevista nº3- Agricultor Familiar)

Para a maioria dos entrevistados, diversificar a produção numa região é entendido como cada propriedade “plantar de tudo”. Para alguns, esta proposta seria inviável financeiramente, pois não se conseguiria mercado, devendo o agricultor se especializar realmente em apenas um ou num reduzido número de produtos.

Esta visão salienta ainda que a diversificação interna na própria propriedade serve apenas para o abastecimento do núcleo familiar, para “mantimento”, sendo impossível, então, realizar a comercialização e obter rendimento num processo produtivo mais intenso, quantitativa e qualitativamente equilibrado. Tal idéia resiste com a noção de um sistema produtivo no qual possa existir a diversificação entre o conjunto dos agricultores, segundo uma organização entre unidades produtivas que se complementem em seu conjunto, ou seja, na qual as unidades produtivas poderiam

elencar seus produtos prioritários e, respaldados num sistema de troca, fornecer e consumir por intermédio do mercado os diversos produtos disponíveis.

“Eu tô no setor fumo e, enquanto der, eu vou continuar. E procurar ver se aparece alternativas melhores para mais adiante. Por enquanto tá difícil. Nós aqui, nesta região, nas propriedades que têm pouca terra, a gente tem que continuar neste setor. Procurar cortar custos onde é que dá, na produção, mão de obra e ir levando, até que melhore de novo”. (Entrevista nº 2- Agricultor Familiar)

Aborda-se aqui a dubiedade de ambos os termos, integrado e isolado, relacionando-os, pois podemos dizer que em determinado contexto se pode estar isolado ao mesmo tempo em que se está integrado a um sistema restritivo das capacidades de autonomia e emancipação de uma parcela da sociedade. Ainda podemos dizer que a integração pode se dar em diferentes moldes, segundo diferentes perspectivas e condições, conjugados, inclusive, a outros fatores e sujeitos que possam estar em correspondência a determinado contexto. Aqui devemos pensar nas relações de poder e no modo como este pode estar distribuído em determinada sociedade e como se estabelecem os mecanismos de dominação (FOUCAULT, 1989). Dessa forma, as condições de integração ou isolamento são pautas e configurações dos processos sociais que, impressos com base nas condições sociais concretas e das relações de poder, estabelecem e dispõem o que é estar integrado ou isolado mediante determinadas circunstâncias e particularidades.

Os desenvolvimentos de infra-estrutura que dê suporte a uma agricultura capitalista estão ligados a fatores externos e internos à área em questão. Depende de produtores locais que estejam capitalizados e desenvolvidos tecnicamente a ponto de ingressar em um ciclo D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro) na agricultura e ao nível da divisão nacional do trabalho, exige que a região agrícola tenha potencial para ser explorada economicamente com produtos que se relacione com a indústria a montante e/ou a jusante. Em uma escala internacional, requer o abastecimento do mercado interno, que economiza divisa, ou as exportações, que propicia divisa.

É neste contexto que o agricultor familiar, que plantava batata anteriormente e hoje está descapitalizado pelo declínio da mesma, começa a produzir o fumo, que tem

como potencializador para a produção, a pequena propriedade familiar e não é uma cultura totalmente desconhecida por eles. O fumo já era produzido por poucos, ou até mesmo para o consumo próprio. Por outro lado, percebe-se que alguns municípios mais tradicionais neste tipo de cultura, a produção alcançou um ponto de saturação. Então a indústria fumageira procura áreas maiores, e em outros menores, as lavouras tendem a crescer na medida em que novas áreas sejam incorporadas pela expansão da lavoura capitalista.

Outro potencializador desse produto é a própria indústria fumageira, que facilita ao máximo a entrada do agricultor para a produção do fumo, financiando as novas estruturas necessárias à produção, técnicos para acompanhá-la, além de fazer o pagamento ao agricultor na sua própria residência.

O preço do fumo foi fator de suma relevância para a especialização produtiva regional, pois foi o produto que melhor se adaptou às oscilações do mercado, e já em 1901 superava o valor dos demais produtos em até 6,5 vezes, como é o caso da batata. Qualquer elevação no preço do produto de exportação incitava à especialização produtiva, segundo Castro (1972).

A garantia da comercialização do fumo ao final de cada safra também foi decisivo por se tratar de um bem agrícola e, portanto perecível. Isto não acontece, por exemplo, com os demais produtos agrícolas regionais como o feijão, o milho, o tomate, a cebola, o alho, etc. que têm um mercado incerto.

A assistência técnica oferecida aos agricultores pelas empresas fumageiras também influenciou na especialização regional na produção de fumo, bem como o pagamento do frete da casa do agricultor até a indústria, efetuado pela fumageira.

Outro fator decisivo foi a concorrência enfrentada pelos produtos tipicamente gaúchos como milho, arroz, cebola, batata, feijão e mandioca, com a produção de outros Estados brasileiros a partir dos anos 50.

A melhoria do sistema de transportes facilitou tanto a especialização produtiva regional quanto a própria importação de manufaturas.

A implantação do seguro mútuo da AFUBRA, que assegura a produção contra granizo, vendaval e queima de estufa, reduzindo os riscos do pequeno produtor.

Finalmente, a vinda das multinacionais para a região que fomentaram inovações no sistema de produção, fazendo com que a qualidade e produtividade do fumo regional permitissem maior competitividade do produto no mercado internacional de fumo (Tab. 4).

Tabela 4 - Perfil dos agricultores familiares produtores de fumo no município de São Lourenço do Sul - RS nas safras de 2006/2007 e 2007/2008

SÃO LOURENÇO DO SUL – RS				
Perfil dos Fumicultores				
Nº	ESPECIFICAÇÃO	UN	2006/07	2007/08
1	Nº de Propriedades	un	2.950	2.930
2	Famílias produtoras	un	3.310	3.320
3	Pessoas ocupadas	un	13.902	13.944
4	Área das propriedades	ha	58.390	59.180
5	Cobertura florestal	ha	13.140	14.080
6	Área com outras culturas / atividades	ha	38.140	38.250
7	Área com fumo	ha	7.110	6.850
8	Toneladas produzidas	ton	12.640	13.940
9	Preço médio do fumo	R\$/kg	3,70	5,50
10	Valor bruto da safra de fumo	R\$	46.768.000	76.670.000
11	Valor da produção vegetal / animal	R\$	27.157.700	39.250.280
12	Valor bruto total	R\$	73.925.700	115.920.280
13	Valor bruto total por família	R\$	22.334,00	34.916,00
14	Valor/ha da produção vegetal / animal	R\$	712,00	1.026,00
15	Valor por hectare de fumo	R\$	6.578,00	11.193,00
16	Produtividade / fumo	kg/ha	1.778	2.035
17	Tamanho das propriedades	ha	19,8	20,2
18	Renda per capita	R\$	5.584,00	8.729,00

Fonte: AFUBRA (2008)

A presença de alimentos que não são produzidos pelas famílias também ocorre, conforme evidenciado anteriormente. É interessante observar a visão dos próprios agricultores e agricultoras sobre a compra de alimentos e os critérios adotados para tal: *“Eu compro só o que é mais necessário... Esse negócio de enlatado, ervilha, essas coisas, pra mim não... Suco em pacote, refrigerante, é difícil... Às vezes alguém que vem visitar traz... A gente faz ... suco... abóbora, limão...”*. *“Fazer o quê! Se a gente não tem crioulo, a gente tem que comprar!.... A maioria mesmo é o arroz, o trigo, açúcar, o café,*

também que não dá... A gente não tem muita gente para poder mexer com muita coisa por causa do fumo e então temos comprado mais ..” (entrevista nº 08- agricultor familiar)

A questão da economia garantida pelo autoconsumo sempre foi uma das principais justificativas para a importância dada à produção doméstica pelos próprios agricultores, em virtude do peso que a compra de alimentos tem no orçamento familiar.

Um pacote tecnológico é um raciocínio pronto, estruturado numa relação causal linear que fornece a abordagem de situações com respectivas soluções generalizáveis para agroecossistemas particulares, completamente alheio às suas particularidades. O agricultor não cumpre nenhuma função reflexiva, mas mecânica, processual, contribuindo (geralmente de forma irrefletida) com a construção de um grande sistema mecânico de produção em que a terra é vista como substrato que suporta plantas e a diversidade que tenta surgir na degradação homogeneizante dos agroecossistemas como “ervas daninhas” ou “pragas” elimináveis com o uso de expedientes químicos.

A dificuldade de se romper com padrões de monoculturas determinadas pela dinâmica do mercado, por exemplo, é um típico indício do comportamentalismo utilitarista orientado pela conveniência, no âmbito da atividade agrícola convencional. É grave constatar que a degradação ambiental é grandemente patrocinada por essa mentalidade instrumental carente de princípios éticos e substantivos, agravada pelo notável obscurecimento da “capacidade de sadio julgamento”, obnubilado pela hipertrofia de critérios funcionais de comportamento voltados à aprovação e inserção mercadológicas.

Entretanto a uma questão que se refere ao entendimento de que há uma lógica ancestral que rege a organização dos sistemas tradicionais de produção para o consumo doméstico. Os referenciais teóricos apontam para isto demonstrando a presença da lógica camponesa na definição das culturas a serem trabalhadas para alimentar a família e possibilitar um excedente para a venda, as áreas destinadas aos cultivos, a melhor dinâmica de rotação entre elas, a alternância mais adequada dos ciclos de produção, enfim um conjunto de questões que se definem pelo conhecimento e experiência individual e coletiva que advém da relação histórica dos agricultores com

a natureza do lugar. E ainda, que essa racionalidade que move as ações dos homens na organização desse sistema tendo como base a sua integração com a natureza, segue por sua vez uma lógica nutricional. A definição dos processos e dos alimentos a serem obtidos deve atender em termos de quantidade e qualidade as necessidades nutricionais das famílias

Considerando os referenciais teóricos de Khatounian (2001) foi possível identificar a lógica ancestral que rege a organização dos sistemas tradicionais de produção para o consumo doméstico presente nas propriedades das famílias dos agricultores. A presença da lógica camponesa na definição das culturas a serem trabalhadas para alimentar a família também se verifica apontando um conjunto de questões que se definem pelo conhecimento e experiência individual e coletiva que advém da relação histórica dos agricultores com a natureza do lugar. Também pode ser verificado, conforme aponta Khatounian que essa racionalidade que move as ações dos homens na organização desse sistema tendo como base a sua integração com a natureza, segue por sua vez uma lógica nutricional. A definição dos processos e dos alimentos a serem obtidos deve atender em termos de quantidade e qualidade as necessidades nutricionais das famílias camponesas, lhes garantido o necessário para sua reprodução biológica. O que foi constatado pelo trabalho de campo é que a presença dessa lógica confirmou-se em relação às famílias dos agricultores.

“Plantamos batata só para o gasto, porque geralmente ela é feia, fica difícil a venda, ela é muito pequena” (Agricultor Familiar- entrevista nº 03). Nota-se na fala desse agricultor a resistência ao plantio da batata, pois embora não tenha mercado, verifica-se o costume em dar continuidade ao seu cultivo.

“A batata boa foi trazida por um agricultor de Santa Catarina e aos poucos as pessoas daqui passaram a não mais produzir batata para a venda”. (Entrevista nº 5- Agricultor Familiar).

No aspecto social, foi evidenciado que os agricultores em estudo apresentam baixa capacidade de gestão o que reflete diretamente na renda per capita das famílias. Cabe ainda ressaltar o alto grau de dependência dos agricultores com a integradora.

Percebe-se que os agricultores não aderem à função de gestores de seus recursos financeiros e ambientais, não fazendo uso da mão-de-obra e tempo, acarretando “atraso” no tocante desenvolvimento. Isso ocorre em função dos agricultores estarem acostumados com o sistema de integração onde não há a necessidade de pensar, calcular e gerir seus recursos, pois as empresas, no caso as fumageiras, executam essa tarefa. Dessa maneira, os agricultores não se sentem capacitados para mudar a matriz produtiva, nem mesmo de tomar algumas decisões para o melhoramento da produção e da qualidade de suas vidas.

Para conhecer aspectos psicossociais da vida de sujeitos concretos, a linguagem aparece como mediadora privilegiada, pois por meio dela pode-se estudar como os sujeitos da pesquisa vivem no cotidiano suas necessidades, emoções (alegrias e tristezas), desejos e motivos, sua capacidade de criação e sentido de liberdade, mediados pelas condições de vida e de trabalho. Ela é a expressão prática do pensamento, portanto da particularidade dos sujeitos (dos sentidos), ao mesmo tempo em que contém os signos sociais, sendo expressão do conhecimento histórico acumulado na sociedade.

A palavra desempenha o papel central na consciência. [...] Ela é a expressão mais direta da natureza histórica da consciência humana. [...] A palavra consciente é um microcosmo da consciência humana (VIGOTSKI, 1934/2001, p.486).

Portanto, a palavra é a unidade privilegiada na análise do sentido, é a parte que revela a totalidade da subjetividade, sendo a partícula que melhor contém as propriedades do todo.

O significado de cada palavra é uma “generalização ou um conceito”, que são atos do pensamento, portanto o significado é um fenômeno do pensamento, mas apenas “na medida em que o pensamento está relacionado à palavra e nela materializado, e vice-versa: é um fenômeno de discurso apenas na medida em que o discurso está vinculado ao pensamento e focalizado por sua luz” (VIGOTSKI, 1934/2001, p. 398).

Os significados são constituídos socialmente, revelando um conjunto de valores morais, idéias consensuais, desenvolvidos historicamente; são formações dinâmicas.

Se os significados das palavras se alteram, então a relação entre o pensamento e a palavra também se modifica, caracterizando-se, portanto, como um processo. O pensamento não só é expresso por palavras, mas passa a existir por meio delas; contudo não apenas pelas palavras em si, pois as expressões faciais, gestos, entonação complementam a significação das palavras.

Segundo Vigotski a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras é o enriquecimento que recebem do sentido, a partir do contexto. Citando Paulhan, Vigotski diz que “o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência” (1934/2001, p. 465). O sentido é um fenômeno complexo e dinâmico, tem caráter variável, pois depende do contexto, enquanto o significado é mais estável e uniforme.

De acordo com Patton (2002), as entrevistas com informantes qualificados permitem avançar na compreensão de temas ausentes ou não revelados com a aplicação de outras técnicas, em especial o sentimento coletivo, percepções e estratégias comuns ao grupo de agentes envolvidos. Informantes qualificados são entendidos como aqueles que têm uma qualificação específica, seja pela vivência, seja pelo conhecimento sobre a temática (PATTON, 2002). Neste sentido, as lideranças setoriais usualmente assumem as características exigidas para bons informantes qualificados, pois são capazes de esclarecerem também as questões institucionais que envolvem os grupos que representam.

3.4 A terra enquanto reprodução de um modo de vida

Além do processo generalizado de empobrecimento dos solos, por erosão, desmatamentos, e dos problemas financeiros dos agricultores, advindos da exclusão de políticas agrícolas e agrárias, a agricultura familiar se caracteriza por uma lógica específica, que confere aos agricultores um modo particular de pensar a sua existência e construir as suas representações sobre o mundo que o cerca e sobre as dificuldades encontradas em seu contexto.

Essa lógica se faz presente na relação que o agricultor estabelece com a terra, onde esta assume os mais diversos significados, contudo, é concebida, por todos, como fonte geradora da vida, como pode-se verificar através dos depoimentos dos agricultores a respeito do significado da terra. *“Tudo está em torno da terra, a galinha, o porco, a planta, o leite.[...] a gente tem tudo aqui”* (entrevista nº 2 – agricultor familiar).

“É muito importante, porque a gente planta e colhe para a vida. Sem a terra não poderemos viver. É pras crianças brincar. Sem pisar nela, as crianças não tem saúde. E a gente precisa trabalhar na terra para ter saúde” (entrevista nº 8 - agricultora familiar).

As características dos agricultores familiares da região estão baseadas, também, em uma identidade sócio-cultural e econômica específica. “Identidade ao mesmo tempo resultado de um modo de vida particular, que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto, com a reprodução da vida (GEHLEN,1998, p.2). Essas características identificam-se através das práticas religiosas, na organização do trabalho e no sistema de produção, que se orienta, sobretudo, pela lógica de do sustento familiar.

Os depoimentos dos agricultores da comunidade mostram que 58,57% acreditam que, frente à atual condição da agricultura no país, é mais importante produzir para a família do que para o mercado, embora, em outros momentos históricos, já tenham produzido.

“Plantamos para a família, porque sabe que o que está comendo é natural e sem veneno” (entrevista nº 9 - agricultor familiar).

“Produzo só verduras para a família, faz dois anos que não vendo porque não tem preço” (entrevista nº 7 - agricultor familiar).

“É mais importante produzir verdura para a família, pro consumo, porque não compensa vender” (entrevista nº 9 - agricultor familiar).

Outros (32,14%) alegam que se pudessem conciliar o atendimento das necessidades de consumo da família com a produção de alguns itens para a comercialização seria ideal, pois, com a renda das vendas, poderiam adquirir outros produtos que não possuem na unidade agrícola.

“ ‘Manter a renda familiar’ consegue-se praticamente com o fumo. Pra tu manter as condições dentro de casa, né, manter a propriedade em dia, pagamento de luz, água. Se, tu não tiver uma renda, pode esquecer, né, tu não ..., não tem como dizer assim: ah! To tranquilo, né. Posso comprar uma roupa pra minha filha amanhã, posso comprar um sapato amanhã, não sei. Tem que ter renda, né; tem que ter dinheiro, fazer giro, né. E aí, tu tem que procurar um produto, alguma coisa que te dê renda, o que tiver, te dá mais renda naquela propriedade que tu tem, né”.

“O que mais tem me dado renda é o fumo. Não tem muito que plantar. Se eu comparar renda de fumo, renda de verdura, talvez verdura, se tivesse um mercado muito bom. Venda muito boa, né. Então, não é feirinha, feirinha pequena, aqui e ali, isso é muito pouco” (entrevista nº 02- agricultor familiar).

Para este agricultor, apesar das garantias fornecidas pela fumicultura, o trabalho com essa atividade é uma opção “meio forçada”, ante as incertezas de uma nova alternativa.

“Se, hoje, eu tivesse uma renda muito boa com a verdura e fruta, com certeza, eu não pensaria duas vezes. Tenho um gasto muito grande, né, sempre tive de fazer isso aí, né, até um prazer de fazer, né; mas não adianta tu ter só o prazer e não ter o retorno financeiro que é necessário, não adianta querer fugir disso aí” (entrevista nº 02- agricultor familiar).

Diferentemente do trabalho com as hortaliças, a produção de fumo somente gera quantias financeiras, quando o agricultor comercializa a sua matéria-prima com a empresa processadora, numa determinada época curta do ano. Mesmo assim, essa atividade, depois de findar o processo produtivo, tem o mercado garantido.

“[...] a gente planta, colhe, depois a gente vende, né e sabe que vai vender, né. A gente já se programa, né. Tal e tal tempo eu vou ter dinheiro. Em termos de dinheiro, né, porque plantando fumo a gente tem o dinheiro garantido, né, só uma vez por ano, né. Mas sabe que lá, quando a gente colheu e vende, né, que a gente recebe o dinheiro. No tempo de, na época de feira a gente recebe toda vez, né, toda semana, quando a gente vende, né. Só que é muito pouco, né. Os gastos são altos, a gente tem muita coisa pra manter, né. Tem luz elétrica pra pagar e tem isso e aquilo pra pagar;

tem uma coisa, estraga uma coisa aqui, outra lá, né, aí no fim não...; é muito pouco dinheiro que entra” (entrevista nº 05- agricultor familiar).

“Para algumas atividades, como as verdura, não há segurança. As verduras cultivadas “não têm seguro, não têm nada nem uma garantia de preço” (entrevista nº 02- agricultor familiar). Imagine-se quão difícil pode ser para os inúmeros agricultores da região, tentar trabalhar com novas ocupações ou aprimorando outras, na esperança de gerar rendas.

3.5 Sistemas que garantem a segurança alimentar

Os provimentos gerados pelos entrevistados e pelos seus familiares não são diversos. Os cultivos anuais e temporários mais citados são: feijão preto, hortaliças (predominância de batatinha), mandioca, milho (ração animal) e fruticultura (predominância de frutas cítricas). A produção animal básica existente nas unidades é: aves, suínos, peixes, animais para o trabalho, vacas em lactação, terneiros e novilhas. Outros produtos de origem animal e vegetal ou de transformação caseira são mencionados: ovos, leite, queijo, nata, manteiga, mel, banha, lingüiça, bacon, conservas, sucos, “schmiers” e panificação.

A produção dos agricultores é variada, mas o fumo que é cultivado por todos os pesquisados, funciona como uma atividade essencialmente comercial. Além da importância, já referida, da segurança alimentar das pessoas, a vantagem em integrar a exploração animal com a exploração vegetal nas propriedades é a possibilidade de reduzir os gastos com insumos de fora. Na operacionalização da transição agroambiental, os resíduos vegetais e animais são racionalmente utilizados como fertilizantes de base orgânica. A vontade de não se lidar mais com o fumo parece constituir-se num anseio de vários agricultores. A dificuldade, no entanto, como se disse, é encontrar opções comerciais, tanto quanto as que a fumicultura apresenta e para um grande contingente de agricultores. É preciso, então, pensar numa estratégia

política maior para o desenvolvimento das comunidades rurais. O papel institucional, nesse âmbito, é crucial. A não efetivação de políticas públicas seja com o desenvolvimento tecnológico, seja com o suporte financeiro à produção na origem, atrasam os projetos alternativos baseados na conservação da vida ecossistêmica.

“Se pudesse, tinha que ter para a família e para vender, porque a gente que sempre trabalha aqui tem que ter pro gasto e pra vender e comprar coisas que não tem. Esse sempre foi o manejo daqui” (entrevista nº 11 - agricultor familiar).

“Se pudesse produzia também para o mercado, porque daí tinha mais renda para comprar o que precisava, mas o fumo nos tira muito tempo”. (entrevista nº 3 - agricultor familiar).

“O fumo não é algo que quero para meus filhos, estou começando a plantar uva..quero um dia sair do fumo” (Agricultor Familiar- Entrevista nº03)

Segundo aponta Chayanov (1974), há uma diferença entre a racionalidade capitalista urbano-industrial e a racionalidade desses agricultores: a primeira “não limita a expansão da racionalidade visando, prioritariamente, o lucro - que se transforma em um objetivo em si mesmo - enquanto a segunda atua segundo uma lógica onde a racionalidade econômica - o lucro - está subordinado aos interesses de realização do agricultor nas suas várias dimensões, incluindo a reprodução de um patrimônio sociocultural familiar (BRANDENBURG, 1997, p. 52).

Para que isso se torne possível dentro de um contexto maior, que em certos aspectos já é determinado, para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá definir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local. (WANDERLEY, 1996, p.7)

Portanto, deve-se levar em conta a complexidade das condições físico-ambientais, políticas, econômicas e culturais que influenciam na reprodução dos

pequenos agricultores familiares, contemplando as diversas dimensões (biológica, material, sócio-cultural) em que se apóia a reprodução geral dos agricultores da região.

Na pesquisa de campo com os agricultores familiares da referida região, buscou-se resgatar um pouco dessa herança sócio-cultural que informa muitas das ações dos agricultores, formando um certo “habitus”, compreendido como “sistemas de disposições duráveis, estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações” (BOURDIEU, 1972, p.61) ou seja, trata-se de um aprendizado passado, interiorizado pelo sujeito através de valores e normas de conduta, que orientam a ação dentro dos limites apresentados no seu contexto histórico.

Nessa acepção, procurou-se identificar a origem dos cônjuges das famílias entrevistadas, onde constatou-se que 82% dos agricultores são descendentes dos primeiros colonizadores da região. Alguns desses desenvolveram uma agricultura nômade, em busca de terras mais produtivas, migrando de comunidade em comunidade, dentro do próprio distrito. Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um ‘território’ familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores.

Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe, muito freqüentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais (WANDERLEY, 1996, p.21).

Como a mobilidade espacial é uma das principais estratégias de reprodução do agricultor, este migra para novas regiões, onde possa ter acesso a terra e a uma melhor qualidade de vida.

Cerca de 18% das migrações, foram de pessoas que buscaram na zona rural, uma melhoria da qualidade de vida e uma alternativa à exclusão dos centros urbanos nas últimas décadas. Exclusão que comprova um esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico que o país adotou, em resolver as contradições estruturais e sociais que gerou na sociedade, como o desemprego, as precárias condições de moradia e saúde, dentre outros problemas visíveis no cenário nacional.

Em relação à divisão das terras entre pais e filhos, encontrou-se duas situações diferentes: uma em que os filhos, ao se casarem e constituírem uma nova família, continuam trabalhando no terreno dos pais, em conjunto com estes; e, em outra situação, onde mesmo ocupando o mesmo terreno dos pais, inclusive tendo a localização das casas próximas às dos pais, fazem uso de áreas diferentes para a lavoura, no entanto permanecendo em conjunto a criação de animais.

Essa conduta pode ser entendida como uma estratégia para evitar o parcelamento das terras e, conseqüentemente, a inviabilidade de se manter um equilíbrio das práticas agrícolas tradicionalmente utilizadas, onde se exige áreas de pousio para a recuperação do solo, utilizado, pela maioria dos agricultores.

Constata-se no decorrer da história da agricultura no Brasil, que a grande propriedade se impôs como modelo dominante e socialmente reconhecido. Foi a ela destinada a maior parte das políticas públicas agrícolas e agrárias, o que possibilitou seu desenvolvimento e modernização, em prejuízo da pequena propriedade, que restringiu-se, em várias ocasiões, à produção do sustento da família.

Quanto a isso, parece evidente que a referência a uma agricultura de subsistência, autoconsumo ou para sustento, tão comumente utilizada, pode ocultar os propósitos mais profundos dos agricultores. Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, a simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando o mercado está fechado para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento, nessa dupla face da atividade produtiva, gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento - vitorioso ou não - da precariedade e da instabilidade acima analisadas. É esse saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e o autoconsumo, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interno da família (GARCIA JR. apud WANDERLEY, 1996, p.20).

Segundo Lamarche (1993), dependendo dos objetivos que os agricultores escolhem para suas famílias e conforme os contextos sócio-econômicos em que vivem, pode-se distinguir a agricultura camponesa da agricultura para o autoconsumo. Contudo, "Se a função de sustento ou autoconsumo está bem recente no modelo

camponês, ele não se reduz jamais a isto; há, nesse modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar.” (LAMARCHE apud WANDERLEY, 1996, p.9). Na região estudada, esse desejo se faz presente na fala dos agricultores. Quando questionados se comprariam mais terra na região, 71% disseram que sim, pois, mesmo frente a todas as dificuldades já abordadas, ainda possuem perspectiva de encontrar novas alternativas para enfrentá-las e melhorar a produção, que, atualmente, é quase só de fumicultura.

“Se pudesse comprava mais terra e se equipava melhor para trabalhar com a agricultura”. (entrevista nº 07 - agricultor familiar).

“Comprava mais, porque, para criar gado, exige bastante terra” (entrevista nº 8 - agricultor familiar). *“Nós temos que nos organizar para dar saída ao nosso produto e isso não será difícil desde que a gente tenha um apoio”* (entrevista nº 06 - agricultor familiar).

Nesse sentido, pode-se considerar que a agricultura familiar é uma agricultura de autoconsumo num sentido mais amplo, pois “ela se expressa pela capacidade de prover o sustento do grupo familiar, em dois níveis complementares: o sustento imediato, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes” (WANDERLEY, 1996, p.4).

Para chegar a tais finalidades é que muitos agricultores, utilizam-se das mais diversas estratégias para se reproduzirem socialmente e assegurar a sobrevivência momentânea da família, mas também, o patrimônio para as futuras gerações, pois “o projeto para o futuro, pelo qual as gerações atuais se comprometem com as gerações que as sucedem, pôde ser assegurado, graças às possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pelo sistema de posse precária da terra. De uma certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida. [sem grifo no original]” (WANDERLEY, 1996, p.17).

Além das migrações, outras estratégias como a troca de dias de serviço entre vizinhos e parentes, o trabalho assalariado temporário ou permanente, buscam a garantia desse projeto de vida que, constitui uma relação diferente do agricultor com a

terra daquela estabelecida pelo capitalista, que visa sua exploração (muitas vezes, de uma forma destruidora) apenas com a finalidade de obter lucro.

Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa, também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, lugar. (IANNI, 1986, p.182).

O mesmo autor destaca que, as lutas travadas pelos agricultores no decorrer da sua história de vida e as estratégias para manter-se na terra “é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta, como componentes de um modo de ser e viver”. (IANNI, 1986, p.182)

A singularidade desse modo de vida que buscam reproduzir, se faz presente tanto na organização do trabalho familiar, nas relações de ajuda que estabelecem com vizinhos e parentes, na concepção da terra enquanto fonte de vida, nas expressões religiosas e culturais e, principalmente, na autonomia que possuem tanto no planejamento como na gestão do seu trabalho. Deste modo, “junto com o desenvolvimento da atividade agrícola, os agricultores se identificam com o ritmo da natureza na organização do trabalho, experimentam os sentimentos subjetivos de apego a terra, e de liberdade e autonomia” (BRANDENBURG, 1997, p. 53).

“A gente se sente bem aqui, porque se sente à vontade. Não é que nem o empregado que tem horário pra tudo. E o empregado não, é obrigado a fazer aquilo e às vezes não dá nada. Tá trabalhando mais para o patrão do que pra si. E aqui o que se faz é da gente’, não dá muito, mas o que a gente tem a gente do aproveita” (entrevista nº 01- agricultor familiar).

“Ser agricultor é ser privilegiado. É ter o dom de fazer nascer as coisas. É ser feliz, se realizar na atividade” (entrevista nº 6 - agricultora familiar).

“Parei um mês na cidade e trabalhava num lugar fechado. Não gostei e vim embora” (entrevista nº 3 - agricultor familiar).

“Não gosto da vida na cidade porque é muito agitada, não se tem liberdade, não dá pra ficar à vontade” (entrevista nº04 – agricultor familiar).

Os estudos sobre a agricultura familiar, nos mais diversos contextos sócio-econômicos, “mesmo nas sociedades modernas, identificaram uma certa especificidade, uma racionalidade distinta da racionalidade capitalista, na medida em que produzem visando atingir as necessidades da família, de construir um patrimônio familiar e não com interesse de acumular capital”. (BRANDENBURG, 1997, p. 53).

A urbanização do meio rural parece desencadear um processo de destruição do mundo tradicional, das lógicas específicas que norteiam a prática social dos agricultores, e, também, de suas representações.

De fato, a dimensão desse fenômeno e suas consequências sócio econômicas e culturais, no contexto da maioria das comunidades rurais do país, não devem ser diminuídas se, o objetivo é encontrar alternativas de desenvolvimento para esse segmento de agricultores.

A importância da reflexão sobre a viabilização da agricultura familiar se coloca como premente, neste final de século diante do quadro generalizado de exclusão social urbana. A partir do momento em que se apresenta como alternativa para absorção de um grande contingente de “mão-de-obra não qualificada” para atividades urbanas, numa realidade onde o desemprego, a qualidade de vida, os níveis de segurança alimentar, saúde e educação parecem se configurar como uma regra geral para uma parte significativa da população brasileira.

Conforme Carneiro, “as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais,...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural”. (1997, p.155)

Num conjunto de mudanças dos agricultores familiares e do mundo rural em geral, não se deve supor que a singularidade destes esteja em dissolução.

Esse processo, embora venha causando inúmeras mudanças no interior das comunidades rurais, muitas delas desequilibrando a forma própria de pensar e agir do agricultor, e limitando, até mesmo, as opções a serem colocadas à escolha dos sujeitos

desse contexto, ainda assim, não é um processo de descaracterização total dos núcleos rurais, “mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais” (CARNEIRO, 1997, p.157).

Torna-se imprescindível buscar com mais profundidade, esse movimento de trocas entre o rural e o urbano, a permanência e as transformações desse segmento de agricultores e compreender a interpretação que os agentes sociais fazem das mesmas, os significados de suas práticas sociais em todas as dimensões, que estas abrangem (objetiva, representações religiosidade, etc.).

O compromisso ético assumido com os agricultores familiares da comunidade estudada foi de que os resultados das reflexões, aqui realizadas, seriam compartilhadas com órgãos de fomento de política públicas na região - Secretaria Municipal de Agricultura, COOPAR- para que, de alguma forma, pudessem se fazer ouvir: *“Nós dependemos muito de vocês, porque temos que expor e se queixar daquilo que nós estamos passando. O nosso movimento pra nós ampliar a lavoura (...) ainda bem que temos alguém que está nos especulando. Vocês é que vão levar esse recado nosso não é?”* (entrevista nº 03 - agricultor familiar).

Acredita-se que, de alguma forma, este trabalho possa contribuir com esse anseio que não é individual, mas, que reflete a perspectiva de grande parte de agricultores familiares na região: ser entendido em sua forma particular de viver, de pensar e de interpretar o mundo que o cerca; e ser incluído na agenda das políticas públicas, não apenas como “objeto de intervenção”, mas como sujeito atuante em todo o processo de planejamento e priorização das necessidades mais prementes, como na gestão do seu próprio desenvolvimento.

Qualquer processo de tomada de decisões pressupõe a disponibilidade e a articulação de grande conjunto de informações e possibilidades, que tanto podem ser mutuamente excludentes como complementares. No entanto, é necessário considerar o limite das capacidades humanas (SIMON, 2000). Os agentes econômicos estão sujeitos a sua própria incapacidade de trabalhar com todas as possíveis variáveis que interferem num determinado fenômeno. Além disso, muitas vezes, estes agentes econômicos não possuem as informações mais relevantes à tomada de decisão.

No caso específico da cadeia produtiva do fumo, a racionalidade limitada do agricultor manifesta-se principalmente em virtude de seu menor nível de informação sobre as condições de mercado que envolve seu produto. Com base no referencial teórico utilizado, é possível considerar que se os agentes evitassem o comportamento oportunista, talvez os relacionamentos de longo prazo pudessem conduzir a contratos perfeitos, dada a construção de um elevado nível de confiança entre os integrantes da cadeia produtiva. Isto também implicaria na redução ou eliminação de custos de transação. Não obstante, a realidade observada na cadeia produtiva do fumo mostra que os custos de planejamento, adaptação e motivação das transações necessitam ser considerados.

Em virtude das características do produto envolvido, os contratos de integração estabelecidos entre agricultores e fumageiras são naturalmente incompletos. Na medida em que vai ocorrendo a produção do fumo, as partes envolvidas nesta relação contratual vão adquirindo conhecimentos adicionais sobre a produção e principalmente sobre as condições de mercado, as quais não possuíam no momento do estabelecimento do contrato. Este desajuste de informação abre espaço para a atuação dos atravessadores, que estimulam os agricultores a quebrarem seus contratos, ou seja, a agirem de forma oportunista. Por sua vez, este comportamento oportunista pode levar a um resultado coletivo menos satisfatório ou até mesmo indesejável, configurado na desarticulação do sistema integrado de produção. Como o sistema integrado é apontado e reconhecido como o elemento definidor da competitividade sistêmica da fumicultura brasileira, a sua sustentabilidade estaria seriamente ameaçada.

CONCLUSÕES

Conclui-se que:

- Os motivos da substituição da bataticultura pelo fumo na realidade estudada são a falta de mercado para a venda da batata, fatores ambientais desfavoráveis para o cultivo da mesma, a subordinação dos agricultores familiares à fumicultura e a falta de políticas públicas que incentivem a diversificação das culturas nas propriedades familiares;
- A realidade histórica da economia rural das comunidades estudadas é complexa e conflitante. A principal base econômica dos agricultores, o fumo, é de um lado, um importante sistema de cultivo para manter os agricultores no campo, mas de outro, causa um processo de alienação do seu trabalho;
- Ambientalmente o cultivo do fumo apresenta uma série de consequências, tais como: erosão e desmatamento nas propriedades rurais. No aspecto social, levanta-se o alto grau de dependência destes agricultores com a fumageira onde percebe-se que os mesmos encontram-se descapitalizados, assujeitados e, em alguns casos, endividados;
- A batata sofreu drástica redução de área cultivada, entretanto ainda é cultivada pelos agricultores familiares da área pesquisada, mas neste caso somente para autoconsumo;
- A diversificação dos cultivos está sendo implantada, mas ainda é incipiente;
- As relações de produção na fumicultura, entre agricultor e empresa processadora, interferem ou enfraquecem o desenvolvimento das alternativas técnicas,

sociais e econômicas como a agricultura de base ecológica e a diversificação de culturas;

- A falta de alternativas e de políticas públicas que minimizem ou impeçam esta exploração social, econômica, ambiental e humana, contribui para que o saber-fazer desses agricultores seja subtraído pelas grandes empresas.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed., Campinas: Unicamp/Hucitec, 1998. 275 p (Estudos Rurais)

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. **Relatório de Atividades Afubra 2002/03**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 2003.

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL “TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”**, 1., 1995, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRG, 1995.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, p. 33-55, 1998.

ALMEIDA, R. A. A geografia da prática de Ariovaldo e o campesinato: uma homenagem. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 2001, 372 p.

CAPORAL, F. R.; HERNÁNDEZ, Jaime Morález. **La agroecología desde Latinoamérica: avances e perspectivas**. 2004. Disponível em <http://www.agroeco.org/brasil/books_port.html. Acesso em 21 de junho de 2010.

BALEM, T. SILVEIRA, P. R. **A EROSÃO CULTURAL ALIMENTAR: PROCESSO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NA AGRICULTURA FAMILIAR**. Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigo%20erosao%20alimentar.pdf> Acesso em: 09 de jul. de 2010.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOEIRA, S.L. **Atrás da cortina de fumaça: Tabaco, Tabagismo e Meio Ambiente: Estratégias da indústria e dilema da crítica**. Itajaí, SC: Univali, 2002: 476p.

BRAGA, L. C. **O Processo da Subordinação do Produtor de Fumo à Indústria Fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro-PR**. Monografia (Bacharelado em Geografia) Setor de Ciências Humanas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Francisco Beltrão. Francisco Beltrão, 2007. 74p.

BOMBARDI, L., M. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDENBURG, Álfio. **ONGs e a agricultura familiar: a experiência da RURECO no desenvolvimento da agricultura familiar na região centro-oeste do Paraná**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp

BEGNIS, H. S. M.; PEDROZO, E. Á.; ESTIVALETE, V. de F. B. Cooperação enquanto estratégia segundo diferentes perspectivas teóricas. In: **ENCONTRO DA ANPAD - ENAMPAD**, XXIX., 2005, **Anais...** Brasília: 2005.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. 35., 1997, Natal. **Anais...** Natal: Sober, 1997.

CHAUÍ, M. **“Contingência e Necessidade” in: A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAMA, G. V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: [s.n.], 1988.

COARACY, V. **A Colônia de São Lourenço do Sul e seu Fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957. 161 p.

CUNHA, N. G. da. **Caracterização dos solos de São Lourenço do Sul - RS.** Pelotas:Embrapa - CPACT, 1994.

CUNHA, L. H. de O. **TRADIÇÃO E MODERNIDADE:** imagem, tempo e movimentos.1997 (mimeo).

DAS, T. K.; TENG, B. Betwen trust and control: developing confidence in partner cooperation in alliances. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 3, p. 491-512, 1998.

DELEUZE, Gilles. "Post-scriptum sobre as sociedades de controle". Em: DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Trad. Peter Pál Pelbart. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. Pp. 219-226.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico.** 6 ed. São Paulo: Nacional, 1971.

DYER, J. H. Specialized supplier networks as a source of competitive advantage: evidence from the auto industry. **Strategic Management Journal**, v. 17, n. 4, p. 271-291, 1996.

_____. Effective interfirm collaboration: how firms minimize transaction costs and maximize transaction value. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 7, p. 535-556, 1997

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência:** os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1991.

ELFES, Alberto. **Campos Gerais: estudo da colonização.** INCRA: Curitiba, 1973.

FERREIRA , A. D. D., ZANONI, M. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA , Angela D. D.(org.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FREITAS, M.C.S.; PENA, P.G.L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 69-81, 2007.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** Em: FOUCAULT, Michel – Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Pp. 87-97.

FOUCAULT, M. **O olho do poder.** Em: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e trad. Roberto Machado. 21ª ed. São Paulo: Graal, 2004. Pp. 209-227.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Ed. Paz e Terra. 2003.

GERARDI, L.H.O e SALAMONI, G. Considerações sobre a transformação da agricultura tradicional em um complexo moderno. **Ambiente Y Sociedad**: la hacia el siglo XXI, Mérida, UCLA,v.1,p.149-154, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro**. Ensaio FEE - Fundação de Economia e Estatística do RS, Ano I, no 2, Porto Alegre, 1981.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª Ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.

GOMES, João Carlos Costa. Bases Epistemológicas da Agroecologia. IN **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (ed. téc.) 1ª Ed. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

GUZMÁN, E. S.; **La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. 2006. Disponível em http://www.agroeco.org/brasil/books_port.htm HYPERLINK "http://www.agroeco.org/brasil/books_port.html". Acesso em 25 de mar. De 2009.

GUZMÁN, E., S.; MOLINA, M., G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

GOODMAN, L. A. Snowball sampling. **Annals of mathematical statistics**,v.32, p.148-170, 1961.

GEHLEN, I. "Agricultura familiar de subsistência-comercial: Identidade cabocla e inclusão social." In: Angela D. D.(org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GUERRA, I. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GIUSTI, Lúcia Lobo. **Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos**: manual de normas da Universidade Federal de Pelotas- Pelotas, 61f. 2006.

HABERMAS, J. **Ciencia y tecnica como Ideologia**. Madrid:Tecnas, 1986.

HABERMAS, J. **Passado como Futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabela 1612 - **Quantidade produzida, Valor da produção, Área plantada e Área colhida da lavoura temporária**. Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/Tabela/listabl.asp?c=1612>> Acesso em: 01 dez. 2010.

IANNI, O. A crise de paradigmas na Sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 13, p.90-101, jun.1990.

IANNI, O. **A utopia camponesa**. São Paulo: Cortez, 1986.

IAPAR/EMATER **Tipificação de sistemas de produção predominante** - Itaiacoca, Ponta Grossa - PR. Ponta Grossa, 1995.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A. et al. RS: **Imigração e Colonização**. Porto Alegre:Mercado Aberto, 1992. p.9-46.

LAVORATTI, C. Racionalidade urbano industrial: a única possível?

Revista Emancipação, Ponta Grossa. Paraná. V. 02 Nº 01 p. 75-103, 2002. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewArticle/31> Acesso em: 02 de jun. de 2009.

LAMARCHE, H. (coord). **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP,1993.

LIMA M. I. F. **Paisagem, terroir e sistemas agrários** : um estudo em São Lourenço do Sul / Maria Imaculada Fonseca Lima. – Porto Alegre, 2006. 151 f.

MARTINEZ, E. A. **Caracterização do sistema de produção de batata em transição agroecológica de agricultores familiares em São Lourenço do Sul (RS)**.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. 109f Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.2009.

MARX, K. **A ideologia Alemã**. 2 ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas,1979.

MARX. K. **Manuscritos Econômicos - Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENASCHE, R. **Comida: alimento transformado pela cultura**. IHU (UNISINOS). , v.4, p.9 - 13, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. INCA. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER.

ATUALIDADES EM TABAGISMO. Disponível em:

<http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=atualidades&link=ver.asp?id=1733>
Acesso em: 07 de agos. de 2011.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Apartado 8, Publicação Europa América, 1994.

QUEIROZ, M. I. **Bairros rurais paulistas: dinâmicas das relações bairro rural - cidade.** São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RAYNAUT, C. A desenvolvimento e as lógicas de mudança: A necessidade de uma abordagem holística. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, 1994.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dssensos.- O Caso de Santa Catarina** Florianópolis, SC, UFSC. 1990.

PINCELLI, A. C. S. **Trabalho infanto-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz.** Universidade Federal de Santa Catarina (Dissertação de Mestrado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis: UFSC, 2005.

PRIEB, R.; SOUZA, M. ; PEREIRA, J. E. . **Efeitos da Previdência Social Rural na Produção Fumageira Gaúcha.** In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, SOBER, Brasília, 2007. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/6/1050.pdf Acesso em: 27 de jan. de 2009.

ROCHA, L.H. M da e MIORIN, V. M. F. A importância da terra na organização espacial: a formação econômico-social do espaço sul-rio-grandense. **Geografia: Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v.1,n.4, p.148-166, 1990.

SALAMONI, G. **A imigração alemã no Rio Grande do Sul - o caso da comunidade pomerana em Pelotas.** História em Revista, Pelotas, v. 7, p. 25–42, 2001.

SCHWARTZ, L. H. **Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul, RS / Pelotas**, 2008. 118f.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 103p.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena historia da agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990.102p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo:EDIUPF, 1999. 405p.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo-Brasília: HUCITEC-EDUNB, 1995. 336 p.

WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. **O significado do alimento na família**

camponesa. In:Revista IHU on-line, Unisinos, 1997. p 12- 15. Disponível em: http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1. Acesso em: 15 de jan. de 2010.

WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora Universidade Brasília, 1997, 192 p.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1967.

WANDERLEY, M. N. **A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil.** 1996. (mimeo)

WANDERLEY, M. N. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In:**CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.** 35., 1997, Natal.**Anais...** Natal: Sober, 1997.

PAULINO, E. T. Geografia Agrária e Questão Agrária. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder.** FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

RAMOS, S. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico científico informacional no Brasil. IN **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. 1ª Ed. São Paulo: Ed.Record. 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** 3ª ed. São Paulo. Editora Ática, 1990.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental.** 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

GERALDINI, J. R. **O monitoramento eletrônico como dispositivo de controle no sistema prisional brasileiro.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis, 2009, <http://www.cfh.ufsc.br/~ppgp/Janaina%20Geraldini.pdf>, acesso em 30 de abril de 2010.

GERALDINI, J. R.; FILHO, M. C. C. de. Dispositivos de vigilância e moduladores de sociabilidade: a promoção do assujeitamento. **Mnemosine**, Vol. 6, No 1, 2010.

GULATI, R. Does familiarity breed trust? The implications of repeated ties for contractual choice in alliances. **Academy of Management Journal**, v. 38, n. 1, p. 85-112, 1995.

HAGEN, J. M.; CHOE, S. Trust in Japanese interfirm relations: institutional sanctions matter. **The Academy of Management Review**, v. 23, n. 3, p. 589-600, 1998.

HILL, C. W. L. Cooperation, opportunism, and the invisible hand: implications for transaction cost theory. **The Academy of Management Review**, v. 15, n. 3, p. 500-513, 1990.

HOFMANN, R. et al. **Administração da empresa agrícola**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

KALE, P.; SINGH, H.; PERLMUTTER, H. Learning and protection of proprietary assets in strategic alliances: building relational capital. **Strategic Management Journal**, v. 21, n. 3, p. 217-237, 2000.

MOHR, J.; SPEKMAN, R. Characteristics of partnership success: partnership attributes, communication behavior, and conflict resolution techniques. **Strategic Management Journal**, v. 15, n. 2, p. 135-152, 1994.

NOOTEBOOM, B.; BERGER, H.; NOORDERHAVEN, N. G. Effects of trust and governance on relational risk in alliances. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 2, p. 308-338, 1997.

PARKHE, A. Strategic alliance structuring: a game theoretic and transaction cost examination of interfirm cooperation. **Academy of Management Journal**, v. 36, n. 4, p. 794-829, 1993.

PATTON, M. Q. **Qualitative research & evaluation methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos: Marx, Durkeim e Weber**. 2ª ed. ver. Amp. – Belo Horizonte: ed. UFMG, 2002. 159 p.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Portugal: Gradiva Publicações, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RING, P. S.; VAN de VEN, A. H. Developmental processes of cooperative interorganizational relationships. **The Academy of Management Review**, v. 19, n. 1, p. 90-118, 1994.

ROSENBLOOM, B. **Canais de Marketing: uma visão gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método.

Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005

SILVA, L. X. da. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. Tese (Programa de Pós-graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

SIMON, H. A. Rational choice and the structure of the environment. **Psychological Review**, v. 63, p. 129-138, 1956.

_____. **Administrative behavior**. 4. ed. New York: The Free Press, 1997.

_____. Barriers and bounds to rationality. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 11, p. 243_253, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism**. New York: The Free Press, 1985.

_____. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

_____. The institutions of governance. **The American Economic Review**, v. 88, n. 2, p. 75-79, 1998.

_____. **The Theory of the Firm as Governance Structure: from choice to contract**. 2002. (Working Paper). Disponível em:

<<http://groups.haas.berkeley.edu/bpp/oew/papers.htm>> Acesso em: 12 jun. 2009.

Apêndices

APÊNDICE A- Fotos da pesquisa



Horta para autoconsumo do agricultor familiar

Anexos

ANEXO A

Convenção Quadro para Controle do Tabaco
Decreto nº 5.658, de 02 de Janeiro de 2006

Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, por meio do Decreto Legislativo nº 1.012, de 27 de outubro de 2005;

Considerando que o Governo brasileiro ratificou a citada Convenção em 3 de novembro de 2005;

Considerando que a Convenção entrou em vigor internacional em 27 de fevereiro de 2005, e entra em vigor para o Brasil em 1º de fevereiro de 2006;

Decreta :

Art. 1º A Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim

CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

Preâmbulo

As Partes desta convenção, Determinadas a dar prioridade ao seu direito de proteção à saúde pública; Reconhecendo que a propagação da epidemia do tabagismo é um problema global com sérias consequências para a saúde pública, que demanda a mais ampla cooperação internacional possível e a participação de todos os países em uma resposta internacional eficaz, apropriada e integral;

Tendo em conta a preocupação da comunidade internacional com as devastadoras consequências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo;

Seramente preocupadas com o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particularmente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde;

Reconhecendo que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que o consumo e a exposição à fumaça do tabaco são causas de mortalidade, morbidade e incapacidade e que as doenças relacionadas ao tabaco não se revelam imediatamente após o início da exposição à fumaça do tabaco e ao consumo de qualquer produto derivado do tabaco;

Reconhecendo ademais que os cigarros e outros produtos contendo tabaco são elaborados de maneira sofisticada de modo a criar e a manter a dependência, que muitos de seus compostos e a fumaça que produzem são farmacologicamente ativos, tóxicos, mutagênicos, e cancerígenos, e que a dependência ao tabaco é classificada separadamente como uma enfermidade pelas principais classificações internacionais de doenças;

Admitindo também que há evidências científicas claras de que a exposição pré-natal à fumaça do tabaco causa condições adversas à saúde e ao desenvolvimento das crianças;

Profundamente preocupadas com o elevado aumento do número de fumantes e outras formas de consumo de tabaco entre crianças e adolescentes em todo o mundo, particularmente com o fato de que se começa a fumar em idades cada vez menores;

Alarmadas pelo aumento do número de fumantes e de outras formas de consumo de tabaco por mulheres e meninas em todo o mundo e tendo presente a importância da participação plena das mulheres em todos os níveis de elaboração e implementação de políticas, bem como da necessidade de estratégias de controle específicas para cada gênero;

Profundamente preocupadas com o elevado número de fumantes e de outras formas de consumo do tabaco por membros de povos indígenas;

Seramente preocupadas com o impacto de todos os tipos de publicidade, promoção e patrocínio destinados a estimular o uso de produtos de tabaco;

Reconhecendo que uma ação cooperativa é necessária para eliminar todas as formas de tráfico ilícito de cigarros e de outros produtos de tabaco, incluídos contrabando, fabricação ilícita e falsificação;

Reconhecendo que o controle do tabaco em todos os níveis, e particularmente nos países em desenvolvimento e nos de economia em transição, requer recursos financeiros e técnicos suficientes e adequados às necessidades atuais e estimadas para as atividades de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as consequências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco;

Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou

com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional;

Conscientes do valioso trabalho sobre controle do tabaco conduzido por vários Estados, destacando a liderança da Organização Mundial de Saúde, bem como os esforços de outros organismos e entidades do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais internacionais e regionais no estabelecimento de medidas de controle do tabaco;

Enfatizando a contribuição especial de organizações não-governamentais e de outros membros da sociedade civil não vinculados à indústria do tabaco – incluindo as associações de profissionais da saúde, de mulheres, de jovens, de ambientalistas e de grupo de consumidores e instituições docentes e de atenção à saúde – às atividades de controle do tabaco no âmbito nacional e internacional, bem como a importância decisiva de sua participação nas atividades nacionais e internacionais de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de manter a vigilância ante qualquer tentativa da indústria do tabaco de minar ou desvirtuar as atividades de controle do tabaco, bem como a necessidade de manterem-se informadas sobre as atuações da indústria do tabaco que afetem negativamente às atividades de controle do tabaco;

Recordando o Artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, pelo qual se declara que toda pessoa tem direito de gozar o mais elevado nível de saúde física e mental;

Recordando ainda o preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde, que afirma que o gozo do mais elevado nível de saúde que se possa alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, ideologia política, condição econômica ou social;

Determinadas a promover medidas de controle do tabaco fundamentadas em considerações científicas, técnicas e econômicas atuais e pertinentes; Recordando que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1979, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção devem tomar as medidas cabíveis para eliminar a discriminação contra as mulheres na área da atenção médica,

Recordando ademais que a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção reconhecem o direito da criança de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde,

Acordaram o seguinte:

PARTE I: INTRODUÇÃO

Artigo 1

Uso de termos

Para os fins da presente Convenção:

- (a) "comércio ilícito" é qualquer prática ou conduta proibida por lei, relacionada à produção, envio, recepção, posse, distribuição, venda ou compra, incluída toda prática ou conduta destinada a facilitar essa atividade;
- (b) "organização regional de integração econômica" é uma organização integrada por Estados soberanos, que transferiram àquela organização regional competência sobre uma diversidade de assuntos, inclusive a faculdade de adotar decisões de natureza mandatária para seus membros em relação àqueles assuntos;
- (c) "publicidade e promoção do tabaco" é qualquer forma de comunicação, recomendação ou ação comercial com o objetivo, efeito ou provável efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;
- (d) "controle do tabaco" é um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta, da demanda e dos danos causados pelo tabaco, com o objetivo de melhorar a saúde da população, eliminando ou reduzindo o consumo e a exposição à fumaça de produtos de tabaco;
- (e) "indústria do tabaco" é o conjunto de fabricantes, distribuidores atacadistas e importadores de produtos de tabaco;
- (f) "produtos de tabaco" são todos aqueles total ou parcialmente preparados com a folha de tabaco como matéria prima, destinados a serem fumados, sugados, mascarados ou aspirados;
- (g) "patrocínio do tabaco" é qualquer forma de contribuição a qualquer evento, atividade ou indivíduo com o objetivo, efeito ou possível efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;

Artigo 4

Princípios norteadores

Para atingir o objetivo da presente Convenção e de seus protocolos e para implementar suas disposições, as Partes serão norteadas, inter alia, pelos seguintes princípios:

1. Toda pessoa deve ser informada sobre as consequências sanitárias, a natureza aditiva e a ameaça mortal imposta pelo consumo e a exposição à fumaça do tabaco e medidas legislativas, executivas, administrativas e outras medidas efetivas serão implementadas no nível governamental adequado para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco.

2. Faz-se necessário um compromisso político firme para estabelecer e apoiar, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas multisetoriais integrais e respostas coordenadas, levando em consideração:

- (a) a necessidade de tomar medidas para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco;
- (b) a necessidade de tomar medidas para prevenir a iniciação, promover e apoiar a cessação e alcançar a redução do consumo de tabaco em qualquer de suas formas;
- (c) a necessidade de adotar medidas para promover a participação de pessoas e comunidades indígenas na elaboração, implementação e avaliação de programas de controle do tabaco que sejam social e culturalmente apropriados às suas necessidades e perspectivas; e
- (d) a necessidade de tomar medidas, na elaboração das estratégias de controle do tabaco, que tenham em conta aspectos específicos de gênero.

3. Uma parte importante da Convenção é a cooperação internacional, especialmente no que tange à transferência de tecnologia, conhecimento e assistência financeira, bem como à prestação de assessoria especializada com o objetivo de estabelecer e aplicar programas eficazes de controle do tabaco, tomando em conta os fatores culturais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos locais.
4. Devem ser adotadas, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas e respostas multisetoriais integrais para reduzir o consumo de todos os produtos de tabaco, com vistas a prevenir, de conformidade com os princípios de saúde pública, a incidência das doenças, da incapacidade prematura e da mortalidade associadas ao consumo e a exposição à fumaça do tabaco.
5. As questões relacionadas à responsabilidade, conforme determinado por cada Parte dentro de sua jurisdição, são um aspecto importante para um amplo controle do tabaco.
6. Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.
7. A participação da sociedade civil é essencial para atingir o objetivo da Convenção e de seus protocolos.

Artigo 17

Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis

As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

PARTE V: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Artigo 18

Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente.

ANEXO B: Questionário Semi-Estruturado Aberto para coleta de informações

I. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.Nome:

2. Local: Distancia da Sede: Km

3. Há quanto tempo mora no local?

A FAMÍLIA

NOME	Identific (1)	Idade	Local de nascimento	Migrações para/ano motivo	Estado Civil (3)	Escolarid (4)

II INDICADORES SOCIAIS

1.MORADIA

a) Própria () não () Qualidade: (1-boas; 2-razoável; 3-ruim 4-muito ruim)

b) Tipo: área m² Número de cômodos:

c) Banheiro: () Sim () Não d) Ano de construção:

f) Destino dos dejetos humanos/esgoto:

h) Bens domésticos disponíveis: () fogão a gás; () fogão a lenha; () geladeira; () freezer; () rádio

() batedeira/liquidificador; () televisão; () aparelho de som () outros(citar)

2. MÃO-DE-OBRA (atividades principais)

a) Sobra Mão de obra? Quando? Por quê?

b) Falta mão de obra? Quando? Por quê?

c) Atividade de cada membro da família: Período:

3. SEGURANÇA

- a) Poupança: R\$ Finalidade: _____
- b) Previdência () Plano de Saúde () Seguro de vida () Funrural
- c) Expectativa de manter a prop. daqui a 10 anos:
- () certamente () provavelmente () se for possível () dificilmente

4. SAÚDE

- a) Uso de remédios caseiros: () sim () não. Porque?
- b) Casos de intoxicação agrotóxicos? () Não () Sim N°vezes:
- c) Saúde preventiva: Médico () sim () Não Dentista:() sim ()

5. ACESSO A SERVIÇOS

local Distância instituição

ESCOLA

MÉDICO

ENERGIA ELÉTRICA

TELEFONE

ASSIST. TÉCNICA

TRANSPORTE COLETIVO

6. Sistema de informações

() rádio () televisão () jornal () revistas

7. PARTICIPAÇÃO

Nome da	Pessoas que	Pessoa com	freqüência
Instituição	participam	cargos	por mês/ano
Cooperativa			
Sindicato			
Ass. de comunidade			
Associação municipal			
Mutirões			

8 CIDADANIA

a) Qual o dia de descanso da família?

b) Quais as atividades de lazer? _____

c) Documentação: CPF: pessoas_____ Identidade: pessoas_____ Bloco prod: pessoas_____

d) Divisão do trabalho: na propriedade () sim () não Da casa () sim () não Externos() sim () não

9. CAPACITAÇÃO

	tipo	N°	Participantes	Promoção	obs
Cursos					
Excursões técnica					

Vizinhos família outros

Conflitos sim/não motivo sim/não motivo sim/não motivo

I. INDICADORES AMBIENTAIS

1. PRÁTICAS GERAIS

a) Uso de EPI

() total () parcial() não() só para alguns produtos

b) destino das embalagens

() recolhida() queima () enterra() joga fora

c)armazenagem

() local adequado () separado mas sem cuidado () sem cuidado

d) Controle de inços:

()capina () herbicida() integrado() nenhum

e) Pragas e doenças

() agrotóxicos () integrado() biológico() nenhum

f)Uso do Fogo: ()sempre () só nas capoeiras () poucas vezes () nunca

g) Uso de esterco

() sim () não É suficiente? Usa tudo?

2. SOLO

a) Área total (ha) Área útil(ha)

Própria(ha) Posse (ha): Arrendada: valor(R\$)

Parceria (ha)

Valor da terra na região(R\$/ha)

b) Uso

Uso do Solo (ha)	capacidade de uso	espécies	restrições
Culturas anuais			
Cult Permanentes			
Capoeira/pousio			
Pastagens			
Reflorestamento			
Mata nativa			
Sede/lazer			
Não agric.			

c) Topografia predominante: () plana () encosta () acidentada () muito acidentada

d) Erosão: () não () muito pouco () acentuada nas lavouras () vossorocas

e) Proteção do solo: () sempre() quando não cultivado () cultivo mínimo () nunca(sempre limpo)

f) Fertilidade natural: _____ Fertilidade atual _____

3. ÁGUA

a) Origem _____ (1-rede pública; 2-poço; 3-poço artesiano; 4-fonte; 5-outro)

b) Qualidade:_____ (1)potável (2) razoável (3) depende da época (4) não é própria para consumo.

c) Risco de contaminação: (1) nenhum (2) pouco (3)Pode ocorrer (4) grande

d) Disponibilidade:_____ (1) abundante (2) suficiente (3) às vezes falta (4) sempre falta em algum período

4. BIODIVERSIDADE

a) Culturas cultivadas para autoconsumo:

b) Culturas cultivadas para mercado:

c) Consorciação:() sim () não

d) Rotação de culturas:() sim () não

e) Áreas virgens:() sim () não ha:

f)integração de culturas com espécies nativas (plantio no mato, sem capina)

5. MATAS

a) Desmatamento(% da área total): _____

Riscos ambientais Freq Prevev

Chuva

Seca

Granizo

1. Produção/consumo/renda/energia														
			valor	prod	prod.	Local	compra	total	trab. Fam	Trab contrat		trab fora		
Produto	ha/cab	unid	unid	total	venda	venda	consumo	consumo	dias/ano	dias/ano	r\$/dia	dias/ano	R\$/dia	
Fumo integ		Arr												
bulrely		Arr												
fumo convenc		Arr												
Milho		Sc												
Feijão		Sc												
arroz		Sc												
patatadoce		Kg												
patatinha		Kg												
mandioca		Kg												
morango		Cx												
leite coop		L												
leite direto		L												
hata		Kg												
queijo		Kg												
ovos		Dz												
carne suina		Kg												
carne aves		Kg												
carne bovina		Kg												
embutidos		Kg												
melado		Kg												
açucar masca		Kg												
mel		Kg												
farinha		Kg												
patato		Kg												
leitões		unid												
farinha		kg												
açucar branco		kg												
café		kg												
Outras Rendas		tipo	pessoas	valor	Outras despesas/ano				Valor (R\$)	unid	cons	valor/ano		
rendas não agrícolas					Inkra					Kw				
aposentadoria					Sindicato/associação					l				
Aluguel máquinas					aluguel de máquina					l				
		dividas			Juros					m³				
Credor	finalidade	valor	vencimen		Gastos com família									
					Transporte									

[illegible]

PATRIMÔNIO				
	Quant	Ano aquisição	estado	valor R\$
Trator				
Arado				
Grade				
Enleirador				
Pulverizador				
Carro				
Triturador				
Carroça				
Casa				
Galpão				
Armazém				
Estufa				
Pocilga				
Cercas				

Estado : Bom Regular Mau Não tem

a) Como considera a sua capitalização em relação a 10 anos atrás? () aumentou () ficou igual () diminuiu

b) Quais os investimentos feitos nos últimos 10 anos? _____

Questionário aplicado no levantamento de campo para orientação do levantamento de

questões subjetivas.

1. Visão da qualidade de vida

() muito boa () boa () razoável () ruim

2. Visão da vida rural em relação à vida urbana

() melhor () igual () pior () não sabe

3. Se pudesse decidir sobre a vida dos filhos, o que desejaria para eles?

a) que permanecessem no campo como agricultor

b) que permanecessem no campo em outra atividade

c) que fossem embora para a cidade

Obs: _____

4. quando seus filhos falam em futuro o que eles desejam.

a) permanecer no campo como agricultor

b) permanecer no campo em outra atividade

c) ir embora para a cidade

Obs: _____

5. Os pais eram agricultores? Tinham terras?

a) homem _____

b) mulher _____

6. As terras ficarão para seus filhos? É suficiente para sobreviver? Qual a área mínima para uma família sobreviver nestas condições?

7. Pretendem permanecer na agricultura? Por quê?

8. Já tentaram outra atividade? Deu certo? Por quê?

9. Se tivessem recursos hoje no que investiria? (3 principais)

a) em meios de produção

b) na aquisição de terras

c) na moradia

d) na compra de carro

e) iam tentar a vida na cidade

f) outro

Obs: _____

10. Porque continuam plantando fumo?

11. Quais as melhores coisas da fumicultura

12. Quais as piores coisas da fumicultura?

13. Quais são os seus projetos para os próximos anos?

14. Plantava batata?

()sim () não

15. Manteve a área?

()sim () não

16. O que levou o (a) senhor (a) a substituir a cultura da batata pelo fumo?

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]

Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP (ano agrícola)

Nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

(*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(**) **Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.

(***) **Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da

propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?

() Sim () Não () Não sabe/não respondeu

indique com que frequência:

() regularmente () às vezes

() quando sobra tempo () quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)

() outra situação

Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Roteiro de observação das UPA's

1. Disponibilidade de instrumentos de trabalho (observar galpões e arredores da moradia)
2. Qualidade da Habitação e benfeitorias (estado de conservação, pintura, cuidados com arredores).
3. Nível de desmatamento
4. Qualidade da água e risco de poluição (verificar fontes).
5. Destino dos dejetos (verificar instalações de criações e locais de depósito do lixo).
6. Nível de degradação do solo (erosão, uso do solo de acordo com a capacidade, cobertura)

Fonte: Adaptado de Grisa (2006) e Moura (2002)

ANEXO C – Contrato de compra e venda do fumo

Considerando que:

1. O sistema integrado de produção de tabaco ("Sistema Integrado") constitui-se na cooperação entre o **PRODUTOR** e a **EMPRESA** visando à obtenção de benefícios mútuos no processo de planejamento, financiamento, levantamento de custos de produção, suporte técnico e comercialização.
2. O presente Contrato de Compra e Venda de Tabaco em Folha ("CONTRATO") tem como fim principal regular todos os aspectos da relação entre a **EMPRESA** e o **PRODUTOR**, principais agentes do Sistema Integrado, esclarecendo conceitos inerentes ao Sistema Integrado e estabelecendo de forma transparente os direitos e deveres das partes envolvidas;
3. Como parte do Sistema Integrado, a **EMPRESA** oferece assistência técnica gratuita, incluindo orientações sobre melhores práticas agrícolas, venda de sementes certificadas, uso adequado de insumos, manejo seguro de agrotóxicos, medidas de preservação ambiental e desenvolvimento de ações conjuntas de responsabilidade social;
4. Também como parte do Sistema Integrado, o **PRODUTOR** está ciente de que o tabaco objeto do presente CONTRATO será industrializado, sendo base de compromissos e obrigações da **EMPRESA** perante os seus clientes no Brasil e no exterior;

As partes têm entre si certa e ajustada a celebração do presente CONTRATO, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. COMPROMISSOS DA EMPRESA

1.1. Pelo presente CONTRATO, a **EMPRESA** adquire do **PRODUTOR** a totalidade do tabaco em folha por este produzido ("TABACO"), a ser classificado de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 13 de Abril de 2007 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou legislação superveniente, conforme a estimativa de produção a seguir indicada.

Tipo de Tabaco: virginia Mil Pés de Tabaco: 26 Estimativa - Kg: 3.000
Hectares de Tabaco: 1,50 Semente Variedade: ng 17

1.2. A totalidade do TABACO em folha produzido deverá ser disponibilizada pelo **PRODUTOR** para classificação nas instalações da **EMPRESA** no endereço que vier a ser definido ou acordado pelas partes. É assegurado ao **PRODUTOR** o direito de, pessoalmente, acompanhar a classificação do TABACO, segundo os termos da regulamentação aplicável. O **PRODUTOR** reconhece que, caso deixe de acompanhar a classificação, a classificação realizada pela **EMPRESA** será, para todos os fins, válida para as partes.

1.3. De maneira a garantir a boa qualidade do TABACO adquirido, nos termos dos padrões de qualidade da **EMPRESA** e em consonância com as cláusulas deste CONTRATO, a **EMPRESA** compromete-se a vender e/ou recomendar as sementes, os insumos agrícolas e outros materiais básicos necessários, aprovados, certificados para o mercado nacional e internacional e adequados para o cultivo de tabaco, para os hectares, mil pés e tipo de tabaco acima acordados, sempre em comum acordo com o **PRODUTOR** e segundo o receituário agrônomo elaborado por profissional habilitado.

2.5. Compromete-se o **PRODUTOR** a fornecer o **TABACO** em folha manocada, enfardado e isento de qualquer material estranho, observados os teores de umidade especificados na Instrução Normativa acima mencionada. O **PRODUTOR** também concorda em participar de eventuais auditorias, nos termos da cláusula 3.4 abaixo, que a **EMPRESA** vier a fazer para garantir total isenção de material estranho no **TABACO** a ser produzido.

2.6. O **PRODUTOR** se compromete a disponibilizar o **TABACO** adquirido para classificação nas instalações da **EMPRESA** indicadas na cláusula 1.2. acima.

2.7. O **PRODUTOR** isenta a **EMPRESA** de quaisquer responsabilidades decorrentes das atividades por ele realizadas como parte do Sistema Integrado, e se obriga ao seguinte:

- a) Somente utilizar em suas estufas de secagem de **TABACO** lenha de fonte legal e permitida em lei, preservando a mata nativa e cumprindo a legislação ambiental.
- b) Realizar a tripla lavagem das embalagens de defensivos agrícolas de acordo com o disposto nas embalagens e/ou rótulos, bem como atender o descrito quanto à devolução e/ou descarte das embalagens vazias.
- c) Não manipular quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins que não estejam registrados e autorizados pelos órgãos governamentais competentes.
- d) Não permitir a manipulação de quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins por menores de 18 (dezoito) anos, maiores de 60 (sessenta) anos e por gestantes;
- e) Não manipular quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, em desacordo com a receita e as indicações dos rótulos e bulas, previstas em legislação vigente;
- f) Não reutilizar, para qualquer fim, as embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, cuja destinação final deve atender à legislação vigente;
- g) Não armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins a céu aberto;
- h) Armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins conforme dispõem as normas da legislação vigente e as especificações do fabricante constante dos rótulos e bulas;
- i) Sinalizar as áreas recém-tratadas com quaisquer agrotóxicos adjuvantes e produtos afins, sendo vedado o trabalho nessas áreas antes do término do intervalo, salvo com uso dos equipamentos de proteção individual adequados;
- j) Manter em sua propriedade armário resistente, chaveado e sinalizado com placas e cartazes com símbolos de perigo, com a finalidade exclusiva de armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, que permita limpeza e descontaminação, com acesso restrito aos trabalhadores orientados a manusear os referidos produtos. Que, dentro do prazo de cinco anos contados de 01/01/2009, todos os armários já existentes destinados ao armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, bem como, imediatamente, todos os novos armários, sejam resistentes e instalados em local coberto e com ventilação adequada, com comunicação exclusivamente externa e acesso restrito aos trabalhadores orientados a manusear os referidos produtos, se dotados de proteção, não permitindo o acesso de animais e viabilizando a limpeza e descontaminação;
- k) Os armários deverão estar a mais de 30 (trinta) metros das habitações locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais, e de fontes d'água;
- l) Manter os equipamentos de aplicação de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins em perfeito estado de conservação e funcionamento, inspecionando-os antes da aplicação e utilizando-os para a finalidade indicada e operando-os dentro dos limites, especificações e orientações dos fabricantes;
- m) Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (E.P.Is) adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- n) Atender à legislação e normas regulamentadoras relativas à proteção da saúde e do meio ambiente;
- o) Cumprir a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, em todas as fases da cultura do tabaco em folha, notadamente no que se refere a não-utilização, sob qualquer meio ou forma, da mão de obra infantil nas atividades decorrentes deste CONTRATO.

2.7.1. Não obstante o caráter irrevogável e irreatável do presente CONTRATO, a **EMPRESA** reserva-se o direito de rejeitar o **TABACO** do **PRODUTOR** que tenha sofrido condenação judicial em decorrência da inobservância de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula.

3. COMPROMISSOS COMUNS

3.1. O volume de produção expresso na cláusula 1.1. deste CONTRATO poderá ser atualizado segundo revisões de estimativa de safra efetuadas de comum acordo entre EMPRESA e PRODUTOR, levando-se conta a interferência de fatores supervenientes, admitidas variações de até, no máximo, 5% (cinco por cento) para mais ou para menos. Fica acordado entre as partes que as atualizações de estimativa terão como limite o final da colheita, não sendo admitidas revisões posteriores.

3.1.1. Caso a variação no volume de produção previsto neste CONTRATO seja superior a 5% (cinco por cento) para mais, a EMPRESA poderá, a seu exclusivo critério, comprar do PRODUTOR a produção excedente de TABACO, nas mesmas condições comerciais previstas neste CONTRATO. Entretanto, caso volume de TABACO efetivamente produzido e disponibilizado para entrega à EMPRESA seja inferior a 95 (noventa e cinco por cento) do volume previsto neste CONTRATO, o PRODUTOR deverá pagar EMPRESA a penalidade prevista na cláusula 4.1 abaixo em relação a tal diferença de volume.

3.1.2. O PRODUTOR declara que o TABACO vendido está livre e desembaraçado, não estando sujeito qualquer ônus e restrições, tampouco empenhado em favor de terceiros ou oferecido em garantia de qualquer crédito. O PRODUTOR declara, também, que não possui a capacidade produtiva de sua lavoura contratada com terceiros alheios à relação contratual ora pactuada.

3.2. Fica ajustado entre a EMPRESA e o PRODUTOR que o preço a ser pago pelo TABACO terá como base o custo de produção e o cenário econômico pertinente à atividade. Caso a EMPRESA e o PRODUTOR não entrem em acordo quanto ao preço a ser pago pelo TABACO, as partes concordam que será aplicado o preço praticado pela EMPRESA por classe de TABACO na safra anterior.

3.2.1 Não havendo a concordância do PRODUTOR com a classificação do TABACO atribuída pela EMPRESA, a classificação poderá ser intermediada por técnico da EMATER ou entidade equivalente presente no local.

3.2.2 Permanecendo a discordância quanto à classificação, ou havendo discordância quanto ao preço a ser pago pelo TABACO, resultando ineficaz a negociação entre o PRODUTOR e a EMPRESA, a compra e venda não ocorrerá, devendo o PRODUTOR, no entanto, honrar de imediato seus compromissos e obrigações perante a EMPRESA, relativamente aos itens e valores previstos neste CONTRATO, inclusive no que tange ao financiamento do qual a EMPRESA seja eventualmente garantidora ou coobrigada.

3.2.2.1 Na hipótese de não ocorrer a compra e venda, fica desobrigada a EMPRESA de pagar o preço desobrigado o PRODUTOR de entregar o TABACO à EMPRESA, exceto pela qualidade e quantidade suficiente para satisfazer seus compromissos e obrigações perante a EMPRESA, inclusive no que tange ao financiamento do qual a EMPRESA seja eventualmente garantidora ou coobrigada. O PRODUTOR reconhece esta obrigação em caráter irrevogável e irretratável, sendo o preço do TABACO definido conforme estabelecido no item 3.2 acima.

3.3. O PRODUTOR compromete-se a obedecer as normas fiscais aplicáveis à atividade de produtor rural, especialmente no que se refere à compra e venda de TABACO, insumos agrícolas, transporte e outras atividades vinculadas e inerentes ao Sistema Integrado de produção de TABACO.

3.4. O PRODUTOR autoriza a EMPRESA, por si ou através de terceiros especialmente designados, a realizar auditoria na produção, na lavoura, estufas, depósitos e todos os locais a ela vinculados, aí compreendidas todas as fases da cultura, desde a semeadura, passando pela fase da colheita, secagem, armazenagem, transporte e sua entrega à EMPRESA, podendo, para tanto, ser documentada a situação em referência por meio de laudos técnicos e fotográficos.

4. CLÁUSULA PENAL

4.1. Sem prejuízo do pagamento da respectiva indenização, se o PRODUTOR não entregar a produção de TABACO, ou, em não o fazendo, não devolver os valores adiantados pela EMPRESA, com todos os encargos incidentes, ou, se a EMPRESA não pagar o preço conforme cláusula 3.2 acima, deverá pagar à parte

prejudicada, conforme o caso, uma multa não compensatória, estabelecida em 10% (dez por cento) sobre o valor da produção de TABACO não entregue, levando-se em conta o volume total especificado acima e a variação permitida, conforme previsto nas cláusulas 1.1, 3.1 e 3.1.1 acima, ou sobre o valor em atraso devido pela **EMPRESA**. Para o cálculo do valor em reais da multa pactuada será utilizado o valor por quilo da classe TO2, para a produção do tipo Virgínia, e o valor ~~por quilo~~ da classe C2, para a produção do tipo Burley, permanecendo o CONTRATO em todos os seus ~~termos~~ e condições.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO.

5.1. O presente CONTRATO vigora a partir de sua assinatura até o dia 30 (trinta) de junho de 2010, devendo toda e qualquer alteração ser realizada por escrito, tendo o seu vencimento antecipado pelo descumprimento de qualquer das cláusulas ou condições acima. Este CONTRATO também terá seu vencimento antecipado caso o **PRODUTOR** efetive a entrega do TABACO nos volumes contratados, liquidando a totalidade de seus débitos junto à **EMPRESA** antes da data acima referida.

6. FORO DE ELEIÇÃO

6.1 O presente compromisso obriga as partes, seus herdeiros e/ou sucessores, ficando eleito o foro do domicílio do **PRODUTOR** para dirimir as dúvidas ou controvérsias oriundas deste CONTRATO.

E, por estarem certos e contratados entre si, firmam, na presença de 2 (duas) testemunhas, o presente **Contrato de Compra e Venda de Tabaco em Folha em 2 (duas) vias de igual teor, sendo uma via para cada um dos contratantes.**

prejudicada, conforme o caso, uma multa não compensatória, estabelecida em 10% (dez por cento) sobre o valor da produção de TABACO não entregue, levando-se em conta o volume total especificado acima e a variação permitida, conforme previsto nas cláusulas 1.1, 3.1 e 3.1.1 acima, ou sobre o valor em atraso devido pela EMPRESA. Para o cálculo do valor em reais da multa pactuada será utilizado o valor por quilo da classe TO2, para a produção do tipo Virgínia, e o valor por quilo da classe C2, para a produção do tipo Burley, permanecendo o CONTRATO em todos os seus termos e condições.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO.

5.1. O presente CONTRATO vigora a partir de sua assinatura até o dia 30 (trinta) de junho de 2010, devendo toda e qualquer alteração ser realizada por escrito, tendo o seu vencimento antecipado pelo descumprimento de qualquer das cláusulas ou condições acima. Este CONTRATO também terá seu vencimento antecipado caso o PRODUTOR efetive a entrega do TABACO nos volumes contratados, liquidando a totalidade de seus débitos junto à EMPRESA antes da data acima referida.

6. FORO DE ELEIÇÃO

6.1 O presente compromisso obriga as partes, seus herdeiros e/ou sucessores, ficando eleito o foro do domicílio do PRODUTOR para dirimir as dúvidas ou controvérsias oriundas deste CONTRATO.

E, por estarem certos e contratados entre si, firmam, na presença de 2 (duas) testemunhas, o presente Contrato de Compra e Venda de Tabaco em Folha em 2 (duas) vias de igual teor, sendo uma via para cada um dos contratantes.

de

de